



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO**

**“A ESTRATÉGIA FOI DE MUITA LUTA MESMO”: PRÁTICAS SOCIAIS DE  
RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SÃO CARLOS DO JAMARI  
(RO) FRENTE À INUNDAÇÃO DE 2014**

São Carlos  
2024

**ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO**

**“A ESTRATÉGIA FOI DE MUITA LUTA MESMO”: PRÁTICAS SOCIAIS DE  
RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SÃO CARLOS DO JAMARI  
(RO) FRENTE À INUNDAÇÃO DE 2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, junto à linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”, como exigência para obtenção do título de Mestra em Educação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Iraí Maria dos Campos Teixeira

São Carlos  
2024

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**Folha de aprovação.**

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Doutorado da candidata Anna Laura Lima Figueredo, realizada em 12/04/2024:

---

Prof. Dr. Osmar Moreira de Souza Junior.  
Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

---

Prof. Dr. Diógenes Valdanha Neto.  
Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

---

Prof. Dra. Iraí Maria de Campos Teixeira  
Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta Dissertação à criança que fui e precisei abraçar com carinho. Uma criança que também sempre foi muito curiosa por histórias ora pouco contadas ora pouco valorizadas. Dedico também a todas e todos que me narraram (e confiaram) suas histórias sobre a *cheia de 2014* no baixo rio Madeira!



## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todas as ribeirinhas e ribeirinhos da Comunidade Ribeirinha São Carlos do Jamari, por compartilharem comigo suas histórias de vida através das entrevistas. E por criarem um laço de amizade no nosso dia a dia, enquanto estive no território e por mensagens (à distância). Como é bom encontrá-las e encontrá-los novamente e poder dividir a vida com vocês! Espero que este trabalho fique de registro histórico da inundação - *a cheia* - mas que também possa ser uma forma de fortalecê-las e fortalecê-los!

Agradecimento especial à minha orientadora Iraí Maria de Campos Teixeira, pela tranquilidade e vibração a cada conquista e apoio quando as coisas não davam tão certo. Também agradeço à Maíra Loyo, minha colega de orientação e agora, uma amiga, que a Pós-Graduação me proporcionou. Assim como também fico feliz em ter conhecido as professoras e professores e colegas da Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos da UFSCar e os demais colegas de outros cursos.

Agradeço a toda a minha família (em especial ao meu Avô, Mãe, Irmã e meu ao Tio Júnior) e minhas amigas e amigos por acreditarem nas minhas ideias. Também faço um agradecimento especial, ao meu namorado, Ayrton Araujo Soares, por me apoiar sempre nesta caminhada acadêmica e de vida e por fazer me companhia na coleta de dados, conhecendo a tal Comunidade que eu sempre contava!

Por último, mas não menos importante, agradeço ao voluntariado no NAPRA (Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia) por me proporcionar ir, pela primeira vez, para São Carlos do Jamari, conhecer os encantos e os saberes tradicionais da Amazônia e me trazer um despertar para aprofundar a estudar a “cheia de 2014” que desalojou tantas pessoas neste período e que até os dias de hoje, ainda deixa rastros (falta de indenizações, prejuízos financeiros, medo de uma nova cheia e desenraizamentos culturais). Que a gente possa seguir, de alguma forma, juntas e juntos, esperando<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Esperançar faz menção ao Livro Pedagogia da Esperança: Reencontro com a Pedagogia do Oprimido (1992) de Paulo Freire: “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar. Esperançar é ir atrás. Esperançar é construir. Esperançar é não desistir. Esperançar é levar adiante. Esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”.

## EPÍGRAFE

Beradeira eu sou da beira  
Vim de lá do Rio Madeira  
Caboquês eu sei falar  
Vi o sol nascer  
A flor florescer  
As estrelas brilharem no céu  
Sou da beira, minha senhora  
Um beijo, tenho que ir agora  
Sândila Alves<sup>2</sup> (2015, p. 13/14).

---

<sup>2</sup> Sândila Alves: Ribeirinha, viveu sua infância e vida adulta em São Carlos do Jamari. Escreve poesias e demais escritos sobre a vida ribeirinha.

FIGUEREDO, A. L. L. “**A estratégia foi de muita luta mesmo**”: Práticas Sociais de resistência da comunidade ribeirinha São Carlos do Jamari (RO) frente à inunda  o de 2014. 2024. 183 p. Disserta  o (Mestrado em Educa  o) – Programa de Pós-Gradua  o em Educa  o, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

## RESUMO

A Comunidade Ribeirinha São Carlos do Jamari    um distrito de Porto Velho (RO), localizado às margens do Rio Madeira. Em fevereiro de 2014, foi atingido por uma grande inunda  o, que deixou a comunidade totalmente submersa por cerca de quatro meses, acarretando perdas materiais e simbólicas. Este episódio ocorreu na mesma janela de tempo da implanta  o de dois empreendimentos de impacto ambiental: as Usinas Hidrelétrica (UHEs) Santo Antônio e Jirau. O objetivo primário da pesquisa foi realizar a análise dos processos educativos emergentes da prática social por meio das memórias coletivas deste desastre ambiental, através da capta  o de fontes orais com pessoas que vivenciaram e vivem a inunda  o. E os objetivos secundários foram: I) contribuir com o avanço na área da história oral da inunda  o de 2014 no baixo rio Madeira; II) Esclarecer as formas como a Memória Individual e a Memória Coletiva se entrelaçam no processo de reconstitui  o do vivido; III) e identificar quais foram os custos emocionais da inunda  o, compreendendo o que as comunitárias e comunitários fizeram durante o acontecimento, o que queriam fazer e o que acreditavam estar fazendo. A metodologia adotada foi pautada nos estudos sobre a memória, com uma ida a campo (2022), com a inser  o dialógica, cuidadosa e de respeito a educa  o e cultura popular, com a participa  o de catorze ribeirinhas e ribeirinhos que vivenciaram a inunda  o de 2014 (com uma amostra diversificada). Para apoio metodológico, foi criado um roteiro com Técnicas de Relatos Orais. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram entrevistas individuais semiestruturadas (gravadas e transcritas) e observa  es diretas (registros em diário de campo). Por meio da Análise dos dados e Resultados analisados, pode-se acessar às memórias coletivas deste episódio, colaborando com o registro histórico da *cheia de 2014*, sendo elas: as memórias coletivas ao receber a notícia da cheia; dos antigos que nunca vivenciaram uma cheia dessas; de quem permaneceu na comunidade durante a cheia; dos alojamentos nas escolas em Porto Velho; ao retornar    comunidade; o que pensam sobre a influência das UHEs; às perdas materiais e simbólicas; às inseguranças; às tristezas; às estratégias de supera  o da cheia; o Projeto “Nova São Carlos”; e por fim, as memórias coletivas de aprendizagem da cheia. A partir do processo de aprendizagem, identifica-se as **práticas sociais de resistência e luta pelo (re)enraizamento da comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari (RO) após a inunda  o e os processos educativos desvelados estão relacionados a união, coopera  o e senso de comunidade** para a reorganiza  o da comunidade em limpar e retirar a lama da comunidade, para que pudessem ter além de um local para viver novamente, também possuir um contra argumento para que os órgãos públicos que negaram ajuda financeira para religar a energia, água e demais instala  es de serviços básicos, voltassem a operar e reconhecer o território.

**Palavras-chave:** Resistência; (Re)enraizamento; Comunidade Ribeirinha; Práticas Sociais; Processos Educativos.

FIGUEREDO, A. L. L. **“The strategy was really one of much struggle”**: Social Practices of Resistance by the Riverside Community of São Carlos do Jamari (RO) in response to the 2014 flood. 2024. 183 p. Dissertation (Master 's in Education) – Graduate Program in Education, Federal University of São Carlos, São Carlos, 2024.

### ABSTRACT

The Riverside Community of São Carlos do Jamari is a district of Porto Velho (RO), located on the banks of the Madeira River. In February 2014, it was hit by a major flood, which left the community completely submerged for about four months, causing both material and symbolic losses. This event occurred during the same time frame as the implementation of two environmentally impactful projects: the Santo Antônio and Jirau Hydroelectric Power Plants (HPPs). The primary objective of the research was to analyze the educational processes emerging from social practice through the collective memories of this environmental disaster, by capturing oral accounts from people who experienced and continue to experience the flood. The secondary objectives were: I) to contribute to the advancement of the oral history of the 2014 flood in the lower Madeira River region; II) to clarify the ways in which Individual Memory and Collective Memory intertwine in the process of reconstructing lived experiences; III) and to identify the emotional costs of the flood, understanding what community members did during the event, what they wanted to do, and what they believed they were doing. The adopted methodology was based on memory studies, including fieldwork (2022), with a dialogical, careful, and respectful approach to popular education and culture, involving the participation of fourteen riverside residents who experienced the 2014 flood (with a diverse sample). For methodological support, a guide with Oral History Techniques was created. The data collection instruments used were semi-structured individual interviews (recorded and transcribed) and direct observations (recorded in field diaries). Through Data Analysis and the Analyzed Results, it was possible to access the collective memories of this episode, contributing to the historical record of the 2014 flood, including: the collective memories of receiving the news of the flood; the elders who had never experienced such a flood; those who remained in the community during the flood; the sheltering in schools in Porto Velho; the return to the community; their thoughts on the influence of the HPPs; the material and symbolic losses; the insecurities; the sorrows; the strategies for overcoming the flood; the “New São Carlos” Project; and finally, the collective memories of learning from the flood. From the learning process, the **social practices of resistance and the fight for the (re)rooting of the São Carlos do Jamari (RO) riverside community after the flood are identified, and the educational processes revealed are related to unity, cooperation, and a sense of community** in reorganizing the community by cleaning and removing the mud, so that they could not only have a place to live again, but also possess a counter-argument to compel public agencies—who had denied financial assistance to reconnect electricity, water, and other basic services—to resume operations and recognize the territory.

**Keywords:** Resistance; (Re)rooting; Riverside Community; Social Practices; Educational Processes.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Retirada das cestas básicas na Foz do Jamari pelas lideranças locais de São Carlos do Jamari.....                                        | 35  |
| Figura 2 – Disposição espacial das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e a comunidade de São Carlos do Jamari.....                        | 39  |
| Figura 3 – Mapa de Porto Velho (RO), com seus municípios, terras indígenas, assentamentos, unidades de conservação (UCs) e áreas urbanas.....       | 63  |
| Figura 4 – Andaimos montado no ginásio municipal de São Carlos do Jamari.....                                                                       | 67  |
| Figura 5 – Mapa das ocupações territoriais das pessoas entrevistadas na pesquisa.....                                                               | 74  |
| Figura 6 – a) Visão do Brásco Navio por fora; b) Visão do Barco Navio com as redes erguidas.....                                                    | 77  |
| Figura 7 – Fachada de um comércio antes da inundação de 2014.....                                                                                   | 85  |
| Figura 8 – Fachada de um comércio com sedimentos pós-inundação.....                                                                                 | 85  |
| Figura 9 – Marcas da inundação e casa abandonada após a inundação.....                                                                              | 86  |
| Figura 10 – Casa erguida após a inundação de 2014.....                                                                                              | 86  |
| Figura 11 – Entrevista com a entrevistada Castanheira.....                                                                                          | 89  |
| Figura 12 – Rua alagadas. Na última foto, a entrada da UBS de SCJ.....                                                                              | 91  |
| Figura 13 – Ruas alagadas na comunidade de SCJ.....                                                                                                 | 91  |
| Figura 14 - Comunidade saindo de SCJ.....                                                                                                           | 91  |
| Figura 15 – Fachada de casa alagada.....                                                                                                            | 92  |
| Figura 16 – Fachada de casa alagada.....                                                                                                            | 92  |
| Figura 17 – Casa e escola alagada, respectivamente.....                                                                                             | 92  |
| Figura 18 – Igreja Católica alagada.....                                                                                                            | 93  |
| Figura 19 – Cemitério inundado.....                                                                                                                 | 93  |
| Figura 20 - Inundação em SCJ.....                                                                                                                   | 93  |
| Figura 21 – Retirada em SCJ da Lama.....                                                                                                            | 94  |
| Figura 22 – Representação dos sedimentos da inundação.....                                                                                          | 94  |
| Figura 23 – Comunitário mostra “até onde a água batia” em sua residência em 2014.....                                                               | 103 |
| Figura 24 – Comunitária mostra “até onde a água batia” em sua residência em 2014.....                                                               | 107 |
| Figura 25 – Casa erguida após a inundação de 2014 para segurança em uma possível nova inundação.....                                                | 108 |
| Figura 26 – Apresentação em banner na XXIX Jornada Jovens Investigadores (2022).....                                                                | 167 |
| Figura 27 – Apresentação oral na XXIX Jornada Jovens Investigadores (2022).....                                                                     | 168 |
| Figura 28 – Participantes da XXIX Jornada Jovens Investigadores e o Reitor da Universidad San Francisco Xavier de Chuquisaca - Bolívia (Sucre)..... | 169 |
| Figura 29 – Pesquisadora PPGE e Liderança da Comunidad Huarpe Guaytamari.....                                                                       | 172 |
| Figura 30 – Pesquisadora PPGE no Centro Cultura da Comunidad Huarpe Guaytamari com lideranças dos povos indígenas huarpes.....                      | 172 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Caminhos para o estudo da Memória Coletiva.....                                                               | 42  |
| Quadro 2 – Critérios de Seleção e Exclusão para as pessoas entrevistadas.....                                            | 72  |
| Quadro 3 – Identificação básica das pessoas entrevistadas.....                                                           | 75  |
| Quadro 4 – Logística para chegar em São Carlos do Jamari partindo do distrito sede - Porto Velho (RO).....               | 77  |
| Quadro 5 – Técnicas de Relatos Orais e contribuições para esta dissertação.....                                          | 82  |
| Quadro 6 – Participação em eventos acadêmicos para divulgação da pesquisa sobre a inundação em São Carlos do Jamari..... | 166 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |                                                                                        |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| AUGM    | Asociación de Universidades Grupo Montevideo.                                          |
| CBN     | Central Brasileira de Notícias.                                                        |
| CEP     | Comitê de Ética e Pesquisa.                                                            |
| CERU    | Centro de Estudos Rurais e Urbanos.                                                    |
| CNPQ    | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.                         |
| CNS     | Conselho Nacional dos Seringueiros.                                                    |
| COBRADE | Classificação e Codificação Brasileira de Desastres.                                   |
| CPDOC   | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.                 |
| DME     | Departamento de Metodologia de Ensino                                                  |
| EJA     | Educação para Jovens e Adultos.                                                        |
| ESALQ   | Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".                                      |
| FCPYS   | Facultad de Ciencias Políticas y Sociales.                                             |
| FUSP    | Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.                                         |
| GADE    | Grupo de Adequação Ambiental.                                                          |
| IDH     | Índice de Desenvolvimento Humano.                                                      |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa.                                          |
| IBAMA   | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.              |
| ISA     | Instituto Socioambiental da Amazônia.                                                  |
| MCP     | Movimento de Cultura Popular.                                                          |
| MAB     | Movimento dos Atingidos por Barragens.                                                 |
| MOPEPAM | Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas.                                            |
| MOPEPA  | Movimento dos Pescadores do Pará.                                                      |
| MST     | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                                           |
| MONAPE  | Movimentos dos Pescadores Artesanais.                                                  |
| NAPRA   | Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia.                                    |
| NAC     | Núcleo de Apoio à População Ribeirinha do baixo Rio Madeira.                           |
| OMS     | Organização Mundial de Saúde.                                                          |
| PNPCT   | Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. |
| PPGE    | Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar.                                       |

|        |                                                                 |
|--------|-----------------------------------------------------------------|
| PNCSA  | Projeto Nova Cartografia da Amazônia.                           |
| RESEX  | Reserva Extrativista.                                           |
| RN     | Rio Grande do Norte.                                            |
| RO     | Rondônia.                                                       |
| SCJ    | São Carlos do Jamari.                                           |
| SP     | São Paulo.                                                      |
| SESI   | Setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria.     |
| SIPAM  | Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico. |
| SNUC   | Sistema Nacional de Unidades de Conservação.                    |
| TCLE   | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.                     |
| IUCN   | União Internacional para a Conservação da Natureza.             |
| UBS    | Unidade Básica de Saúde.                                        |
| UC     | Unidades de Conservação.                                        |
| UNEP   | United Nations Environment Programme Finance Initiative.        |
| UNCUyo | Universidad Nacional de Cuyo                                    |
| UFSCAR | Universidade Federal de São Carlos.                             |
| USF    | Universidade São Francisco.                                     |
| UEH    | Usina Hidrelétrica.                                             |
| WWF    | World Wide Fund for Nature.                                     |



## SUMÁRIO

|                                                                                                         |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO.....</b>                                                                                | <b>15</b> |
| <b>AUTOBIOGRAFIA.....</b>                                                                               | <b>15</b> |
| <b>OBJETIVOS.....</b>                                                                                   | <b>21</b> |
| Objetivo primário:.....                                                                                 | 21        |
| Objetivos secundários:.....                                                                             | 21        |
| <b>JUSTIFICATIVA PARA O ESTUDO.....</b>                                                                 | <b>21</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....</b>                                                                     | <b>23</b> |
| 1.1 O filme “Narradores de Javé” e as semelhanças com a comunidade ribeirinha São Carlos do Jamari..... | 23        |
| 1.2 Povos e Comunidades Tradicionais: lutas pelo reconhecimento e respeito.....                         | 26        |
| 1.3 Comunidades Ribeirinhas na Amazônia brasileira.....                                                 | 29        |
| 1.4 Caminhos formativos desde o Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia..                    | 31        |
| 1.5. Diagnóstico Socioambiental do NAPRA (2020 a 2023).....                                             | 36        |
| <b>CAPÍTULO 2 - BASE EDUCACIONAL SOBRE MEMÓRIA COLETIVA: EDUCAÇÃO E MEMÓRIA COLETIVA.....</b>           | <b>41</b> |
| 2.1 Fontes Oraís e História Oral.....                                                                   | 42        |
| 2.2 Quando a memória é compartilhada: notas sobre a memória coletiva.....                               | 45        |
| <b>CAPÍTULO 3 - BASE EDUCACIONAL SOBRE PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS.....</b>                 | <b>51</b> |
| 3.1 Práticas Sociais e Processos Educativos.....                                                        | 51        |
| 3.2 Educação Popular.....                                                                               | 54        |
| <b>CAPÍTULO 4 - “INUNDAÇÃO EM SÃO CARLOS DO JAMARI”.....</b>                                            | <b>60</b> |
| 4.1 A Comunidade Ribeirinha “São Carlos do Jamari”.....                                                 | 60        |
| 4.2 A inundação em São Carlos do Jamari.....                                                            | 64        |
| <b>CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA.....</b>                                                                    | <b>71</b> |
| 5.1 Materiais e logística de campo.....                                                                 | 71        |
| 5.1.1. Levantamento dos instrumentos de coleta de dados.....                                            | 71        |
| 5.1.2. Levantamento dos materiais de pesquisa.....                                                      | 71        |
| 5.1.3. Aprovações éticas e permissões para a pesquisa.....                                              | 72        |
| 5.1.4. Critérios de seleção e exclusão para as pessoas entrevistadas.....                               | 72        |
| 5.1.5. Duração da coleta de dados.....                                                                  | 76        |
| 5.1.6. Logística de viagem de campo.....                                                                | 76        |
| 5.1.7. Agendamento de entrevistas e observações.....                                                    | 78        |
| 5.1.8. Registros de dados:.....                                                                         | 78        |
| 5.1.9. Análise dos dados de campo:.....                                                                 | 78        |
| 5.2 Entrevistas semiestruturadas: pesquisas qualitativas.....                                           | 79        |
| 5.3 Técnicas de relatos orais.....                                                                      | 81        |
| <b>CAPÍTULO 6 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>                                                         | <b>84</b> |
| 6.1 Tecendo - inicialmente - a nossa colcha de retalhos.....                                            | 84        |
| 6.2 Das memórias coletivas ao receber a notícia da cheia.....                                           | 99        |

|                                                                                                  |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6.3 Das memórias coletivas dos antigos que nunca vivenciaram uma cheia destas.....               | 106        |
| 6.4 Das memórias coletivas de quem permaneceu na comunidade durante a cheia.....                 | 110        |
| 6.5 Das memórias coletivas dos alojamentos nas escolas em Porto Velho.....                       | 112        |
| 6.6 Das memórias coletivas ao retornar à comunidade.....                                         | 114        |
| 6.7 Das memórias coletivas do projeto “nova São Carlos”.....                                     | 117        |
| 6.8 Das memórias coletivas sobre a influência das Usinas Hidrelétricas na inundação de 2014..... | 120        |
| 6.9 Das memórias coletivas das perdas materiais e simbólicas.....                                | 125        |
| 6.9.1 Perdas materiais.....                                                                      | 126        |
| 6.9.2 Perdas simbólicas.....                                                                     | 128        |
| 6.10 Das memórias coletivas sobre as inseguranças.....                                           | 131        |
| 6.11 Das memórias coletivas sobre as tristezas.....                                              | 134        |
| 6.12 Das memórias coletivas de estratégias de superação da cheia.....                            | 136        |
| 6.13 Das memórias coletivas de aprendizagem da cheia.....                                        | 139        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                 | <b>144</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                           | <b>149</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>                                                                            | <b>156</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                                                                               | <b>174</b> |

## APRESENTAÇÃO

### AUTOBIOGRAFIA

“Dona Erani foi uma mulher com os pés rachados e os olhos tristes. E foram raras as vezes que alguém, em vez de olhá-la com desprezo ou desdém, perguntou qual era a história por trás daqueles olhos castanhos-escuros. Certa vez, uma vizinha comentou: ‘Que pé horrível, Erani, todo rachado!’, uma tentativa de diminuí-la ou de simplesmente gritar uma opinião não requisitada que fez minha mãe comprar todos os times de cremes e lixas. A vizinha poderia ter aceitado a feiura deles ou até ter visto beleza, se tivesse questionado por onde aqueles pés haviam andado” (Ribeiro, 2021, p. 88).

Começo esta apresentação, com uma citação direta de um trecho do livro de **Djamila Ribeiro**, chamado “Cartas para Minha Avó”, onde ela endereça sua escrita para sua avó já falecida, mas que ela tinha um enorme afeto. A autora é filósofa, nascida em Santos (SP) e conhecida nacional e mundialmente, pelas contribuições para o movimento negro e feminista. Este livro me chama atenção por diversos motivos, mas se posso elencar que o mais importante para mim, seria: a delicadeza que a autora retrata questões pessoais e ao racismo vivido e vivenciado (tornando a leitura leve e didática). A sutileza na escrita, mas que mantém a intencionalidade de narrar sua história de vida e suas vivências de enfrentamentos e superações, me fazem pensar que, se me proponho a estudar e divulgar a inundação ocorrida em 2014 em uma Comunidade Ribeirinha em Rondônia, esta escrita também precisa ser acessível com o compromisso em contribuir para o fortalecimento deste território.

Desta maneira, faço um convite para adentrar em uma janela de tempo específica, tecida por várias pessoas, que me formam como pessoa. Sou resultado de uma união entre corpos, lugares, momentos, sorrisos, lembranças, memórias, medos, diálogos e esperança. Refletindo sobre as palavras de Paulo Freire (1992), começo a compreender que o esperar é necessário e este só será alcançado com a inquietação e consciência crítica, a partir do diálogo e humanização. Então, retomo o convite para você, leitora e leitor, conhecer uma pessoa que retrata outras tantas mulheres latino-americanas: parda, atravessada por um processo histórico de catequização e apagamento da ascendência indígena (sobretudo no contexto urbano) e que se encontra em felicidade quando está na presença de pessoas que se inquietam e desejam um mundo mais solidário. .

A narrativa de povos marginalizados e excluídos me atraiu a compreender que estes convivem com violências epistemológicas, que podem ser entendidas como

destruições físicas, materiais, culturais e humanas (Sousa-Santos, 2007, p. 29). Como pesquisadora, busco atrelar minhas curiosidades pessoais ao convívio com estes grupos sociais, pela via identificação de classe e empatia, o que pode gerar uma amizade entre as partes. Pensando nisso e entendendo as desigualdades sociais atreladas a questão racial, busco fazer uma pesquisa com recortes no que se relaciona a estas questões, pois se antigamente o branco europeu, era visto como símbolo do que era correto, hoje, os descendentes destes, são as elites brasileiras (Oliveira, *et al.*, 2014) ocupando espaços de poder e também de tomadas de decisões.

Estudei em uma Escola de Padres Jesuítas em São Paulo (SP), o que me proporcionou o contato com aulas de Ensino Religioso. Nestas disciplinas, dialogávamos sobre o catolicismo, mas também discutíamos as demais religiões (até mesmo as de matrizes africanas, que notamos que sofrem preconceitos no Brasil, devido ao desenraizamento cultural e histórico). Apesar desta abertura e posicionamento do Colégio com a diversidade e respeito religioso, nunca falávamos dos povos indígenas que foram catequizados. Por que não falávamos sobre estas questões? Esta lacuna do conhecimento me fez começar a pensar o meu lugar naquele espaço: sempre me chamavam de “Anna índia”, pelo cabelo escuro e liso e pele parda, de forma carinhosa. Mas por que havia mais pessoas semelhantes comigo (de aparência física) na equipe de limpeza do que entre os estudantes daquele espaço? Com o tempo, comecei a pensar também: por que eu era chamada de índia e minha irmã, que é filha do mesmo pai e mãe, não? Apenas por não ter a pele parda?

Neste sentido, comecei a me interessar em estudar a questão indígena no Brasil. Encontrei um texto, ainda nesta época, chamado “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é” retirado de uma entrevista do livro “Povos Indígenas no Brasil” e publicado pelo ISA (Instituto Socioambiental) em 2001. Nós, indígenas – agora me assumindo como parte deste grupo - passamos por um processo histórico de apagamento de nossos conhecimentos, tradições e vivências. Por um projeto ideológico e político, houve um condicionamento para que o indígena tivesse vergonha de se reconhecer como tal, atrelando a nossa história a algo inferior.

Durante a Ditadura Militar, começou-se o discurso de que: “Se não mora em oca, não é índio” e “Se tem um aparelho telefônico, não é índio”, isto porque, havia uma intencionalidade política do Estado em se abster de obrigações legais, reforçando assim,

estigmas que reforçassem a desindianização<sup>3</sup> em porções de comunidades indígenas. Todos estes discursos contribuíram para um certo desenraizamento da ancestralidade indígena brasileira (apesar de sabermos que entre 1960 a 1970, com as intervenções militares no processo de desindianização, também houve um movimento de reivindicações e aparecimento de lideranças e agentes indigenistas, como Mário Juruna e Ailton Krenak). E hoje, tem um movimento de pessoas que se redescobrem como indígenas: e é neste processo de redescoberta que eu venho caminhando.

Em 2016, ingressei no curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, na Universidade de São Paulo, localizado na cidade de Piracicaba (SP). Gostaria de mencionar antes de adentrar nas experiências acadêmicas, sobre uma vivência que tive neste mesmo período: morei durante quatro anos em um alojamento estudantil ligado à Política de Permanência Estudantil da USP. Foi, com certeza, o lugar que mais me senti feliz e acolhida na vida, até então. Conheci diversas pessoas, de diversos lugares do Brasil. Cada uma com suas vivências, experiências e contexto social. Havia uma rede de acolhimento como forma de prática social neste local, como forma de se manterem financeiramente e emocionalmente na Universidade. Sou feliz por ter tido a vida compartilhada neste local!

Em 2019, iniciei um voluntariado na Organização Não Governamental (ONG) chamada Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA), grupo que desenvolve projetos socioambientais no Baixo Rio Madeira em Porto Velho (RO) há mais de vinte anos. Neste mesmo ano, me desloquei até o território ribeirinho para desenvolver um Diagnóstico Socioambiental, que tinha o intuito de compreender quantitativamente quais eram as problemáticas que a Comunidade de São Carlos do Jamari enfrentava, sendo as perguntas direcionadas ao saneamento básico. O Diagnóstico surge de uma necessidade de um grupo de trabalho (GT) interno do NAPRA em sistematizar dados sobre as questões socioambientais do território para que estes sirvam como ferramentas para fomentar possíveis políticas públicas de reivindicações da comunidade.

As entrevistas foram feitas em quatro comunidades ribeirinhas pertencentes à Rondônia: RESEX Lago do Cuniã, Cavalcante, Nazaré e São Carlos do Jamari por integrantes do NAPRA no mês de Julho de 2019. As entrevistas duravam mais de uma

---

<sup>3</sup> Desindianização: Processo sociocultural em que os modos de vida e dos mundos indígenas são afastados destes (Anibal Quijano, 2005).

hora e eram feitas na residência da pessoa entrevistada. Em geral, as entrevistas eram feitas em dupla para que uma pessoa pudesse fazer as entrevistas e ter uma escuta mais ativa e a outra pessoa anotar as respostas e observações. Neste período, foi a minha primeira ida a São Carlos do Jamari e participei de processo de entrevistas do Diagnóstico Socioambiental, a qual grupo que foi comigo, permaneceu cerca de um mês na comunidade em uma casa dentro da comunidade alugada para nossa estadia e trabalhos.

Ao todo, em São Carlos do Jamari, foram entrevistadas 100 pessoas de diferentes residências<sup>4</sup>. Quase todas as pessoas moradoras mencionaram uma inundação que ocorreu em 2014 no território, que submergiu toda a comunidade, fazendo com que as comunitárias e comunitários tivessem que sair de suas residências dentro de cinco dias por ordem da Defesa Civil. Durante as entrevistas, muitas pessoas citavam a piora da qualidade da água retirada do único poço comunitário (que teve o sistema de encanamento comprometido); as fossas caipiras que foram abertas e resíduos sólidos que se espalharam por toda a Comunidade; a não indenização de nenhum morador; a volta à Comunidade após o nível do rio abaixar (que reúne relatos de como as casas estavam com lama há mais de 1 metro de altura em relação ao chão e a perda de bens materiais); os meses de entrega de cestas básicas distribuídas pela Defesa Civil e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o aumento significativo da drogadição entre jovens e adultos; e a insegurança em se produzir em sistemas de plantios de várzea (por não ser mais uma compreensão comum os níveis do rio durante o ano).

Apesar de não existir nenhuma pergunta sobre a inundação, todas as comunitárias e comunitários mencionaram este episódio, com narrativas em comum, reunindo falas e gestos semelhantes para explicar esta transformação ocorrida no território, criando uma imagem para este cenário histórico, demonstrando que para além das perdas materiais, também existiram perdas simbólicas e desenraizamento de culturas neste território amazônico, isto é, muitos dos costumes tradicionais, como a pesca, agricultura, extrativismo e artesanatos foram afetados, uma vez que a insegurança de se restabelecer pós inundação destas práticas foram fragilizadas. Tendo em vista esta experiência de voluntariado (empírica), houve um desdobramento pessoal para se

---

<sup>4</sup> As entrevistas foram realizadas em 100 residências com 100 pessoas distintas. Uma das perguntas relacionadas ao núcleo familiar era o total de pessoas que moravam em cada casa. Desta maneira, de 100 pessoas entrevistadas, entende-se que estas responderam por 378 (média de 3,78 pessoas/residência).

estudar com mais dedicação a inundação de 2014, conhecida pela comunidade de São Carlos do Jamari como: ***“A cheia de 2014”***.

Em 2021, ingresso no Mestrado Acadêmico no Programa de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, com o projeto de pesquisa intitulado **“A estratégia foi de muita luta mesmo”**: Práticas Sociais de resistência da comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari (RO) frente à inundação de 2014.

Após finalizar as disciplinas obrigatórias do mestrado, tive a oportunidade de apresentar minha pesquisa na XXIX Jornada de Jovens Pesquisadores, organizada pela Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) na Universidad Mayor, Real y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca (USFX, localizada na Bolívia) entre os dias 07 a 09 de Setembro de 2022; apresentar a minha pesquisa na II Conferência Freire: Construindo a parte entre educação popular e universidade no dia 17 de Outubro de 2022; e também tive a oportunidade de participar de um programa de intercâmbio na UNCuyo (Universidad Nacional de Cuyo) na cidade de Mendoza (Argentina), na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais em Março de 2023 (também fomentada pela AUGM). Estes eventos contribuíram para a troca de saberes sobre os estudos de povos tradicionais e originários dentro do contexto da América Latina, debates sobre a inundação de 2014 e também experiência pessoal de participar destes espaços acadêmicos.

Conhecer a Amazônia me fez conhecer pessoas próximas de mim: **nos parecíamos fisicamente e em parentesco - fui acolhida como se algumas pessoas ali no território fossem da minha família. Conhecer a Amazônia me fez entender que eu sou filha da América Latina**: que rouba de grupos suas histórias, mas esconde histórias fascinantes. Em 2019, quando estava na comunidade ouvi uma frase (mais ou menos assim): “Quem bebe da água do Rio Madeira, não a esquece”. E muito provavelmente foi isto que me trouxe até aqui com esta pesquisa!

Ao longo desta dissertação, se espera que através da Memória Coletiva a história de Comunitárias e Comunitários sejam ecoadas e narradas, porque viveram (em 2014) a inundação e convivem com as heranças deixadas por este episódio.

Abaixo, deixo de presente um poema que fiz durante a disciplina de “Práticas Sociais e Processos Educativos I” no ano de 2021 e que foi publicado no XIV Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, da IV Mostra Latino-Americana.

### SINTO-ME LATINO AMERICANA

Sinto-me latino americana,  
 Quando enxergo cores no sorriso calado,  
 De alguém cansado de um dia de trabalho,  
 Das dores de uma mãe que carrega nos olhos um sangue vivo,  
 Das injustiças raciais,  
 Das injúrias.  
 Do medo de falhar e não ser exemplo,  
 De entrar para as estatísticas,  
 De ser corpo servido, vendido e perdido,  
 Mais uma vez para o fardo branco.  
 Sinto-me latino americana,  
 Pela cor,  
 Pelas amizades, pelo parentesco,  
 Por ver no espelho o reflexo da ancestralidade.  
 Estou nos museus,  
 E nas casas de luxo,  
 Mas sempre em um quadro profundo,  
 Mas não tão fundo quanto o quartinho dos fundos,  
 Da casa do patrão.  
 Sinto-me latino americana pela comida,  
 Pela bebida e pela ousadia de dizer: sim!  
 Aqui eu já estava e ninguém me descobriu,  
 A América Latina toda é terra indígena.  
 (Anna Figueredo<sup>5</sup>, publicado no XIV Encontro e Diálogos com  
 a Educação Ambiental, da IV Mostra Latino-Americana, 2022).

Durante esta dissertação, a escrita será feita de forma não convencional ao que normalmente se é adotado em textos acadêmicos: será usada a escrita na primeira pessoa do singular (“eu”) e a escrita na primeira pessoa do plural (“nós”). A escolha tem a intencionalidade de refletir as minhas próprias construções acadêmicas durante a escrita e inserção dialógica na comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari e ao refletir a construção coletiva minha e da minha Orientadora, a partir da narrativa da construção teórico-metodológica do trabalho - a influência desta adoção se dá pelas reflexões, encontros, leituras e diálogos proporcionados pela Linha de Pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos” do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar), em busca da humanização, criticidade, esperança, educação libertadora e práxis educativa.

---

<sup>5</sup> Anna Figueredo: Nome abreviado (da pesquisadora) com licença poética para o evento o qual a poesia foi publicada. O poema foi gerado a partir de inspirações da disciplina “Práticas Sociais e Processos Educativos I”, ofertada pelo PPGE/UFSCar.



## OBJETIVOS

Pensando na oportunidade de contribuir com as Memórias Coletivas da cheia de 2014, foram elaborados os seguintes objetivos para esta pesquisa.

### Objetivo primário:

- I) O objetivo primário é realizar a análise dos processos educativos emergentes das práticas sociais por meio do estudo da memória coletiva durante a inundação de 2014 na comunidade de São Carlos do Jamari.

### Objetivos secundários:

- I) Contribuir com o avanço na área da história oral do baixo rio Madeira sobre a inundação de 2014;
- II) Esclarecer as formas como a Memória Individual e a Memória Coletiva se entrelaçam no processo de reconstituição do vivido;
- III) Identificar quais foram os custos emocionais da inundação, a partir das entrevistas semiestruturadas compreendendo o que as comunitárias e comunitários fizeram durante o acontecimento, o que queriam fazer e o que acreditavam estar fazendo.

## JUSTIFICATIVA PARA O ESTUDO

Por meio da participação como voluntária no NAPRA entre os anos de 2019 e 2021, houve um despertar para uma pesquisa mais apurada sobre a inundação de 2014 em São Carlos do Jamari, sobretudo a partir da escuta dos relatos das comunitárias e comunitários acerca deste episódio, na primeira ida à comunidade em 2019, onde era comum a história da **cheia de 2014** (como é conhecida no território) ser mencionada em diálogos cotidianos.

A escolha do estudo pelas lentes da memória coletiva foi adotada por nos propiciar acessar a historicidade do privado, redesenhando a geografia da relação entre privado e público, sendo um processo ativo de criação de significados. Também pela possibilidade de se acessar as fontes orais por meio de entrevistas (com uma multiplicidade de entrevistados), descobrindo eventos desconhecidos da vida diária de uma classe não hegemônica (Portelli, 1997). Com esta escolha metodológica, também esperava-se identificar as práticas sociais vivenciadas através das pessoas que vivenciaram e vivenciam a inundação de 2014 e posteriormente, os processos

educativos desvelados destas.

Partindo da prerrogativa de que se há poucos estudos científicos na região do Baixo Rio Madeira, sobretudo com o estudo da memória, pode-se traçar uma relevância para este trabalho, por ecoar o registro histórico - uma vez que pode proporcionar escuta atenta e compartilhar a oportunidade de ampliação do potencial comunicativo - de uma comunidade ribeirinha que precisou sair às pressas de seu território que ficou submerso por cerca de quatro meses. Vale ressaltar que as comunidades ribeirinhas são definidas a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Desta forma, compreendendo as dimensões da importância da manutenção dos **saberes tradicionais** e modos de vida das comunidades ribeirinhas, entende-se a importância da preservação dos direitos destes grupos. Por este motivo, a importância do estudo que tem o compromisso com a divulgação da inundação de 2014, dos registros históricos de suas vivências, desafios e lutas diárias.

Para o desenvolvimento desta dissertação, os capítulos foram subdivididos da seguinte maneira: “**Capítulo 1 - Introdução**” dá luz a uma introdução para a pesquisa com o filme Narradores de Javé (2004) e suas semelhanças com o caso estudado, conceito/definições sobre Povos Tradicionais e Comunidades Ribeirinhas na Amazônia e sobre a atuação do NAPRA na região do Baixo Rio Madeira. O “**Capítulo 2 - Base Educacional sobre Memória Coletiva**” apresenta a base educacional sobre o conceito de Memória Coletiva. O “**Capítulo 3 - Base Educacional sobre as Práticas Sociais e Processos Educativos**”, se dedica à conceitualização de práticas sociais e processos educativos, fruto da minha trajetória como pesquisadora do PPGE/UFSCar. O “**Capítulo 4 - Inundação em São Carlos do Jamari**”, apresenta o contexto do caso estudado. O “**Capítulo 5 - Metodologias**” com as metodologias adotadas ao longo do estudo. O “**Capítulo 6 - Análise dos dados e resultados analisados**”, com reflexões sobre as práticas sociais, processos educativos e memórias coletivas estudadas. E por último, o item “**Considerações Finais**”, com as últimas palavras sobre esta dissertação.

## CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1 O filme “Narradores de Javé” e as semelhanças com a comunidade ribeirinha São Carlos do Jamari

“É isso mesmo gente: vão construir a barragem. Javé tá no caminho das águas: logo, tudo isso aqui vai virar represa...”  
(Zaquiél <sup>6</sup> - Personagem do filme: “Narradores de Javé”, 2004).

O filme “Narradores de Javé” (2003) foi dirigido por Eliane Caffé e pela produtora Riofilme. Foi premiado como melhor filme no VII Festival Internacional de Cinema de Punta del Este (Uruguai). Conta a história de uma comunidade fictícia chamada Vale do Javé, que tem sua vida completamente modificada com o anúncio da construção de uma hidrelétrica às margens de suas terras. As pessoas que residiam no vilarejo se reúnem para discutir o assunto em uma igreja, criando um pânico evidente, que é mediado por Lideranças Locais que participaram anteriormente de uma reunião com a construtora do empreendimento:

“Os engenheiros... abriram os mapas na nossa frente e explicaram tudinho... os “pormenor”... tudo com os números, as fotos, um tantão delas... E explicando para a gente, os ganhos e os progressos que a usina vai trazer. **Vão ter que sacrificar uns tantos, para beneficiar a maioria. A maioria, eu não sei quem são...mas nós é que somos o tal do sacrifício**, não é mesmo Zaquiél?” (“Seu” Vado <sup>7</sup> - Personagem do filme: “Narradores de Javé”, 2004).

Como forma de resolver, entenderam que politicamente, precisaria se mobilizar e articular a escrita de um livro com as memórias das moradoras e moradores do Vale do Javé, com a intenção de registrar suas histórias - ainda não escritas - chamando este documento ora de *documento científico* ora de *dossiê científico*. A ideia seria legitimar o Vale do Javé como um patrimônio a ser preservado pela sociedade.

“Até hoje ninguém escreveu... porque também não precisou... Vamos nós mesmos escrever: **a grande história do Vale do Javé**. Vamos colocar no papel os enredos, gente! “Desencavar” da cabeça os acontecimentos de valor...botar na escrita, juntada de tudo que é importante: para provar para as autoridades! **Porque Javé tem que ter tombamento!**” (“Seu” Valdo - Personagem do filme: “Narradores de Javé”, 2004).

---

<sup>6</sup> Personagem interpretado pelo ator brasileiro Nelson Xavier.

<sup>7</sup> Personagem interpretado pelo ator brasileiro Rui Resende.

Com isto, vão em busca do único morador da comunidade que sabe ler e escrever (Antônio Biá)<sup>8</sup> para escrever as histórias da comunidade, com o esperar que suas narrativas sejam levadas em consideração pelas tais autoridades, para que o Vale do Javé fosse considerado um patrimônio tombado e assim, não pudesse ser atingido pela construção da hidrelétrica. Antônio Biá, apesar de ser um morador que tinha inúmeros desentendimentos passados com o vilarejo, é incumbido desta missão, pois é a única pessoa que poderia fazer os registros da história da população, por conseguir escrever as narrativas contadas de forma funcional e registrá-las

**Em Narradores de Javé, é evidente a ideia de supremacia da escrita sobre a oralidade, a memória como meio científico de se fazer história, o processo de construção da identidade de um povo e a indiferença da classe dominante.** Deste modo, a relevância de preservar a tradição de uma sociedade ágrafa depara-se com um pormenor: a viabilidade da modernização que não considera os interesses do homem sertanejo morador de Javé” (Matos, A. G. S, p. 160, 2021).

Apesar do esforço coletivo do grupo em narrar suas histórias para Antônio Biá, que é recebido em diversas residências para a construção do livro do Vale do Javé (que geraria um *documento científico/dossiê científico*), o empreendimento foi construído e toda a população que possuía casas, plantações, comércios, famílias, amigos e animais, tiveram que sair do vilarejo porque a Hidrelétrica cobriria de água tudo aquilo que era memória para uma população vulnerável socialmente: ***“As águas.. As águas subiram ligeiro: mas teve gente que teimou até o fim. Espremidos no pé da represa: olhavam sem crer no que os olhos estavam vendo. Era como estar se revirando vivo dentro da própria sepultura”*** (Zaqueu - Personagem - Narradores de Javé, 2004).

Foi escolhido introduzir esta dissertação com o filme Narradores de Javé, pelo motivo de existir semelhanças importantes entre o Vale do Javé (território fictício) com São Carlos do Jamari (Distrito de Porto Velho - RO)<sup>9</sup>. As duas Comunidades são margeadas por rios, tiveram seus modos de vida modificados após o anúncio de construção de uma Hidrelétrica (pelo cenário vulnerável e de falta previsibilidade sobre

---

<sup>8</sup> Personagem interpretado pelo ator brasileiro José Dumont. Após receber este desafio de escrever a história oral do Vale do Javé, Antônio Biá se define como sendo: “Escrivão de prosas, estou na labuta de escrever os nomes e grandes feitos do Vale do Javé. História muito contada e ouvida, mas até hoje, nunca escrita e lida”.

<sup>9</sup> São Carlos do Jamari é um distrito de Porto Velho (RO) e também é considerada uma Comunidade Ribeirinha, pertencente ao território amazônico.

as consequências do empreendimento) e precisaram sair de suas terras de forma apressada.

São Carlos do Jamari é um distrito de Porto Velho (RO) e também é considerada uma comunidade ribeirinha, localizada no território amazônico. Em 2014, ficou submersa durante 4 meses, período próximo a fase de instalação e operação de um complexo hidrelétrico (as UHEs Santo Antônio e Jirau), causando o desalojamento da comunidade durante estes meses. As ribeirinhas e ribeirinhos precisaram sair às pressas de seu território para o distrito-sede, Porto Velho, para ficarem em prédios públicos (escolas) e posteriormente em barracões de lona cedidos pelos órgãos públicos. Para sair da comunidade, houve ajuda da Defesa Civil Municipal de Porto Velho, porém, para o retorno, as famílias não foram apoiadas financeiramente com indenizações de suas perdas materiais (casas, móveis, comércios, maquinários, plantios e animais), assim como fizeram todo e qualquer serviço de limpeza para a retirada da lama que cobria casas, comércios e aparelhos públicos (Delegacia, Escola, UBS, Administração, etc). Dificilmente pode-se expressar as perdas simbólicas causadas.

Diferentemente do plano da ficção, São Carlos do Jamari é uma comunidade ribeirinha que existe. As Comunidades Ribeirinhas são assistidas no âmbito Federal desde 2007, a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007), tendo como um dos objetivos específicos da PNPCT, importante de se ressaltar: “ Art.3º\_ IV - Garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos”, porém as UHEs não assumiram as responsabilidades legais do ocorrido - por mais que, até mesmo os mais antigos da comunidade, ribeirinhas e ribeirinhos, nunca tenham presenciado uma inundação com aquela proporção - e mesmo sendo concomitante a implementação das UHEs com este episódio histórico de calamidade pública.

Quando o personagem Seu Valdo, de Narradores de Javé (2003) diz: **“Vão ter que sacrificar uns tantos, para beneficiar a maioria. A maioria, eu não sei quem são...mas nós é que somos o tal do sacrifício, não é mesmo Zaquiel?”**, este reconhece a sua existência no que Freire (1992) traz como uma negação à sua própria vocação, partindo de injustiças, opressões e explorações, que faz com o que Seu Valdo se reconheça no Ser Menos - a medida também que os opressores (o empreendimento e todo o sistema tecnicista que afasta as pessoas do vilarejo das tomadas de decisões) ajam sem medidas. Desta forma, as moradoras e moradores que moram às margens do

rio, serão sacrificados em detrimento do beneficiamento de outras pessoas ou um outro sistema de vida (o capitalismo), assim como ocorreu em São Carlos do Jamari, onde as ribeirinhas e ribeirinhos se viram em uma situação de vulnerabilidade que escancarou as mazelas de um empreendimento que não os beneficia em momento algum.

Pensando nas palavras de Ailton Krenak (2020) sobre esta situação de opressão vivenciada: **“Se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter importância”**. Dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação. Coisa de quem acha que a vida é baseada em meritocracia e luta por poder”. Nos dois planos (ficcional e real), as pessoas estavam em risco, mas suas vidas foram sobrepostas aos interesses econômicos.

## 1.2 Povos e Comunidades Tradicionais: lutas pelo reconhecimento e respeito

As Comunidades Tradicionais começaram a ter visibilidade e reconhecimento na década de 1980, momento que também começaram a se organizar politicamente devido a expulsão destes de áreas que eram de seus antepassados e que eram ocupadas para reprodução social e que forneciam recursos naturais. (Lira; Chaves, 2015, p. 70). Na década de 1990, os povos indígenas aparecem no documento da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), (United Nations Environment Programme Finance Initiative(UNEP) e World Wide Fund for Nature (WWF) com a seguinte definição:

(...) culturalmente diferentes, com direitos à terra e outros direitos baseados no uso e na ocupação histórica. Suas culturas, economias e identidades estão inextricavelmente ligadas às suas terras e recursos tradicionais. (IUCN; UNEP; WWF, 1991, p. 67).

Este documento foi orientador para vários avanços políticos de reconhecimento de comunidades indígenas, no que diz respeito à conservação ambiental e participação destes nas tomadas de decisões como agentes políticos, porém, até a década de 1990, as políticas públicas eram voltadas à população indígena. Apenas em 2000, o Brasil ampliou esta discussão para Comunidades Tradicionais não indígenas com o Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 (Lira; Chaves, 2015, p. 71).

Em 2007 se institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do Decreto nº 6040, de 7 de

fevereiro de 2007, no período do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A PNPCT define termos e conceitos importantes que definem Povos e Comunidades Tradicionais, Territórios Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupo culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição; (I - Art. 3º, Brasil, 2007).

Territórios Tradicionais como:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; (II - Art. 3º, Brasil, 2007).

E Desenvolvimento Sustentável:

Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (II - Art. 3º, Brasil, 2007).

Alguns dos Povos e Comunidades Tradicionais são: Andirobeiras, Apanhadores de Sempre-vivas, Caatingueiros, Caiçaras, Castanheiras, Catadores de Mangaba, Ciganos, Cipozeiros, Extrativistas, Faxinalenses, Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Ilhéus, Indígenas, Isqueiros, Morroquianos, Pantaneiros, Pescadores Artesanais, Piaçabeiros, Pomeranos, Povos de Terreiro, Quebradeiras de Coco Babaçu, Quilombolas, Retireiros, **Ribeirinhos**, Seringueiros, Vazanteiros e Veredeiros. Todavia, grupos culturais seguem se reconhecendo e sendo reconhecidas e reconhecidos.<sup>10</sup>

Sendo assim, a PNPCT além de delegar estas definições importantes para a legitimação de Povos e Comunidades Tradicionais, também tem Princípios, Objetivos, Instrumentos de Implementação e Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que auxiliam na sua implementação e assecuramento de direitos.

---

<sup>10</sup> Os grupos englobam mulheres e homens, que possuem divisões de tarefas, formas de subsistência, tradições e costumes de formas diferenciadas uma das outras.

Dentre os princípios da PNPCT pode-se destacar como significativos para esta dissertação os princípios V e XIV, por mencionar o desenvolvimento sustentável para melhorias das gerações atuais e futuras e a preservação da memória:

V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e suas tradições (Princípio V - Brasil, 2007).

E sobre a memória cultural:

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica (Princípio XIV - Brasil, 2007).

Estes dois princípios são importantes para a reflexão desta dissertação por evidenciar como a Construção de um Complexo Hidrelétrico (Santo Antônio e Jirau) afetou as **gerações atuais**, como é o caso do desalojamento da Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari em detrimento da grande inundação de 2014, assim como afetou diretamente “A preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural”, uma vez que tiveram diversas perdas simbólicas, isto é em relação aos saberes tradicionais, como por exemplo: perda de plantios, pesca prejudicada e não conhecimento das vazões do rio<sup>11</sup> (previsibilidade que tinham anteriormente) que acerca a Comunidade Ribeirinha.

Nas palavras de Krenak (2020), no livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, há uma relação entre a diminuição do que são os saberes tradicionais com a natureza que são colocados em uma balança desigual com os interesses econômicos.

Quando nós falamos que o nosso **rio é sagrado**, as pessoas dizem: “**Isso é algum folclore deles**”; quando dizemos que a montanha está mostrando que vai chover e que esse dia vai ser um dia próspero, um dia bom, eles dizem: “Não, uma montanha não fala nada”. Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista (Krenak, A, 2020).

Desta maneira, a interposição desses interesses se dá no desdobramento da maneira que a humanização das ribeirinhas e ribeirinhos são negadas, porque apesar de conhecerem o ritmo do rio Madeira e desconhecem tamanha inundação na história da

---

<sup>11</sup> São Carlos do Jamari é margeado pelo Rio Madeira.



comunidade anterior a de 2014, estes foram colocados em uma situação de inseguranças, perdas materiais e simbólicas incalculáveis. E partindo da reflexão de que, por mais que existam avanços nas políticas públicas em relação aos Povos Tradicionais, durante este episódio histórico de 2014, não houve aporte financeiro dos aparelhos estatais, isto é, os direitos básicos (saúde, educação e saneamento básico) foram negligenciados a partir do momento que quando as ribeirinhas e ribeirinhos retornaram à comunidade, foram os responsáveis por limpar e retirar a lama que soterrou o território por completo, para depois, a prefeitura religar luz e autorização para a UBS, Delegacia, Administração e Escola retornar ao funcionamento - precisando lidar com o luto da saída repentina da comunidade, das perdas, do cenário vulnerável de morte de animais e destruições imensuráveis.

### 1.3 Comunidades Ribeirinhas na Amazônia brasileira

A Amazônia Legal ocupa uma extensão de 5.015.068,18 km<sup>2</sup>, que corresponde a 58,9% do território brasileiro (8.510.295,914 km<sup>2</sup>). Os Estados que fazem parte da Amazônia brasileira são: Acre (22 municípios), Amapá (16), Amazonas (62), Mato Grosso (141), Pará (144), Rondônia (52), Roraima (15), Tocantins (139) e Maranhão (181), totalizando 772 municípios pertencentes ao território referido (IBGE, 2021). Além da grande extensão territorial, ela apresenta pontos favoráveis de navegabilidade, número de rios, fauna e flora (Lira; Chaves, p. 69, 2015).

Para Valdanha Neto (2019, p. 59), as comunidades tradicionais da Amazônia brasileira são reconhecidas pelo nome **povos da floresta**: “(...) Os povos da floresta compõem esse movimento identitário de luta social dos povos tradicionais como um todo, e da defesa da ocupação humana na floresta amazônica, com ações de **geração de renda e trabalho com a floresta em pé**”.

Devido à grande diversidade encontrada no território amazônico, as políticas públicas implementadas, são marcadas por interesses e estratégias de expansão capitalistas, que interferem no modo de vida das Comunidades Ribeirinhas da Amazônia (Chaves, 2001).

A Amazônia é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, historicamente constituídas, a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região. Pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias. Tal intercâmbio possibilitou uma herança que se revela

nas mais diferentes manifestações socioculturais expressas pelo homem amazônico na vida cotidiana, quais sejam: as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares (Lira; Chaves, 2015, p. 72).

As Comunidades Ribeirinhas fazem parte dos Povos e Comunidades Tradicionais: “(...) Tendo em vista que possuem uma relação particular com a natureza, traduzindo num corpo de saberes técnicos e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam” (Lira; Chaves, 2015, p. 70). As Comunidades Ribeirinhas têm algumas características marcantes, como: a convivência em agrupamentos comunitários; vivem ao longo de rios, localizados em áreas de várzeas e barrancos; uso do rio para navegabilidade e pesca; têm relação de respeito ao manejo dos recursos naturais (para agricultura, criação de animais e extrativismo).

Há uma relação entre o movimento de articulação das ribeirinhas e ribeirinhos com outros movimentos sociais<sup>12</sup>, entre eles: O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), os Movimentos dos Pescadores Artesanais (MONAPE), Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA) e Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (MOPEBAM), que trouxeram à tona a bandeira socioambiental para as articulações na Amazônia, mostrando a importância da preservação do território no âmbito nacional e internacional.

Para Lira e Chaves (2016), se tem como destaque da década de 80, o Conselho Nacional dos Seringueiros, que travava suas lutas pela preservação das reservas extrativistas, como maneira de garantir uma atividade econômica que respeitasse a floresta e não desapropriou a população de seringueiros, coletores de castanha, indígenas e ribeirinhos. Este movimento tinha como liderança Chico Mendes<sup>13</sup>, que denunciava a violência e situação de pobreza a qual viviam as comunidades e povos tradicionais, trazendo soluções de manejos florestais mais sustentáveis, que teve repercussão internacional, após o seu assassinato em 1988. Esta mobilização foi um marco para os movimentos sociais pela bandeira do meio ambiente, o que traz o rosto para a luta pelo território amazônico.

---

<sup>12</sup> Movimentos com bandeiras socioambientais, como resultado de forças de alianças, que trouxeram visibilidade nacional e internacional (Lira; Chaves, 2016, p. 71).

<sup>13</sup> Chico Mendes foi um líder e representante da luta pelas melhores condições de vida dos trabalhadores dos seringais, denunciando as más condições de vida nos seringais e a expulsão destes de suas terras. Foi assassinado em 1988, em Xapuri (Acre). Após seu assassinato, as propostas de reservas extrativistas ganharam visibilidade internacional e em 1989, o governo instituiu o Decreto de criação da primeira reserva extrativista no Acre (Lira; Chaves, 2015, p. 71).

As relações de organização política na Amazônia de modo geral, possuem identidades políticas diferenciadas, tendo para as ações comunitárias como um dos principais processos sociais, com destaque “(...) A solidariedade interna aos grupos, as alianças políticas com interlocutores externos, as reivindicações feitas nas manifestações públicas e nas campanhas, segundo o grau de politização e conscientização do grupo social” (Lira; Chaves, 2016, p. 75).

Os avanços no que diz respeito a políticas públicas e articulações de movimentos sociais são ainda considerados lentos, porém, para Valdanha Neto (2019, p. 59):

Apesar dos lentos e parciais avanços, essa realidade tem sido paulatinamente transformada, e as resistências aos processos de desterritorialização desses povos, seja por pressão dos grandes proprietários de terra, ou de grandes empreendimentos estruturais, como **usinas hidrelétricas** estão se fortalecendo e ganhando visibilidade na sociedade. A noção de território é utilizada em associação com o conceito de cultura para melhor compreender as imbricações dos grupos humanos em seus lugares de vida (Valdanha Neto, 2019, p. 59).

Visto esta contextualização dos “povos da floresta”, habitantes do território amazônico e o histórico de lutas e articulações das Comunidades Ribeirinhas (integrantes dos Povos e Comunidades Tradicionais), busca-se protagonizar as memórias coletivas das ribeirinhas e ribeirinhos da comunidade de São Carlos do Jamari, a partir das fontes orais captadas durante os encontros, apoiados com a ferramenta de entrevistas semiestruturadas individuais. Desta maneira: “As fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita ou falha ou distorcida. Outro aspecto diz respeito ao conteúdo: a vida diária e a cultura material dessas pessoas e grupos (...)” (Portelli, 1997, p. 27).

#### **1.4 Caminhos formativos desde o Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia**

O NAPRA (Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia), é uma organização sem fins lucrativos que atua em conjunto com Comunidades Ribeirinhas no Estado de Rondônia, na região do Baixo Rio Madeira e com pessoas interessadas em atuar no contexto amazônico<sup>14</sup>. Desta maneira, atua no fortalecimento de vínculo nas

---

<sup>14</sup> Está na premissa do NAPRA formar pessoas engajadas que se tornem multiplicadoras, para atuar academicamente e profissionalmente com o contexto amazônico.

comunidades com a finalidade de apoiar no engajamento comunitário e propiciar vivências para voluntárias e voluntários que têm interesse em atuar em prol de políticas públicas para a Amazônia.

O NAPRA acredita que todas as ações que visem a conservação da floresta devem ser desenvolvidas em parceria com as comunidades que a habitam, cujos modos de vida permitem a existência da floresta em pé. Os povos tradicionais estão dentre os mais prejudicados pelo modelo de desenvolvimento de valorização do capital. São inúmeras as ameaças que os afetam, tais como: desmatamento, garimpo, impactos da construção de hidrelétricas, queimadas, grilagem de terras. Portanto, nosso grande objetivo é realizar vivências e promover o engajamento entre as pessoas voluntárias e das comunidades ribeirinhas, buscando fortalecer a participação social e o acesso a políticas públicas para melhorias socioambientais (NAPRA, *s. d.*).<sup>15</sup>

O NAPRA atua no Estado de Rondônia desde 1993. Foi fundado com um grupo de estudantes da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de São Francisco (USF), com o Projeto “Missões Rondônia”, no Baixo Rio Madeira, na Comunidade Ribeirinha de Calama. Em 1995, a USF altera o formato da anterior “Missões” para um Projeto de Extensão Universitário e o denomina de Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA). Em 2000, o NAPRA ganha uma doação de um barco navio para prestar assistência do âmbito da saúde nas Comunidades assistidas.

Em 2004 o NAPRA se torna independente (tornando-se uma associação com a primeira diretoria escolhida), ampliando também a diversidade de frentes de trabalho (saúde, educação e produção) e voluntárias e voluntários de áreas distintas. Entre 2005 a 2013 o NAPRA criou uma parceria com o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais) e outras Universidades. Em 2014, ocorreu a inundação em diversas Comunidades Ribeirinhas em que o NAPRA atua, impactando diversos aspectos socioambientais da vida das ribeirinhas e ribeirinhos - episódio que impacta até os dias atuais a vida nas Comunidades Ribeirinhas ao redor do Rio Madeira e que gera o objeto de pesquisa desta dissertação.

Nos anos seguintes, o NAPRA estabelece outras Parceria com o ISA (Instituto Socioambiental) - para investimento em tecnologia de beneficiamento de produtos florestais não-madeireiros na RESEX Lago do Cuniã em 2016 - e recebe menção

---

<sup>15</sup> Fonte: <https://napra.org.br/>. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

honrosa Jorg Zimmermann de Sociobiodiversidade pelo trabalho com o grupo de extrativistas da RESEX. E em 2018, se desvincula oficialmente da USF.

Em 2019, o NAPRA realizou uma grande atuação nas Comunidades de Cavalcante, RESEX Lago do Cuniã, Nazaré e São Carlos do Jamari com cerca de 30 voluntárias e voluntários, que se distribuíram em frentes de trabalho pré-estabelecidas para fortalecimento em áreas distintas: educação, saúde, produção e para a elaboração de um Diagnóstico Socioambiental nas quatro comunidades (no item “1.5” deste Capítulo este Diagnóstico será detalhado). Foi neste momento que eu tive minha primeira experiência de vivência e convívio em São Carlos do Jamari.

Primeiramente, participei de um processo seletivo para entrar no NAPRA e assim que fui aceita, fiz parte da Regional de Campinas (local mais próximo da cidade que vivia neste ano). Durante os primeiros seis meses deste ano, participei de encontros mensais formativos na cidade de São Carlos (SP) com a Equipe completa do NAPRA (Diretoria, Conselheiros, pelas mais antigas do grupo e novas pessoas voluntárias) com temáticas socioambientais. A ideia principal era que todas as pessoas tivessem um panorama sobre temas de educação, saneamento básico, sistemas de cooperativo, saúde e histórico do estado de Rondônia/Amazônia num geral com leituras, debates e rodas de diálogos. Isto porque cada pessoa voluntária era de uma área do conhecimento, isto, partiam de uma formação acadêmica e profissional distinta, tornando os encontros formativos, uma troca de conhecimento e experiências importante antes de ir ao território.

Após estes seis meses formativos, me desloquei junto a uma equipe de aproximadamente quinze pessoas para a Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari, permanecendo no território por cerca de um mês, articulando com outras voluntárias o Projeto de Diagnóstico Socioambiental Participativo. Durante este convívio na comunidade, era recorrente o tema da inundação de 2014 nas falas do dia-a-dia e nas recordações das comunitárias e comunitários, sendo um marco histórico de: **“antes da cheia de 2014”** e **“depois da cheia de 2014”**. A inundação é conhecida como cheia de 2014 na região do Baixo Rio Madeira. Isto causou em mim, uma inquietação para um aprofundamento de estudos sobre este episódio marcante na vida da Comunidade Ribeirinha.

Em março de 2020 o mundo se deparou com a Pandemia da COVID-19, uma das mais devastadoras crises socioambientais mundiais, que resultou na morte de milhares de pessoas e instabilidades no âmbito da saúde, bem-estar e educação.

Seguindo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a recomendação era de manter isolamento social (o que inclui o fechamento de comércios que oferecem serviços considerados não essenciais), uso de máscaras e álcool em gel. Este isolamento afasta os costumes tradicionais comunitários e traz também à tona as vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos Povos e Comunidades Tradicionais.

Vem cá meu amigo  
 Vou te contar, por favor  
 O que está acontecendo  
 E causando temor  
 Tem uma tal de Covid  
 Assustando p'ra valer  
 Ele é invisível  
 E já fez muitos morrer  
 Ele é perigoso  
 P'ra mim e p'ra você  
 Não pega leve com a vovó e o vovô  
 Muito menos com bebê (...)  
 Por favor se cuide bem  
 E de sua família também  
 Nada de contato social / Use a mídia social  
 Que Deus nos proteja / Amém?!"  
 (Sândila Alves, 2020).<sup>16</sup>

Neste ano de 2020, o NAPRA realizou uma arrecadação financeira no formato *online*, para o envio de kits de higienização (álcool em gel e máscaras<sup>17</sup>) e cestas básicas para quatro comunidades: RESEX Lago do Cuniã, Cavalcante, Nazaré e São Carlos do Jamari. Essa arrecadação foi viabilizada por 177 apoiadores individuais, doação do grupo de extensão da ESALQ/USP GADE (Grupo de Adequação Ambiental) e parceria com o Doutores da Amazônia, Grupo Minhas Raízes<sup>18</sup>, Núcleo de Apoio à Comunidade do Baixo Rio Madeira (NAC) e lideranças das quatro comunidades. Para a divulgação, foram feitas reportagens pelos seguintes meios de comunicação: Rádio CBN Porto Velho, SPTV Rondônia<sup>19</sup>, G1 Rondônia e Jornal de Piracicaba G1. A presente pesquisadora participou da organização da arrecadação e logística de entrega da Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari<sup>20</sup>.

<sup>16</sup> Poema elaborado por Sândila Alves, poetisa nascida na comunidade ribeirinha São Carlos do Jamari (RO), para a vakinha de arrecadação do projeto de envio de apoio emergencial para as comunidades do baixo madeira pelo NAPRA em 2020 (NAPRA, 2020).

<sup>17</sup> As máscaras foram costuradas por duas Comunitárias da Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari e Nazaré com o tecido doado pela Instituição Doutores da Amazônia.

<sup>18</sup> Grupo musical organizado por uma família da Comunidade de Nazaré.

<sup>19</sup> Transmissão pela Globo do Estado de Rondônia.

<sup>20</sup> Para esta Comunidade, foi priorizada a entrega dos kits para alunas e alunos da Rede Estadual de Ensino, por ser uma Escola que não estava sendo beneficiada por nenhum auxílio financeiro para as famílias, para suprir com a alimentação provinda da merenda escolar.

Durante este projeto de viabilização emergencial de kits de higienização, cestas básicas e máscaras, pude contribuir com a articulação entre doadores e lideranças locais de São Carlos do Jamari para a logística de envio, junto a outras pessoas do NAPRA. O cenário de São Carlos do Jamari (2020) era: a escola municipal, estava recebendo um auxílio para substituir a merenda escolar destinado às famílias, porém, a escola estadual, não contatava com este apoio, por isto, a ação priorizou o envio das entregas às famílias desta instituição de ensino. A partir das doações, foram compradas os itens de mercado (cestas básicas e kits de higienização em um mercado varejista em Porto Velho), e o NAC fez a logística de envio até a Foz do Jamari, local de encontro para que as lideranças de cada comunidade (Cavalcante, RESEX Lago do Cuniã, São Carlos do Jamari e Nazaré) pudessem pegar por via fluvial e enviar para as pessoas beneficiadas.

Figura 1 - Retirada das cestas básicas na Foz do Jamari pelas lideranças locais de São Carlos do Jamari.



**Fonte:** Enviado por uma Liderança Local da Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari, 2020.

Na época (2020), o Administrador de São Carlos do Jamari fez a coleta dos kits e cestas e com o apoio da comunidade, fez o carregamento para a Escola Estadual e para a Comunidade de Cavalcante. Na Escola, o Diretor ficou responsável junto à sua equipe de fazer a entrega, que foi bem organizada: com sistema de divulgação para as famílias da data e listagem para verificar quem ia coletando.

No ano de 2020 também, o NAPRA passa por uma estruturação interna marcada pela atuação a distância com as Comunidades Ribeirinhas (devido a necessidade de isolamento social da Pandemia da COVID-19) e entre os anos de 2020 e 2021 se dedicou na realização do Projeto “Pessoas, ambiente e saúde: um retrato das

comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira/RO” com apoio do Santander/USP/FUSP - que é elaborado a partir da organização dos dados coletados de 2019 por meio do Diagnóstico Socioambiental aplicado nas Comunidades Ribeirinhas, onde houve a atuação de 2019 (que será detalhado no item “1.5” a seguir).

À época da redação do texto dessa dissertação (2023), o NAPRA contava com uma Equipe Multidisciplinar de Voluntárias e Voluntários, que são divididos em Grupos de Trabalho (Comunicação, Administrativo, Formação e Captação de Recursos) e com uma Diretoria e Conselho Consultivo regidos por um Estatuto. O NAPRA tem uma importância imensurável para a equipe de voluntárias e voluntários, pelo aprendizado adquirido com as comunidades e a amorosidade<sup>21</sup> entre as relações experienciadas. E partindo desta experiência de voluntariado de 2019 a 2021, foi de onde partiu a intenção de se compreender mais sobre a inundação de 2014. Durante estes anos e até a época da redação do texto (2023) mantenho laços de amizade e contato com pessoas da comunidade. Então, foi neste encontro de narrativas sobre a cheia de 2014, que se deu essa gestação de um estudo mais cuidadoso dos registros das memórias coletivas deste episódio.

### **1.5. Diagnóstico Socioambiental do NAPRA (2020 a 2023)**

O Diagnóstico Socioambiental é uma ferramenta para gerar informações disponíveis sobre dada região, que resulta em fontes quantitativas e qualitativas, sendo estes construídos de forma sistêmica, levando-se em consideração aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e espirituais. Este diagnóstico é pode ser um instrumento para a tomada de decisões por atores públicos e privados, mostrando as alternativas para as problemáticas encontradas (Martins, 2004).

O Diagnóstico Socioambiental tem por objetivo reunir informações disponíveis sobre a região, agregando novas fontes de dados e promovendo a elaboração de análises que permitam a visualização dos problemas e das potencialidades, a avaliação das políticas públicas de desenvolvimento e preservação em execução e a discussão de alternativas que contemplem a complexidade local. Também desenvolve ações de monitoramento da área, acompanhamento da elaboração e implementação de zoneamentos ambientais, legislações específicas e a disseminação das informações junto a

---

<sup>21</sup> Amorosidade: Relacionada às relações humanas, aqui relacionada ao ato de educar - a partir do encontros de leituras de Paulo Freire.



organizações sociais, prefeituras municipais e a rede de ensino (Simon; Noal, 2004, p. 3).

Entendendo a definição e importância de um Diagnóstico Socioambiental, o NAPRA realizou um destes entre os meses de Julho a Agosto de 2019<sup>22</sup>, com o título do projeto “Pessoas, meio ambiente e saúde - Um retrato das Comunidades Ribeirinhas do Baixo Madeira - RO”, nas Comunidades Ribeirinhas de Cavalcante, RESEX Lago do Cuniã, Nazaré e São Carlos do Jamari, realizando questionários em visitas domiciliares: com dados individuais, que representavam a pessoa entrevistada e coletivo, representando o domicílio. As perguntas eram pré-elaboradas e tinham o intuito de identificar informações a partir dos seguintes pontos: a) Trabalho e geração de renda; b) Educação; c) Acesso à energia; d) Saneamento e saúde; e) Acesso à saúde.

Nos anos de 2020 a 2021, a Equipe do NAPRA se debruçou a fazer as devidas análises e interpretações dos dados coletados, transformando este material em formato de cartilhas<sup>23</sup> (cada uma, para uma comunidade) e fez a distribuição entre o território entre 2022 e 2023 nos territórios (tanto em visitas domiciliares, como também em eventos e instituições locais).

O espaço amostral das entrevistas chegou ao número de 378 pessoas atingidas e 110 residências visitadas ao longo da aplicação do Diagnóstico Socioambiental realizado. Para a realização das visitas domiciliares, se traçou uma logística para atingir a maior abrangência territorial de cada Comunidade.

A partir da análise sobre Trabalho e Geração de Renda, pode-se chegar aos seguintes dados: apenas 33% das pessoas entrevistadas participam de grupos políticos/administrativos ou associação de moradores; quase 40% da comunidade vive com uma renda familiar de 0 a 1 salários-mínimos (valor base de R\$998,00 em 2019); as principais fontes de trabalho são decrescentemente: benefícios do Governo, pesca, negócio próprio. Segundo o documento elaborado, na percepção das pessoas que moram na comunidade: “(...) O pouco apoio do governo por meio de políticas públicas que incentivem as atividades de produção e subsistência, que são as principais responsáveis pela reprodução sociocultural da comunidade (pesca e agricultura), é limitado e

---

<sup>22</sup> Estive presente na elaboração das perguntas a aplicação do Diagnóstico Socioambiental em 2019 junto a Equipe do NAPRA. Posteriores análises, revisões e distribuições das cartilhas foram feitas pela instituição.

<sup>23</sup> Para a diagramação e impressão das Cartilhas, houve apoio financeiro da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, Programa Santander Universidades, Fundo CASA Socioambiental e ICMBio.

insuficiente” (NAPRA, 2021, p. 22). O documento reúne importantes informações sobre a pesca (que é desenvolvida principalmente pelos homens da comunidade), que vem sofrendo constantes dificuldades em ser desempenhada (o que afeta os saberes e costumes tradicionais comunitários), relacionando esta problemática à construção das barragens.

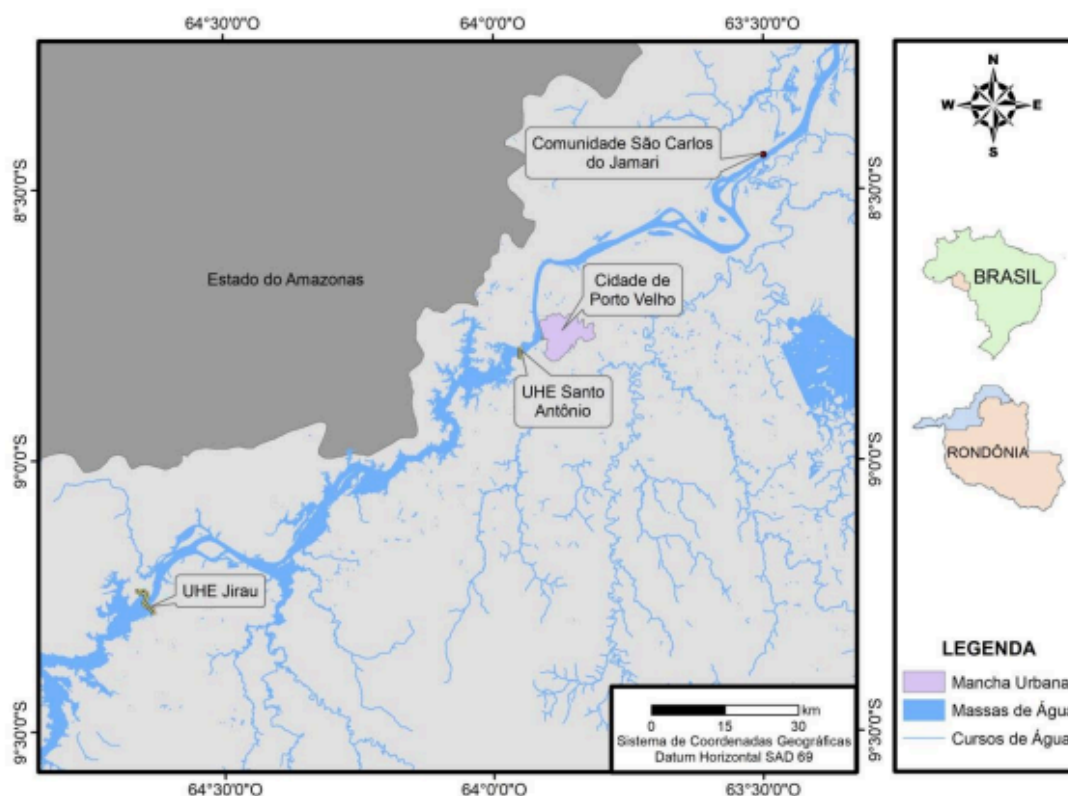
A falta de peixes no rio que já foi muito mais farto, sendo que as principais culpadas são as usinas de Santo Antônio e Jirau que controlam o fluxo de água do rio Madeira. Além disso, o garimpo também é lembrado pela possível contaminação de peixes com mercúrio. Outro problema é que a pesca só é permitida durante uma parte do ano, e nos meses em que não se pode pescar o pescador precisa pegar o seguro que devido a burocracia e a demora no pagamento dos que conseguem acaba sendo uma opção pouco viável (NAPRA, 2021).

Em relação ao Acesso à Energia, São Carlos do Jamari, obtém energia elétrica através de uma usina de geradores movidos à diesel, próxima a comunidade, que abastece o território 24h por dia. Através do Diagnóstico Socioambiental, também, pode-se notar que o valor é elevado financeiramente para as famílias.<sup>24</sup> São Carlos do Jamari é margeada pelo Rio Madeira, que engloba um Complexo Hidrelétrico: Santo Antônio e Jirau, que geram eletricidade para outros estados e cidades, chegando a transmitir até Araraquara-SP. Isto é, apesar de ter um grande empreendimento próximo à comunidade, está não tem acesso a energia gerada por este empreendimento que está às margens de suas casas.

---

<sup>24</sup> “Esta forma de obtenção de energia fornecida para as pessoas que moram na comunidade gera impactos negativos no meio ambiente devido à emissão de gases poluentes pela utilização de combustíveis fósseis. Além disso, há danos na qualidade de vida das pessoas, visto que o combustível é muito caro, o que faz com que as comunitárias e os comunitários desembolsem grande parte da sua renda para ter energia elétrica em casa”. (NAPRA, 2021, p. 40).

Figura 2 – Disposição espacial das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e a comunidade de São Carlos do Jamari.



**Fonte:** Diógenes Valdanha Neto, p. 31, 2019 - Figura elaborada na tese de Doutorado “Habitantes das águas em descompasso: processos de aprendizagem social desencadeados por situação de desastre” para o PPGE/USP.

No mapa elaborado pelo Professor Doutor Diógenes Valdanha Neto (2019) mostra as duas barragens das UHEs Jirau e Santo Antônio e a comunidade de São Carlos do Jamari. As UHEs têm uma extensão de transmissão elétrica de 2450 km, que percorre um caminho até a cidade de Araraquara (SP). Apesar de toda essa dimensão, a energia gerada não é destinada à comunidade de São Carlos do Jamari.

Não é o foco desta dissertação apurar a inundação de 2014 com a construção e operação do Complexo Hidrelétrico Santo Antônio e Jirau, porém, a partir do repertório adquirido pelo voluntariado do NAPRA, somado às idas e conversas com as comunitárias e comunitários de São Carlos do Jamari me se posiciono com a ideia de que, o empreendimento sim, modificou os costumes tradicionais deste território, uma vez que a operação das UHEs tem uma janela de tempo muito próxima com este desastre ambiental que impactou em tantas proporções a vida da ribeirinha e ribeirinha às margens do rio Madeira.

Com este Diagnóstico Socioambiental, o NAPRA teve o objetivo de organizar informações sobre a comunidade e utilizar este documento sistematizado como um

instrumento para o fomento de possíveis implementações de políticas públicas para o território e também apoiar em políticas de autogestão comunitária - desta maneira retorna em 2022 para São Carlos do Jamari para apresentar a cartilha as comunitárias e comunitários através de visitas domiciliares e eventos organizados pela Instituição.

Ter participado ativamente da equipe de produção deste diagnóstico socioambiental foi uma das principais atividades que convergiu para a proposição do projeto de pesquisa que dá origem a esta pesquisa de mestrado. Vale ressaltar que meus laços de amizade com as pessoas da comunidade de São Carlos do Jamari começou em 2019 e até a escrita desta dissertação (2023) ainda existem, isto é, fui a comunidade duas vezes (2019 pelo voluntariado e 2022 pelo estudo), mas conheço a dinâmica de convívio, me relaciono com as pessoas e utilizo da possibilidade de fazer um estudo mais aprofundado sobre a cheia de 2014, na tentativa de deixar este registro histórico acessível na comunidade e que possa ser - caso se precise - um instrumento de base legal para políticas públicas no território.

## **CAPÍTULO 2 - BASE EDUCACIONAL SOBRE MEMÓRIA COLETIVA: EDUCAÇÃO E MEMÓRIA COLETIVA**

Como metodologia principal deste estudo, foi escolhido a Memória Coletiva, com a justificativa que esta pode ser uma forma de contribuir com a resistência e resiliência de uma comunidade ribeirinha que foi afetada em 2014 por uma grande inundação, conhecida pela comunidade e arredores por “**A Cheia de 2014**”. Para isto, este capítulo foi dividido em duas partes: 2.1) Fontes Orais e História Oral e 2.2) Conceitos de Memória Individual e Memória Coletiva.

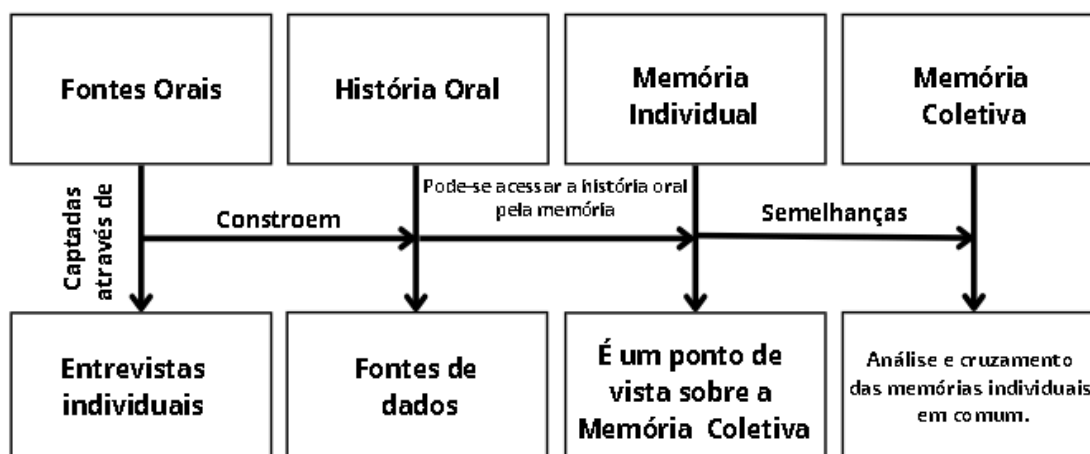
O conceito de **Memória Coletiva** é uma construção desenvolvida pela pessoa que pesquisa, através da **Captção de Fontes Orais** (que podem ser narrativas sensíveis/traumáticas<sup>25</sup>) com pessoas que vivenciaram e vivem determinado momento histórico e estas são captadas a partir de **entrevistas individuais**. Estas **Narrativas/Fontes Orais** constroem as **Fontes de Dados** para a **História Oral** e com isto, é possível se acessar a **História Oral** pela memória, sendo ela, **Memória Individual (é um ponto de vista sobre a Memória Coletiva)** do que pensava que estava fazendo/agindo naquela janela de tempo e o que se recorda. Ao se acessar as **Memórias Individuais** - isto é, a partir das **Fontes Orais** - pode-se encontrar semelhanças, que após uma **análise e cruzamento das memórias individuais em comum**, pode-se acessar a **Memória Coletiva** do estudo proposto.

A seguir, serão demonstrados os caminhos para se encontrar a Memória Coletiva de um estudo, fruto da elaboração própria a partir da literatura disponível.

---

<sup>25</sup> Por este motivo, é necessário que a pessoa pesquisadora se comprometa com a ética na pesquisa relacionada com a memória coletiva de desastres ambientais, tanto nas capturas de fontes/narrativas orais, quanto na sua interpretação, pois pode esbarrar em narrativas sensíveis e traumáticas para dada comunidade.

**Quadro 1** – Caminhos para o estudo da Memória Coletiva.



Fonte: Elaborada pela autora.

## 2.1 Fontes Oraís e História Oral

As fontes oraís são as narrações individuais, dialógicas e não formalizadas e são validadas<sup>26</sup> pelas normas críticas da historiografia. Estas são elaboradas na presença e participação da pessoa que entrevista: “Trata-se, então, de uma fonte relacional, em que a comunicação vem sob a forma de troca de olhar (entre/vista), de perguntas e de respostas, não necessariamente em uma só direção” (Portelli, 2017, p.182-183).

Na realidade, as fontes escritas e oraís não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). Desta forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos (Portelli, 1997, p. 26).

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988), a história dos relatos oraís desempenha importante papel na transmissão de conservação e do conhecimento das fontes oraís. Para Rigotto (1998, p. 120): “Na história Oral, o recorte se dá na coleta e registro de relatos sobre fatos, acontecimentos de mesmo período histórico testemunhados pelo entrevistado, cujo conhecimento se deseja ampliar ou complementar”.

Alessandro Portelli<sup>27</sup> (1999), realizou uma pesquisa sobre as memórias das Fossas Ardeatinas - cavernas - no sul de Roma, sobre a elaboração dos lutos

<sup>26</sup> “A principal objeção às fontes oraís por parte de uma historiografia metodologicamente conservadora sempre se fundou sobre questões de credibilidade” (Portelli, 2017, p.188).

<sup>27</sup> Alessandro Portelli nasceu em 1942, em Roma na Itália. É um estudioso, professor de literatura na Università di Roma "La Sapienza" e é referência mundial nos estudos da História Oral.

vivenciados e como estavam conduzindo suas vidas, após um massacre vivido. Entrevistou familiares, mas majoritariamente esposas dos mortos. Surpreendentemente, uma das entrevistadas desvelou, após desligar o gravador, em um momento mais descontraído, que para além das dificuldades financeiras vividas (para a obtenção da pensão atribuída à família das vítimas), homens, ao saber que as mulheres não estavam mais na presença de seus maridos, se aproveitavam para se aproximar de forma abusiva destas mulheres, se enquadrando em ameaças ou atos de abusos sexuais. Portelli, não esperava este fato e verificou que esta narrativa também estava presente nas memórias de outras entrevistadas, mas que não tinha aparecido até então nas entrevistas, por dois motivos: as mulheres não tinham a dimensão da importância deste registro para a historiografia, uma vez que elas não tinham tido a oportunidade de falar sobre o caso (nem ao menos entre elas) e em segundo lugar, porque ninguém nunca havia perguntado.

Os estudos da história oral se iniciaram no século XIX no mundo e no Brasil os relatos orais tiveram sua representação nas décadas de 1940 e 1950, com os estudiosos: Roger Bastide, Renato Jardim Moreira, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Florestan Fernandes, sendo extremamente importante para reconstruir os acontecimentos que os entrevistados vivenciaram. No contexto brasileiro, após a década de 1950, houve um “eclipse” dos estudos sobre os relatos orais, justificados pelo “encantamento” com as técnicas estatísticas (Rigotto, 1998, p.117-118).

Seu ressurgimento, a partir dos anos 70, é marcado na área da psicologia social, em estudo conduzido por Ecléa Bosi, sobre a memória enquanto atributo humano estreitamente dependente da vida social e por ela determinada (Rigotto, 1998, p. 118).

Estas narrativas individuais podem ter significados, tendo uma relação desta com o grupo que os entrevistados participam. Para que ela ocorra, é necessário que a pesquisadora tenha disponibilidade de escuta e os entrevistados, tenham disponibilidade para falar.

Desta maneira: “(...) é a disponibilidade do historiador à escuta que institui dialogicamente a possibilidade do narrador de falar. E naturalmente, é a disponibilidade do narrador de falar que permite o historiador fazer seu trabalho” (Portelli, 2017, p.184), portanto, a pessoa que se propõe a estudar a história oral pode ter a dimensão de que esta é um resultado de como a história interferiu na vida da pessoa que vivenciou o acontecimento, levando-se em consideração que muitas vezes, estas histórias e pessoas

que experienciaram este acontecimento não é dimensionado como relevantes para a historiografia.

Portanto a história oral é uma arte, além da arte de escutar, a de relação, da relação entre a pessoa entrevistada e a pessoa que entrevista (diálogo), a relação entre o presente sobre o qual se fala e o passado, do qual se fala (memória), a relação entre o público e o privado, a autobiografia e a história, a relação entre oralidade (da fonte) e da escrita (do pesquisador). (Portelli, 1997, p. 184).

Desta forma, a história oral é uma forma de se acrescentar às inúmeras fontes escritas testemunhos captados oralmente, através daqueles que participaram do evento de estudo, com uma multiplicidade de pontos de vista. Estas fontes são agrupadas em três pontos: o passado (acontecimento histórico), o presente (narração do entrevistado) e a relação que existe e existiu entre estes períodos, podendo-se dizer que, a partir destas fontes orais, a história oral são os acontecimentos, a história da memória e a posterior revisão destes acontecimentos a partir da memória (Portelli, 1997):

Por isto, o trabalho do historiador oral inclui a historiografia em sentidos estreitos (a reconstrução do passado), a antropologia cultural, a psicologia individual, a crítica textual (a análise e interpretação da narrativa), e a aplicação da segunda à primeira. A história oral é, portanto, história dos acontecimentos, história da memória, e a revisão dos acontecimentos através da memória (Portelli, 1997, p. 188).

Na oralidade, não acessamos um discurso concluído e sim um discurso a realizar-se - desta maneira, as fontes orais não são um documento do passado, mas um ato do presente (Ong, 1982).

A passagem das fontes orais à história oral, porém, implica transformações mais relevantes. Significa, de fato, tratar estas fontes não como material complementar, auxiliar, em relação às outras fontes mais “canônicas”, mas traçar sobre a centralidade das fontes orais implica procedimentos e atitudes diversas que derivam dos diversos processos de formação da fonte oral. (Portelli, 2017, p.182).

Muito frequentemente, as pessoas historiadoras da história oral usam uma gama de citações de suas próprias fontes orais elaboradoras como resultados das entrevistas para demonstrar a multiplicidade de interpretações sobre determinado assunto: “(...) a amplitude das citações procura salvar a polissemia e a abertura da forma narrativa,



sempre sujeita a uma multiplicidade de interpretações, porque são inerentemente atravessadas pela ambiguidade e pela complexidade” (Portelli, 2017, p.191).

Portanto, podemos compreender que as fontes orais são o resultado de um trabalho comprometido entre a pessoa que entrevista (em escutar e ter uma fala dialógica) e a pessoa que narra (tendo disponibilidade de fala e interesse em narrar sua vivência), a partir de uma entrevista. Desta maneira, se constrói a história oral, desvelando importantes fontes orais para a historiografia.

As entrevistas são o momento em que a pessoa que se dispõe a entrevistar, apresenta os objetivos de seu estudo para àquelas e àqueles que serão convidados a participar, marcando horário, dia e local mais adequado para ambas as partes (prezando por um ambiente mais silencioso e sem outras pessoas, para não haver ruídos na comunicação). Também é o momento em que a pessoa pesquisadora explica qual será a forma de captar os áudios desta entrevista (podendo ser por gravadores de áudio, vídeos etc.). Após a entrevista<sup>28</sup>, a pesquisadora precisa fazer a transcrição destes áudios. Segundo Portelli (1997, p. 28): “A fim de tornar a transcrição legível, é usualmente necessário inserir sinais de pontuação, sempre, mais ou menos, adição arbitrária do transcritor. A pontuação indica pausas distribuídas de acordo com regras gramaticais: cada sinal tem um lugar convencional, significação e comprimento (...)”.

Pensando na sociedade desigual em que vivemos, se faz necessário que as vozes ecoem de grupos vistos como marginalizados, uma vez que a classe dominante detém o controle da história escrita. A história oral, pode ser desta maneira, uma forma de registrar eventos ainda não documentados, desconhecidos e que podem carregar enormes significados uma vez que a história oral é constituída por uma multiplicidade de pessoas entrevistadas.

## **2.2 Quando a memória é compartilhada: notas sobre a memória coletiva**

Recorremos aos testemunhos para colaborar ou invalidar algum fato, mas também para completar algo que já sabemos de um acontecimento, do qual já estamos de alguma forma informados. Não estamos sozinhos ou podemos afirmar que pensamos sozinhos, porque nossos pensamentos se entrelaçam com o do grupo/comunidade em que convivemos durante aquela recordação. Quando reencontramos uma amiga ou

---

<sup>28</sup> Nesta pesquisa, foi escolhido se trabalhar com as entrevistas individuais semiestruturadas com a captura de áudios por gravador - detalhada no capítulo de Metodologias.

amigo, por exemplo, pensamos em algo que vivemos, resgatamos juntos circunstâncias distintas do que cada pessoa se lembra do mesmo acontecimento, isto é, cada um, pode recordar mais ou menos que o outro, por estar mais presente no grupo em que ocorreu o acontecimento (permanecendo neste), por participar de comunidades mais reduzidas de convívio ou por estar mais comprometido com este grupo, porém, essa reconstrução se opera a partir de noções em comuns com às dos outros (Halbwachs, 1968, p.163-168).<sup>29</sup>

Maurice Halbwachs (1877-1945) criou a teoria da Memória Coletiva e foi responsável por inserir os estudos da memória no campo das ciências sociais, assim sendo, dentro da psicologia social. O sociólogo morreu no campo de concentração nazista Buchenwald na Alemanha em 1945. Conceitualizou a memória coletiva como uma construção social, devido à tendência das pessoas em viver em grupos (organizadas em sociedades), criando laços de convivência e afinidades que resultam em memórias em comum: “Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias” (Halbwachs, 1968, p. 25).

Para Maurice Halbwachs (1968), em “*La mémoire collective*” (obra póstuma), retomando a teoria que não estamos sozinhos em nossas recordações e pode-se ter recordações diferentes mesmo no mesmo grupo. Para exemplificar estas afirmações, será retratadas algumas situações encontradas em sua obra:

→ **Primeira situação sobre memórias compartilhadas:** Se percorremos uma cidade com um (a) arquiteto (a), esta pessoa trará observações sobre aspectos arquitetônicos dos locais percorridos; se percorremos com um (a) historiador (a), esta pessoa pode trazer informações sobre pessoas importantes do local ou datas importantes; se percorremos com um (a) pintor (a), este (a) trará observações sobre as tonalidades dos palácios ou igrejas; e assim por diante. Ao retornar àquela mesma cidade: “Suponhamos que passeie completamente sozinho. Poderia dizer que, deste passeio, não se pode conservar recordações individuais que não são minhas?” (p.164),

→ **Segunda situação sobre relações afetivas:** Se uma pessoa é amada, porém, ama de forma mais moderada, só de forma tardia ou nunca, perceberá a importância de

---

<sup>29</sup> Maurice Halbwachs nasceu na França (1877-1945). Foi um filósofo influenciado pela escola durkheimiana, Suas referências se destacam no campo da psicologia social, em especial na formulação da teoria da Memória Coletiva. Os trechos utilizados aqui foram retirados da obra “*La Mémoire Collective*” (1950) - obra póstuma). A tradução utilizada neste estudo foi feita em 1968, por Pablo Gianera.

seus menores gestos e palavras. Mas, aquele que ama mais, se recordará de declarações e promessas do que aquele que ama menos. Isto é: “Isto nem sempre é efeito da inconstância, infidelidade ou imprudência. Trata-se simplesmente de menos comprometimento nesta sociedade/parceria de sentimentos desigual que foi compartilhada” (p.168)

→ **Terceira situação sobre a convicção em tomar reflexões como puramente individuais:** a falsa ideia de que nossas ideias, reflexões, sentimentos e paixões foram elaboradas de forma individual, sem a inspiração de nosso grupo (de convívio). Isto é: “Quantas vezes, exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantáramos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. ‘Já havia pensado nisto’: não nos damos conta de que não somos apenas um eco” (p.182).

→ **Esquecimento e reconstrução da memória:** Por vezes, a memória pode sofrer interferências de uma reconstrução parcial ou desordenada dos fatos, causada por um certo esquecimento parcial dos eventos - que é influenciado pelo distanciamento do grupo social ao qual participamos anteriormente. Isto é: “Esquecer uma língua estrangeira é não ser mais capaz de compreender aqueles que se endereçaram a nós nesta língua, quer fossem pessoas vivas e presentes, quer fossem aquelas obras que líamos” (p.185).

Complementando a ideia de esquecimento e reconstrução da memória, podemos elucidar ainda mais esta questão com as contribuições de Portelli (1991) sobre o termo *ucronia* “(...) que significa ausência ou erro de cronologia, ou um tempo ao qual nunca se chegou”.

(...) Em cada situação, a narração ucrônica contra-factual imagina uma curva ausente, ou uma curva errada, no curso da história, e implicitamente exprime um juízo de conduta ou desilusão sobre a história real, sobre o mundo como foi e como é, e nos faz entender com aqueles pensamentos, com aquelas visões e sonhos de mundo possíveis, como as pessoas com quem falamos vivenciaram o tempo de suas vidas e da história (Portelli, 1991, p.99-116).

Ainda sobre as falhas cronológicas Bosi (2023):

Às vezes, há deslizos na localização temporal de um acontecimento, como a passagem do cometa Halley, as experiências do voo de Santos Dumont, as campanhas de

saneamento dos mata-mosquitos de Oswaldo Cruz. Falhas de cronologia se dão também com os acontecimentos extraordinários da infância e da juventude: o primeiro bonde, o primeiro rádio, a construção dos edifícios do centro, o cinema falado, a travessia do Atlântico em avião, o voo do Zepellin (Bosi, 2023, p. 436).

Em outras palavras, podemos compreender que a memória pode ser falsa, isto é, as recordações podem ser falsas, em decorrência de alguns elementos: grau de interação com o grupo social, distorções e manipulações de propagandas, influências ideológicas, dificuldades das recordações e imaginário em comum de reconhecer a lógica dos processos que levaram a tal episódio histórico.

A força da evocação pode depender do grau de interação que envolve: eventos de repercussão restrita diferem, em sua memorização, dos que foram revividos por um grupo anos a fio. Mas, uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais. Conhecemos a tendência da mente de remodelar toda experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-las: experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. O empenho do indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um ‘desejo de explicação’ (Bosi, 2023, p.436).

No contexto brasileiro, destaca-se Ecléa Bosi, no campo da história oral (como citado anteriormente) quanto nos estudos da memória, em especial com sua obra “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos” (a qual dedica à Maurice Halbwachs) publicada em 1979 (aqui foi utilizada a edição de 2023). A obra conta com as memórias de proletárias e proletários e trabalhadoras domésticas imigrantes da cidade de São Paulo, com a narração de pessoas idosas: “Não pretendi escrever uma obra sobre memória, nem uma obra sobre velhice. Fiquei na interseção dessas realidades: colhi a memória” (Bosi, 2023). Desta maneira, se desvela memórias de personagens que por serem pessoas idosas, não são mais membros ativos da sociedade no que diz respeito ao trabalho, mas que tem muitas memórias da imigração e de suas vidas para serem narradas. O livro conta com a transcrição cuidadosa de Ecléa Bosi das memórias individuais de cada pessoa entrevistada: “Fomos ao mesmo tempo sujeitos e objetos. Sujeito enquanto indagamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos, sendo como um instrumento de receber e transmitir suas lembranças” (Bosi, 2023, p.40).

Podemos concluir desta maneira, que o conceito de memória pode ser entendido, primeiramente, como individual e psicológica, onde é possibilitado ao sujeito a atualização das impressões e informações vividas (Le Goff, 1990), sendo uma experiência interior e subjetiva. A partir da reunião de documentos, esta memória individual pode se tornar compartilhada e tornar-se um fenômeno social.

Desta maneira, nossas recordações são consideradas coletivas:

Diríamos que cada memória individual, é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e que este ponto de vista se altera segundo o local que ocupo, e que o local mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros âmbitos (...). Desta maneira, quando tentamos explicar uma diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influência que são, todas, de caráter social (Halbwachs, 1968 - Tradução própria).

Agregando a conceitualização de memória:

Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações. Ou, de outro modo: abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos - já que todos eles são sujeitos sociais. A polissemia da memória, que poderia ser seu ponto falho, é justamente a sua riqueza (Gondar, 2008, p.5).

E é compreendendo as possibilidades e dimensão da construção da memória compartilhada, isto é, da memória coletiva como um registro histórico e como um estudo social, entendeu-se que esta adoção pela pesquisa poderia ser positiva, uma vez que possibilita a esta dissertação ser costurada por uma multiplicidade de narrativas, costurando uma colcha de retalhos com diversas cores (narrativas).

Durante o “*Capítulo 5 - Metodologia, item 5.3) Técnicas de Relatos Orais*”, serão feitos apontamentos da metodologia adotada para realizar as técnicas de captação das fontes orais das pessoas entrevistadas da Comunidade de São Carlos do Jamari através da ida a campo no ano de 2022 por mim, que é inspirada pela da metodologia de uma pesquisa realizada por Raquel Maria Rigotto (do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza) intitulada “As Técnicas de Relatos Orais e o Estudo das Representações Sociais em Saúde”, que conta com um roteiro metodológico dividido em três grandes eixos: Procedimentos Iniciais, a

Realização da Entrevista (no caso, a entrevista individual semiestruturada) e os Procedimentos Posteriores.

## CAPÍTULO 3 - BASE EDUCACIONAL SOBRE PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS

Este capítulo se dedica à conceitualização de práticas sociais e processos educativos, fruto da minha trajetória como Pesquisadora do PPGE/UFSCar e abarca os conceitos e histórico da Educação Popular. Durante estes anos de dedicação ao mestrado, pude refletir, em conjunto às Professoras, Professores e colegas da Linha de Pesquisa, sobre nossa situação enquanto pessoas pertencentes ao território latinoamericano. Para isso, inicialmente, precisei me atentar a algumas questões (ainda não exploradas), como por exemplo: sempre escrevi meus textos majoritariamente no masculino, mesmo me considerando uma mulher feminista, mas fui provocada a ter uma escrita menos sexista: agora escrevo sempre no feminino e masculino; por ter uma formação tecnicista no curso de Gestão Ambiental em uma Escola Agrícola (ESALQ/USP), sempre escrevi na terceira pessoa me referindo à mim mesma: “A presente pesquisadora”, “foi realizado pela pesquisadora”... quase nunca utilizando a primeira do singular, agora compreendo esta importância; Sempre tive um posicionamento contrário a coleta de dados puramente técnica com grupos tidos como marginalizados pela sociedade, porém, com a base educacional em práticas sociais e processos educativos e educação popular aprendi a ter tranquilidade, valorizar o convívio com o grupo e ser convidada a participar daquele espaço que peretendo me inserir.

Conceitos novos<sup>30</sup> se abriram para mim através de autores lidos, em relação a **conscientização, cultura e educação** com Ernani Maria Fiori; **transmodernidade e educação** com Enrique Dussel; **Educação Libertadora e Bancária, Humanização, Práxis Educativa, Ser-Mais e Ser-Menos**, com Paulo Freire; **Educação e questões indígenas**, com Ailton Krenak; e **Educação Popular** com Carlos Rodrigues Brandão. A correlação entre estes autores é como uma simbiose natural e que atravessa questões pertinentes para uma sociedade mais justa para todas as pessoas.

### 3.1 Práticas Sociais e Processos Educativos

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Carlos (PPGE/UFSCAR), oferta vagas de mestrado e doutorado para estudantes de diversas

---

<sup>30</sup> De forma simplificada, optei em colocar conceitos como “palavras-chaves” para o que foi estudado durante o período de mestrado através dos principais autores. Sabe-se que, as discussões, reflexões e intenções são maiores.

áreas do conhecimento, que tenham pesquisas pertinentes no âmbito do grande universo da educação. Neste Programa, há a Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, que se originou como um grupo de pesquisa registrado em 1997 no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com a missão de compreender práticas sociais em ambientes escolares e não escolares a partir dos olhos de grupos tidos como “desqualificados”<sup>31</sup> e “marginalizados” para a sociedade, discutindo temas importantes como: educação, movimentos e ações sociais, saúde, racismo, fortalecimento de comunidades, racismo, e educação de jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade.

Segundo a página oficial da linha de pesquisa, o grupo foi criado pelas (os) seguintes profissionais: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Maria Waldenez de Oliveira, como coordenadoras, e as professoras Aida Victoria Garcia Montrone, Ilza Zenker Leme Joly e Maria Célia Cota e os professores César Augusto Minto e Valter Roberto Silvério, como pesquisadores. E desde 2005, o antigo grupo de pesquisa se consolidou como linha de pesquisa, reunindo docentes e pesquisadores empenhados a contribuir com os estudos da educação, com o desenvolvimento de pesquisas inseridas no contexto da América Latina.

E é partindo desta linha de pesquisa que se insere a presente pesquisa “*‘A água batia até aqui’: Memória Coletiva da inundação da Comunidade Ribeirinha São Carlos do Jamari (Rondônia) em 2014*”, compreendendo a importância de se estudar as práticas sociais e os processos educativos desvelados desta, da América Latina, junto a uma rede de pesquisadoras e pesquisadores da Linha de Pesquisa:

Os estudos e trabalhos, no quadro da linha de pesquisa, se realizam no intercâmbio e colaboração entre professores, professoras, estudantes, em diferentes tempos e espaços. Constituem-se, deste modo, numa comunidade de trabalho, em que vão, pesquisadoras e pesquisadores mais experientes e os iniciantes, formando-se enquanto mulheres e homens, cidadãos e cidadãs que ocupam parte de sua vida pesquisando no campo da educação (Oliveira *et al.*, 2014, p. 31).

As práticas sociais se desenvolvem dentro de grupos e instituições, podendo produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e controlar o viver e estão

---

<sup>31</sup> “Grupos desqualificados são vistos como excluídos e que não poderiam estar por dentro de práticas sociais. Mas estamos vendo que povos da floresta, prostitutas etc., podem sim. Produzem saberes, valores e modo de perceber a situação que vivem, criam estratégias para encaminhar os problemas com os quais se deparam”. (Oliveira *et al.*, 2014, p. 129).



atreladas à uma necessidade de sobrevivência, manutenção material e simbólica, isto é, podem visar transformar realidades que o grupo/instituição vislumbre como injustiças, discriminações e situações de opressão (o que pode garantir direitos sociais, culturais, econômicos, políticos e civis; buscar reconhecimento, respeito, valorização das culturas e participação cidadã dos grupos marginalizados pela sociedade; e pensar, discutir e refletir ações) (Oliveira *et al.*, 2014, p. 33-34).

As pessoas que participam destes coletivos, estão inseridos neles, por escolhas políticas, de afinidade ou compulsoriamente, (e o tempo de duração, depende das pessoas que constroem os vínculos) e estas são de diferentes crenças, gêneros, culturas, faixa etária ou orientação sexual - com percepções e conhecimentos distintos, a partir de diferentes processos de trabalho, lazer e espaços escolares, o que pode gerar espontaneidade ou restrições do modo de pensar, ser, agir ou perceber estas experiências produzidas na vida (Oliveira *et al.*, 2014, p. 35).

As práticas sociais, sobretudo, podem contribuir para a manutenção de tradições (raízes) ou processos de desenraizamentos. Manter as tradições diz respeito a nossas primeiras referências, mesmo que estas possam ser refeitas, porém, sem perder as origens. Já o processo de desenraizamento pode ser entendidos como uma forma de expropriação dos seres humanos, impondo papéis sociais adversos (sendo o maior exemplo o tráfico de africanos para serem mantidos em condições de escravidão). Então, pode-se compreender que as práticas sociais estão diretamente relacionadas com a manutenção material e simbólica de grupos e instituições:

Tais práticas sociais podem ser identificadas, então, como sendo os costumes, as tradições, os eventos, as crenças, os trabalhos, os movimentos sociais etc., através dos quais se manifestam as peculiaridades da cultura de quem os pratica, possibilitando que seus grupos ou praticantes resistam às formas de opressão social e cultural às quais são submetidos (Teixeira, 2012, p. 14).

E assim, podemos entender a participação das pesquisadoras e pesquisadores, enquanto estudiosos em práticas sociais e processos educativos inerentes a estas, da seguinte maneira:

A integração e participação em práticas sociais com o objetivo de pesquisar e compreender os processos educativos que são ali desencadeados, conformados e consolidados promovem a formação das pesquisadoras e pesquisadores e dos participantes da pesquisa enquanto sujeitos que pesquisam juntos, e neste ato

humanizam-se e firmam-se cidadãos e cidadãos (Oliveira *et al.*, 2014, p. 35).

E a partir das práticas sociais, os processos educativos são desvelados, isto é, as práticas sociais são decorrentes e inerentes a elas, não podendo dissociar os termos. Questões como “Como e para quê as pessoas se educam em contextos não escolares?” são pertinentes e serão discutidas nesta dissertação, a partir do pressuposto pensado de que “Como se vê, as pessoas se formam em todas as experiências de que participam em diferentes contextos ao longo da vida. Em grupos sociais desqualificados, por vezes, há o senso comum de que em suas práticas nada se aprende ou que se aprendem apenas habilidades e valores tidos como negativos (...)” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 36).

Pesquisar os processos educativos em práticas sociais, faz com que a pesquisadora tenha uma inserção cuidadosa e paciente com o grupo, sendo acolhido e acolhendo o grupo: apresentando-se às pessoas e apresentando a pesquisa e as questões que se quer compreender, com confiança entre as partes envolvidas. Sendo assim:

Inserir-se em uma prática social e construir um processo em contato com grupos populares significa que esta inserção não é um momento técnico, um simples procedimento. Inserir-se é dialogar, vivenciar, conviver, compartilhar momentos felizes, tristes, angustiantes, esperançosos. A inserção do (a) pesquisador (a) não pode ser arbitrária, mas concedida pelo grupo, que aceita participar junto ao processo de pesquisa. A aproximação e a inserção são momentos fundamentais de um processo compartilhado, em busca de um conhecimento científico que se fortalece na busca de objetivos comuns de sobrevivência, de transformação e solidariedade. (Oliveira *et al.*, 2014, p.129).

Desta maneira, pesquisar práticas sociais e processos educativos têm-se a atribuição de fazer ciência com “(...) amorosidade, acolhimento, indignação, esperança, simplicidade, colaboração. Um desejo de tornar-se mais humano, de humanizar-se no sentido de vida mais justa. Por essas razões, com essas posturas e por esses meios, buscamos conhecer e compreender processos educativos próprios a práticas sociais” (Oliveira *et al.*, 2014, p.43).

### **3.2 Educação Popular**

A minha aproximação com a perspectiva da Educação Popular ocorreu durante o início do voluntariado com o NAPRA em 2019. Ano a ano, profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação, procuravam e procuram a Instituição com a intenção de

conhecer, aprender a trabalhar e conviver no território amazônico - que era possibilitado através de um processo seletivo anual, o qual englobava pessoas voluntárias de cidades do Estado de São Paulo (entre as cidades: Araraquara, Campinas, Catanduva, Ribeirão Preto, São Carlos e São Paulo).

Durante os primeiros meses do ciclo<sup>32</sup>, as pessoas voluntárias participavam de reuniões formativas institucionais, as quais eram trabalhadas as temáticas de educação e educação popular, saúde, geração de emprego e logística de campo para depois realizar a viagem ao território com um projeto semiestruturado pertinente às demandas daquele ano. Como o grupo de voluntários era majoritariamente composto por graduandos - de diversas áreas do conhecimento - esta viagem ao território ocorria no mês de férias coletivas das universidades de julho. Para ter uma inserção dialógica com as comunidades ribeirinhas que o NAPRA atua, é necessário primeiramente, uma relação dialógica, que entenda o respeito à cultura tradicional como algo inerente à chegada ao território: “O respeito e a atenção à cultura do outro são o substrato para um diálogo legítimo, em que os diferentes conhecimentos se contrapõem, somando-se e complementando-se (...)”. (Valdanha Neto; Whitaker; Vasconcelos, 2018, p.112).

Dentro do campo da educação popular, havia diversos profissionais que participavam como integrantes ou integrantes conselheiros, compartilhando suas experiências acadêmicas, profissionais ou empíricas com a temática para fomentar ações e projetos do NAPRA que visassem o protagonismo comunitário.

Essas ações extensionistas possibilitam também a aproximação entre os saberes tradicionais e os saberes acadêmicos, em uma troca permanente que contribui para o desenvolvimento de uma maior consciência da importância do trabalho social para a busca de uma sociedade mais equitativa. Cabe ressaltar que todo o funcionamento do NAPRA se pauta no trabalho voluntário de profissionais e estudantes (Valdanha Neto.; Whitaker.; Vasconcelos.; 2018, p.100).

Segundo Torres (1988, p. 17) a educação popular se define como uma prática pedagógica-política, isto é, como uma prática social com intencionalidade e objetivo político: “Dessa maneira, a Educação Popular se afirma ao mesmo tempo como uma

---

<sup>32</sup> No ano de 2019, participei de um processo seletivo para integrar como voluntária no NAPRA. A participação era definida por ciclos de ano. Durante o primeiro ano a pessoa voluntária participava de formações e realizava uma primeira viagem às comunidades ribeirinhas do baixo rio madeira para realização de um projeto pré-definido. A partir de um ano, a pessoa que permanecesse, voluntariamente, poderia se articular em alguma frente de trabalho do NAPRA, para receber o grupo de novas pessoas voluntárias e realizar as formações com estes estudantes ou profissionais interessados em trabalhar no território amazônico.

forma renovada de fazer política e uma forma alternativa de fazer educação”. Quando o autor pontua uma educação alternativa, está fazendo referência àquela educação libertadora, problematizadora e conscientizadora (que é preocupada com a libertação cultural, política e social das pessoas oprimidas), diferentemente da educação bancária (que caminha na contramão desta educação libertadora). Freire (1987) define a educação bancária como um ato de depositar, transferir, transmitir valores e conhecimento.

Para Teixeira (2012)<sup>33</sup>, a Educação Popular: “(..) se constitui e se revela enquanto atitude de relação que comporta o afeto - no mesmo sentido do ato que toca o outro - e cuja proximidade pode provocar tanto solidariedade de uns como a resistência de outros quando não se realiza de forma humilde e cautelosa”.

Cultura popular implica modos de viver: o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão das tarefas durante a jornada de trabalho e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeiro, o modo de criar galinha e o porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e de chorar de agredir e consolar [...] (Bosi, 1992, p. 317).

Dussel (2005) reforça a ideia de que a **cultura popular é a noção chave para a libertação**. A cultura pode ser também compreendida como: “a cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem [e mulher], de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com os outros[as] homens [mulheres]” (Freire, 1980, p. 38)”. Desta maneira, a valorização da cultura popular é aprendizado, sendo o verdadeiro aprendizado “é participação ativa, comprometida no processo histórico-cultural” (Fiori, 1986, p.9):

(...) Cultura é o mesmo processo histórico em que o homem [e mulher] se constitui e reconstitui, em intersubjetividade, através da medição humanizadora do mundo. O processo de cultura, portanto, implica dialeticamente, aperfeiçoamento pessoal e

---

<sup>33</sup> Enfermeira pela Universidade Federal de São Carlos (2008). Mestre (2012) e Doutora (2016) em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Atualmente, é Professora Adjunta do Departamento de Metodologia de Ensino - DME da UFSCar, Coordenadora do Programa de Extensão Movimentos e Articulações em Práticas Populares de Educação Popular e Saúde – MAPEPS (UFSCar) e Conselheira do NAPRA. A Professora Doutora Iraí Maria Teixeira de Campos é a Orientadora desta dissertação de mestrado.

domínio do mundo: ao separar cultura e civilização, formação do homem [e mulher] e transformação do mundo, o homem se divide internamente e o mundo deixa de ser mediação humanizadora (Fiori, 1986, p. 7-9).

Para Fiori (1986, p. 8): “A cultura popular é um processo vivo de permanente criação: perpetua-se, refazendo-se em novas formas de vida”:

Na medida, porém, que a introjeção dos valores dos dominadores não é um fenômeno individual, mas social e cultural, sua extrojeção, demandando a transformação revolucionária das bases materiais da sociedade, que fazem possível tal fenômeno, implica também numa certa forma de ação cultural. Ação cultural através da qual se enfrenta culturalmente a cultura dominante. Os oprimidos precisam expulsar os opressores não apenas enquanto presenças físicas, mas também enquanto sombras míticas, introjetadas neles. A ação cultural e a revolução cultural, em diferentes momentos do processo de libertação, que é permanente, facilitam essa extrojeção. (Freire, 1981, p. 44)<sup>34</sup>

Para Vasconcelos e Oliveira (2009, p. 139), a construção teórica e metodológica da Educação Popular se deu com o compromisso da construção de uma sociedade justa, com práticas emancipatórias e libertadoras (o que possibilitaria a educadoras e educadores populares uma práxis libertadora: “Ela sedimentou as bases de uma teoria do conhecimento, a qual nos permite compreender os processos de ensinar e aprender no diálogo entre os sujeitos de conhecimento, na superação da contradição educador[a]-educando[a]”).

A Educação Popular tem suas origens e raízes na América Latina durante o final do século XIX. Durante o ano de 1963, Paulo Freire criou uma ação político-pedagógica em Angicos (Rio Grande do Norte), com o intuito de alfabetizar 300 trabalhadoras e trabalhadores no período de 40h<sup>35</sup>, que ficou conhecido como: “O método Paulo Freire: a experiência de Angicos”<sup>36</sup>.

(...) O método foi a matriz construída e testada de um sistema de educação do homem [e mulher] do povo (e de todas as pessoas, por extensão) que imaginou poder inverter a direção e as regras de educação tradicional, para que os sujeitos, conscientes, participantes, fossem parte do trabalho de

<sup>34</sup> “Ação Cultural para Liberdade”, publicada em 1981 - Paulo Freire.

<sup>35</sup> Para Ana Maria Araújo Freire: “(...) parece-me no mínimo estranho que livros sobre essa experiência de Angicos enfatizem as 40 horas no processo de alfabetização como foco do ‘Método’, pois Paulo em momento algum fez tal afirmativa ou teve tal pretensão” (2017, p. 142).

<sup>36</sup> Para Feitosa (1999, p.2): “O próprio Paulo Freire entendia tratar-se muito mais de uma Teoria do Conhecimento do que de uma metodologia de ensino, muito mais um método de aprender do que um método de ensinar”.

mudarem as suas vidas e a sociedade que, pelo menos em parte, as determina (Brandão, 2003, p.84).

A experiência de Angicos (RN) foi influenciada por outras experiências, coordenadas pelo próprio Paulo Freire, no Setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI-PE) e no Movimento de Cultura Popular (MCP). Após a repercussão da experiência de alfabetização, Freire foi convidado para realizar o Programa Nacional de Alfabetização, presidindo as atividades de educação cultural vinculada à Comissão de Cultura Popular. Porém, havia obstáculos políticos envolvidos na proposta, uma vez que se tinha o objetivo de alfabetizar cerca de cinco milhões de jovens e adultos brasileiros - desta maneira, àquelas pessoas que antes não eram autorizadas a votar (por não serem alfabetizadas), poderiam exercer este direito (Chacon, 2021, p. 33-46):

Para se ter uma ideia da extensão desse Programa, basta lembrar que tinham votado na eleição presidencial da qual saíram vencedores o Sr. Jânio da Silva Quadros e João Belchior Goulart apenas pouco mais de onze milhões e seiscentos mil eleitores [as]. Como no processo de alfabetização esses [as] novos [as] eleitores [a], provenientes das camadas populares, seriam desafiados [as] a se conscientizar das injustiças que os [as] oprimiam e a sentir a necessidade de lutar por mudanças, as classes dominantes estiveram desde o princípio contra o Programa (Freire, Ana Maria Araujo, 2017, p.145).

Com a Ditadura Militar (1964-1985), o Projeto foi suspenso e duramente reprimido: “Nos anos seguintes ao exílio de Freire, a Ditadura Militar fez com que, no Brasil, o movimento da Educação Popular declinasse e, praticamente, se extinguisse. Somente na década de 1980, com o início da abertura política, novas iniciativas começaram a despontar” (Vasconcelos, 2002, p.31). Também neste período de Ditadura Militar, Freire foi preso e posteriormente, exilado do Brasil e<sup>37</sup> movimentos e articulações populares são desarticuladas pela repressão.

Após o fim da Ditadura Militar, num período de redemocratização, os Movimentos Sociais ganharam forças (Como é o exemplo do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem) e a Educação Popular passa a ser um fundamental instrumento para a mobilização e organização destes movimentos, atrelando luta popular à educação popular.

---

<sup>37</sup> Em 1989 (16 anos depois do Exílio), Paulo Freire volta para o Brasil, assumindo a Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo.

Nesta perspectiva da Educação Popular, esta pesquisa investiga as memórias coletivas da grande cheia de 2014, que atingiu São Carlos do Jamari, reconhecendo a importância de cada prática social, processo educativo desvelado e cultura popular atrelada. A inserção na comunidade ribeirinha foi feita de forma dialógica, isto é, com um diálogo respeitoso com a cultura local, dessa maneira: “Investigar um ‘tema gerador’ é investigar, respeitando o pensar dos homens [*e mulheres*] referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis” (Freire, 1987, p.56).

## CAPÍTULO 4 - “INUNDAÇÃO EM SÃO CARLOS DO JAMARI”

Neste capítulo, serão abordados dois importantes tópicos para o estudo do contexto do caso: a caracterização histórica e social da comunidade ribeirinha São Carlos do Jamari e dados quantitativos e qualitativos encontrados sobre a inundação de 2014, também conhecida na comunidade e arredores como “**a cheia de 2014**”.

### 4.1 A Comunidade Ribeirinha “São Carlos do Jamari”

Rondônia tem como capital Porto Velho. O estado faz parte da chamada Amazônia Legal. Segundo o Censo do IBGE, sua área territorial é de 237.765.347 km<sup>2</sup> (2021), população estimada de 1.815.278 pessoas (2021), densidade demográfica de 6,58 hab/km<sup>2</sup> (2010) e IDH de 0,690. O município de Porto Velho (Rondônia), abriga doze distritos: Porto Velho (considerado o distrito-sede), Abunã, Calama, Demarcação, Extrema, Fortaleza do Abunã, Jaci-Paraná, Mutum Paraná, Nazaré, Nova Califórnia, São Carlos do Jamari e Vista Alegre do Abunã.

Porto Velho, foi decretado como município em 1907, durante a construção da Estrada Ferroviária Madeira-Mamoré<sup>38</sup>, que tinha o objetivo de dar vazão à borracha produzida na Bolívia e na região do Guarajá Mirim. O estado faz parte da chamada Amazônia Legal.

A história de Rondônia é marcada por ciclos exploratórios. Primeiramente, o Ciclo do Extrativismo Mineral (ouro, cassiterita, diamante); depois, o Ciclo da Borracha, seguido pelo Ciclo da Construção da Estrada Madeira-Mamoré; a partir dos anos 70/80, os ciclos da Exploração de Madeira e da Criação de Gado, que até hoje se perpetuam; e, mais recentemente, **o Ciclo da Construção das Hidrelétricas, iniciado nos anos 80** e fortemente impulsionado pela crise energética dos anos 2000 (Araújo; Moret, 2016:172).

Rondônia ainda enfrenta as consequências decorrentes dos empreendimentos implementados, os quais resultaram em problemas ambientais, como a exploração dos recursos naturais para impulsionar a economia, em um processo de ocupação orientado pelo lucro. Além disso, esses empreendimentos desencadearam um significativo fluxo

---

<sup>38</sup> Estrada Ferroviária Madeira-Mamoré: inaugurada em 1912. É considerada um Patrimônio Histórico do Estado de Rondônia registro via Processo no. 1.220-T-87, inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - foi desativado para operação em 1972 (Barbosa, 2022).



migratório em direção ao Norte, especialmente composto por trabalhadores nordestinos em busca de trabalho. Esse movimento alterou substancialmente o cenário dos povos da floresta, que habitavam a região, em detrimento do desenvolvimento econômico.

A comunidade de São Carlos do Jamari, conta com aproximadamente 590 famílias e 1700 habitantes (NAPRA, 2020). É um distrito de Porto Velho (RO)<sup>39</sup> que engloba algumas comunidades como Brasileira e Cavalcante. Sobre Cavalcante, entendo como importante trazer à este estudo (mesmo que de forma rápida) a sua origem enquanto território ocupado<sup>40</sup> após a cheia de 2014:

**(...) A sua formação enquanto comunidade se deu durante a cheia histórica de 2014**, momento em que diversas famílias de comunidades vizinhas atingidas pela enchente, principalmente das comunidades de Terra Caída e Curicacas, se deslocaram para esta localidade por ser uma terra mais alta e próxima de seus territórios de origem. Além dessas comunidades, algumas famílias que viviam em São Carlos do Jamari, Nazaré, Brasileira e até mesmo famílias do igarapé Tucunaré, Esquerdo e Azul (que está no entorno do território de Cavalcante), deslocaram-se para essa área durante a enchente. Posteriormente, muitas famílias voltaram para suas casas, inclusive algumas de Terra Caída e Curicacas. Entretanto, a maioria das famílias dessas duas comunidades, por estarem em terras mais baixas e já alagadiças, não conseguiram retornar pela grande destruição das casas e acúmulo de aterro na localidade (Kraft, Fernanda Graña, p. 65, 2023).

Além de distrito, São Carlos também é considerada uma comunidade ribeirinha, isto é, são definidos a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

São Carlos do Jamari é a ocupação pós-colombiana mais antiga de Porto Velho (Valdanha Neto, 2019, p. 113), sendo margeada pelo Rio Madeira (local isolado geograficamente do centro urbano), tendo como maneira de chegada o transporte pluvial

<sup>39</sup> A comunidade é considerada um distrito de Porto Velho, desde 1985 pela Resolução nº 122/CMPV-85 de 21/11/85.

<sup>40</sup> (...) O território de Cavalcante, por exemplo, é uma área inicialmente privada, uma fazenda onde havia muita plantação de dendê e seringa, que foi desativada há muitos anos. Devido à ocupação das famílias atingidas pela cheia [de 2014], parte desse território foi comprado pela prefeitura e outra parte foi doada pelo dono da terra, tornando-se, assim, um tipo de assentamento (...). (Kraft, Fernanda Graña, p. 65, 2023).

de Porto Velho à comunidade, ou pela estrada que facilita o acesso, a BR-364 e depois outro transporte pluvial. A distância entre Porto Velho é de cerca de 100 km até São Carlos do Jamari e está entre a Unidade de Conservação (UC)<sup>41</sup> Reserva Extrativista do Lago do Cuniã e da Floresta Natural do Jacundá.

São Carlos do Jamari, era originalmente uma região que abrigava povos originários, a sua grande maioria de indígenas da etnia Mura. Porém, historicamente, houve um processo de migração estimulado pela extração do látex de seringueiras, durante os períodos dos Ciclos da Borracha<sup>42</sup>, que ocasionou o massacre desses povos indígenas. Posterior a isto, a borracha já não era mais requerida para exportação<sup>43</sup>, devido a competitividade de oferta na Ásia. Desta maneira, as pessoas que viviam em São Carlos começaram a se dedicar a outros ciclos produtivos diversificados de agroextrativismo: castanha, açaí, pesca, mandioca, entre outros (PNCSA, 2014).

Com a chegada das embarcações com motores à combustão e da energia elétrica por meio de geradores a diesel, modificaram-se as formas de convívio comunitário, aumentando a capacidade produtiva das unidades familiares e o armazenamento de suprimentos essenciais graças à refrigeração. Com a chegada do motor de energia para abastecimento da vila de São Carlos e inserção de aparelhos públicos (escola e posto de saúde), muitos ribeirinhos que viviam em outras localidades, como no lago da Trindade e no igarapé do Tucunaré, hoje interior da FLONA Jacundá, mudaram-se para a vila de São Carlos (PNCSA, 2014).

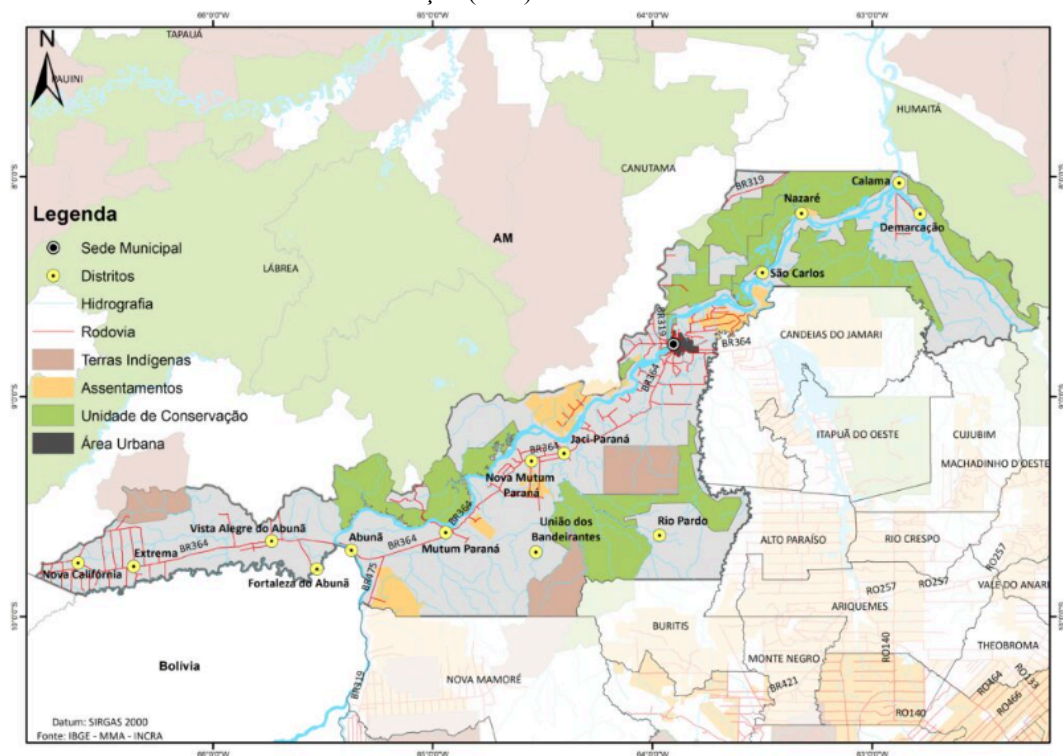
---

<sup>41</sup> A partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as UC são: "Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção" (BRASIL, 2000).

<sup>42</sup> Primeiro ciclo da Borracha: 1879 e 1912. Segundo ciclo da Borracha: 1942 e 1945. Fonte: GOVERNO RO.

<sup>43</sup> Houve um processo histórico que levou a fabricação de látex para solos asiáticos de forma mais competitiva que a manejada na região amazônica.

Figura 3 – Mapa de Porto Velho (RO), com seus municípios, terras indígenas, assentamentos, unidades de conservação (UCs) e áreas urbanas.



Fonte: IBAM, 2018.

A Comunidade conta com os seguintes serviços públicos para a sobrevivência e manutenção da vida: Unidade de Saúde da Família, Delegacia 1º Batalhão de Polícia Militar, Escola Municipal Henrique Dias, Escola Estadual Juracy Lima Tavares - Ensino Médio e Educação para Jovens e Adultos (EJA) e a Administração Local (que conta com um Administrador nomeado pelo Prefeito eleito e outros funcionários concursados da esfera municipal). Para além dos serviços públicos, também existem associações espontâneas (como cooperativas, associações de moradores, grupos religiosos e de esportes). A maioria das casas são de madeira. A água é proveniente de um poço comunitário, a eletricidade através de geração de fósseis (com empresa concessionária para o abastecimento) e em relação ao saneamento básico a maioria das casas conta com fossas caipiras e há a queima de resíduos sólidos de forma individual ou coletiva em lixões.

(...) São Carlos do Jamari está inserido numa região de mosaicos de UCs federais - apesar disso, ela não está dentro da área dessas unidades. A inserção em uma área de mosaico de UCs, sua composição étnica marcada pela presença regional de indígenas<sup>44</sup>, e seu íntimo contato com a dinâmica do rio,

<sup>44</sup> Como é o caso da etnia indígena Mura, presente na região do Baixo Rio Madeira.

somadas, sobretudo, a um autorreconhecimento da condição de tradicionalidade existente, conferem a São Carlos uma indubitável associação à categoria de comunidade tradicional. Parte considerável da economia local é mantida por trabalhos de pesca, caça, e agricultura, e movimentada também por relações de solidariedade por meio de trocas e doações (Valdanha Neto, 2019, p. 144).

São Carlos do Jamari foi uma das comunidades mais atingidas pela inundação de 2014, fazendo com que o território ficasse submerso durante quatro meses, acarretando perdas materiais (casas, comércio, maquinários, plantações, móveis, escola, espaços públicos etc.) e perdas simbólicas.

Em relação ao conceito de perdas simbólicas, pode-se dimensionar o significado do simbólico pelo seguinte trecho de Rigotto (1998):

(...) Surge o interesse em conhecer como a partir de condições históricas e estruturais particulares e das experiências vivenciadas coletivamente, os indivíduos constroem representações de si e da realidade que os cerca, articulando, num sistema simbólico, valores, necessidades e desejos que nortearão sua ação no mundo (Rigotto, 1998, p. 126).

Desta maneira, as vivências decorrentes deste episódio da inundação de perdas materiais, podem ser identificadas também diversas perdas simbólicas, no que diz respeito às tradições, saberes, valores e necessidades dos povos da floresta, aqui focalizado nas comunidades e comunitários de São Carlos do Jamari, que serão mais bem trabalhadas no item “6.9 Das Memórias Coletivas das perdas materiais e simbólicas”.

## 4.2 A inundação em São Carlos do Jamari

### **Sou da Beira**

O sapo da mata se põe a cantar  
 Avisa o canário que foge do lar  
 É fogo, é queimada,  
 Um canto de dor,  
 O gato do mato,  
 E a flor que secou,  
 Os peixes pulando na beira do rio,  
**Surgiu desespero,**  
**A represa se abriu!**  
 Sou, da beira eu sou,  
 Sou filha, eu sou,  
 Da mata, do lago,  
 Do rio que secou (2x)

(Sou da Beira - Grupo Minhas Raízes).

Início este tópico com a música “Sou da Beira” do Grupo Minhas Raízes, que é formado por membros musicistas do Distrito de Nazaré (que também é considerado uma Comunidade Ribeirinha), próximo a comunidade de São Carlos do Jamari e que também foi afetado pela inundação em 2014. **“Da beira”** faz referência ao termo **“beradeira (o)”** que é um dos nomes o qual as comunidades ribeirinhas ao redor do rio Madeira se identificam. A música é anterior à operação das UHEs Santo Antônio e Jirau, mas faz alusão a um imaginário de como o modo de vida seria modificado. Quando canta-se: **“Surgiu desespero / A represa se abriu!”**, é o momento prévio à construção das barragens, onde as localidades à montagem da barragem (“antes da barragem” e contrário ao curso d’água do rio) seriam alagadas - no caso, o “Alto rio Madeira” - e a jusante da represa (“depois da barragem” até a foz do rio) iriam secar - no caso, o “Baixo rio Madeira”: **Sou, da beira eu sou / Sou filha / eu sou / Da mata, do lago / Do rio que secou (2x).**

Pensando desta forma, as comunidades ribeirinhas e distritos do baixo rio Madeira (como é o caso de Nazaré e São Carlos do Jamari) secariam, conforme o imaginário das (os) beiradeiras (os) demonstrado na música. No filme “Narradores de Javé” (2004) citado anteriormente, sabia-se que a região da Vila de Javé seria alagada - o que ocorreu no final do filme - por ser uma área à montante da represa que se instalaria às margens do território. No caso das comunidades e distritos do baixo rio Madeira, através da música, se esperava que estas regiões secassem, e que as do Alto rio Madeira, ficassem alagadas. Porém, não foi o aconteceu: as comunidades do baixo rio Madeira viveram as mazelas da cheia de 2014.

O presente projeto de pesquisa se debruça sobre um acontecimento histórico: a inundação ocorrida em 2014, nomeada pelas ribeirinhas e ribeirinhos como a *cheia de 2014* ou *grande cheia de 2014*. Em fevereiro de 2014, famílias começam a ser retiradas de suas casas para se abrigarem na Escola Municipal Henrique Dias, na própria comunidade, devido a água ter inundado suas residências (por este motivo as aulas ficaram suspensas neste momento). Casas, comércios, igreja católica e cemitérios também ficaram submersos (gerando acúmulo de resíduos sólidos dispersos na comunidade e destruição dos bens materiais dentro e fora das estruturas). A comunidade também revelou sentir medo do aparecimento de sucurs e jacarés vindos da RESEX Lago do Cuniã, que faz fronteira com a comunidade, além do medo do risco de doenças

(G1, 2014). Alguns moradores, que tinham barcos flutuantes, passaram a morar nestes locais durante a subida das águas.

Após o mês de fevereiro, a inundação tomou proporções mais amplas, sendo decretado estado de calamidade pública em Porto Velho<sup>45</sup> no dia 27/02/2014, com reconhecimento da esfera federal, com mobilização e envio de suporte financeiro, forças armadas e Defesa Civil. A inundação chegou a atingir a marca de 19,72 metros<sup>46</sup> entre março e abril (SIPAM, 2018).

(...) famílias foram abrigadas emergencialmente em prédios estatais na capital, principalmente escolas públicas estaduais. Posteriormente, com auxílio financeiro nacional e estadual, foi constituído um abrigo único, para os atingidos, composto por barracas de lona padronizadas que deveriam servir como moradia para os atingidos até a resolução da situação (Valdanha Neto, 2019, p. 112).

O Decreto de calamidade pública foi prorrogado por mais noventa dias a partir do primeiro, devido à proporção alarmante que alcançou.<sup>47</sup> Também foi instituída a Lei nº 3.401 de 30/06/2014, autorizando a transferência de renda para pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica devido a inundação, pelo Governo do Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Assuntos Estratégicos (SEAE). A lei foi alterada pela Lei nº 3.456 de 05/11/2014<sup>48</sup>, que criou o Programa Auxílio Social com alguns critérios de inclusão e exclusão para o recebimento do benefício - que foi ampliado para algumas pessoas em 2015, a partir da Decreto nº 19.446 de 15/01/14<sup>49</sup>, àquelas que estivessem de - forma comprovada pela equipe de assistência social - em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Desta maneira, as famílias que estavam alojadas na Escola Municipal de São Carlos do Jamari, começaram a se deslocar para Porto Velho. Segundo Valdanha Neto

<sup>45</sup> Decreto nº 13.420, de 27 de fevereiro de 2014. Ementa: “Decreta situação anormal, caracterizada como Estado de Calamidade Pública, as áreas do Município de Porto Velho, atingidas por enchentes e inundações graduais (COBRADE 1.2.1.0.0/ 1.2.3.0.0 – IN nº 01/2012)”

<sup>46</sup> Considera-se um parâmetro 16 metros de maiores picos de cheia, pelo SIPAM (Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico).

<sup>47</sup> Decreto nº 13.525, de 28 de maio de 2014. Ementa: Prorroga por mais 90 (noventa) dias os efeitos do Decreto 13.420, de 27 de fevereiro de 2014, que Decretou situação anormal, caracterizada como Estado de Calamidade Pública, as áreas do Município de Porto Velho, atingidas por enchentes e inundações graduais (COBRADE 1.2.1.0.0/1.2.3.0.0 – IN nº 01/2012).

<sup>48</sup> Ementa: Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$4.389.760,00, em favor da unidade orçamentária: Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS. - SEAS.

<sup>49</sup>Fonte:

<https://rondonia.ro.gov.br/governo-deposita-parcela-do-auxilio-social-aos-atingidos-pela-enchente-de-2014-em-porto-velho/>

(2019), quase todas as pessoas moradoras da comunidade deixaram suas casas: com auxílio da Defesa Civil de Porto Velho e alguns órgãos que estavam apoiando no momento de calamidade, porém, a maior parte por conta própria. Houve três pontos centrais de deslocamento: para Porto Velho (para alojamentos em escolas públicas, casas de parentes e amigos), deslocamento para Cavalcante e para a Agrovila do rio Verde<sup>50</sup> - que são ocupações com comunidades ribeirinhas - opostas a São Carlos do Jamari no rio Madeira, porém, estão em *terras firmes*.

Apesar de muitas pessoas terem sido deslocadas para Porto Velho, algumas poucas permaneceram em São Carlos do Jamari por alguns motivos, como por exemplo: pessoas que conseguiram erguer suas casas e optaram em permanecer para zelar por seus bens pessoais ou àqueles que ficaram para ajudar (seja em questões de saúde ou administrativas). Alguns moradores se revezavam para cuidar de móveis e eletrodomésticos que ficaram alojados em estruturas altas de andaime no ginásio municipal, conforme figura a seguir.

Figura 4 – Andaimas montado no ginásio municipal de São Carlos do Jamari.



Fonte: Alan Kardec Coelho (MAB-RO) (PNCSA, 2014, p. 13)

O Programa Profissão Repórter (Rede Globo, 2014), fez um programa sobre a Cheia do Rio Madeira e o repórter Caco Barcellos acompanhou os moradores de São Carlos do Jamari no alojamento improvisado em uma escola em Porto Velho para as

---

<sup>50</sup> Se sabe - pela ida a campo e conhecimento acumulado de voluntariado no NAPRA - que Cavalcante e Agrovila do Rio Verde eram ocupações habitadas por poucas famílias e após a inundação, muitos se deslocaram para residir fixamente nestas terras, que carecem de serviços públicos no que diz respeito à educação, saúde e saneamento básico - recorrendo inclusive a São Carlos para atender a estas demandas.

famílias desabrigadas e o retorno dos moradores a comunidade (mesmo com a água ainda cobrindo as casas), mostrando a situação do local. Outros repórteres do mesmo programa entrevistam outras pessoas moradoras. Há um diálogo que foi escolhido para retratar este sentimento e necessidade de retornar à comunidade:

Entrevistada 01: Está pescando nas margens do Rio Madeira com uma rede de pesca de tarrafa, em um pequeno barco chamado de “voadeira” com outro homem:

*Tambaqui, Pirarucu, Surubim, Piau, Pacu, Sardinha e Braquinha... Prá gente aqui, pra gente arrumar o almoço e janta é rapidinho. E pra nois sair daqui, pra morar na cidade, sem ter um emprego, eu não vou não...*

A fala da ribeirinha demonstra a simbiose entre os recursos naturais e o modo de vida vividos associados à pesca e ao extrativismo, o que caracteriza o modo de vida dos povos da floresta, inerentes aos costumes que são tradicionais. O processo de retirada de ribeirinhas e ribeirinhos de suas residências pode caracterizar um processo de desenraizamento de seus rituais, costumes e modos de subsistência.

Pode-se aferir que, a dimensão desta problemática socioambiental, demonstra uma total vulnerabilidade desta comunidade ribeirinha, uma vez que havia uma incerteza nos possíveis incidentes que poderia se acontecer com a instalação do complexo hidrelétrico no rio que permeia suas vidas, incertezas no retorno a suas casas e incertezas quanto a uma nova cheia acontecer novamente. Apesar de não ser o foco do estudo analisar as causas da inundação, isto é, se impulsionada por causas naturais ou não, esta ocorreu durante um processo controverso de implantação de duas grandes usinas hidrelétricas: Santo Antônio e Jirau.

O que é possível afirmar, a partir das considerações prévias à construção das usinas, é que seus grandiosos impactos na dinâmica ecossistêmica já estavam anunciados no quanto era possível ser previsto, e destacados em relação à imprevisibilidade de parte dos desencadeamentos dessa alteração. Ademais, é preciso destacar que uma das primeiras e importantes consequências/impactos dos empreendimentos foi a instalação de uma sensação de vulnerabilidade na comunidade de São Carlos (e muitas outras) acerca das consequências do barramento do rio (Valdanha Neto, 2019, p. 113).

Há também, a figura atuante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que está presente na comunidade desde 2007<sup>51</sup>, devido ao histórico de desastre ambiental ocasionado pela Usina Hidrelétrica de Samuel (na década de 1970). O MAB

---

<sup>51</sup> Na ida a campo desta pesquisa, em 2022 se constatou que há baixa participação da comunidade com o MAB nos dias atuais.



é instrumento nacional - desde a década de 1970 com a construção das usinas hidrelétricas de Ita e Machadinho - de articulação, diversidade entre as pessoas que o compõem e justiça social, fazendo a organização pelos direitos dos atingidos por barragem. O Movimento esteve presente no antes, durante e depois da inundação de 2014.

Nos organizamos para defender os interesses das populações atingidas pelo sistema de geração, distribuição e venda da energia elétrica. Nossa prática é orientada por princípios e valores que encontram na pedagogia do exemplo e na solidariedade entre os povos a melhor forma de convencimento. Nossa luta se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida (MAB, 2014).

Em março de 2014, 350 famílias de atingidos e desabrigados estiveram presentes em uma manifestação nas ruas de Porto Velho cobrando responsabilidade das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau de arcarem com os prejuízos e indenizações para as pessoas que foram afetadas. Se juntaram também, pessoas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Samuel, onde ergueram as três bandeiras dos empreendimentos que assolaram suas comunidades (MAB, 2014). **A militante e coordenadora do MAB de Candeias do Jamari - RO (local afetado pela UHE de Samuel) alertou:**

É preciso nesse momento que os atingidos do rio Madeira lutem pelos seus direitos: terra, moradia e condições dignas de vida. E exijam do governo que cobre a responsabilidade das usinas. Em Samuel, fomos retirados da beira do rio Candeias e estamos há 30 anos sem terra, sem indenização e sem nenhum direito) (MAB, 2014).

Há relato de moradores<sup>52</sup>, de diversas famílias de São Carlos do Jamari, que participaram de reuniões e mobilizações junto ao MAB durante este episódio de calamidade pública e que foi de extrema importância na luta de seus direitos tanto indenizatórios (a médio e longo prazo) quanto de recebimento de itens básicos para a sobrevivência, como a entrega de cestas básicas (a curto prazo). Estiveram presentes nas reuniões públicas<sup>53</sup> e nos alojamentos também, apoiando na organização e articulação das ribeirinhas e ribeirinhos, que neste momento, passaram a ser também denominadas como pessoas *atingidas por barragens*:

---

<sup>52</sup> Durante o convívio diário no voluntariado do NAPRA em 2019 e a ida a campo de 2022 para a pesquisa.

<sup>53</sup> Como é o caso da “Assembleia Popular dos Atingidos pelas barragens e enchentes no rio Madeira” realizada no dia 17/04/2014.

Enquanto a alagação tomava a comunidade, os moradores de São Carlos destacaram-se na ação reivindicatória realizando, com atingidos de outras comunidades, diversas audiências e reuniões com agentes do estado, bem como intensificaram as mobilizações políticas em Porto Velho. O profundo conhecimento do ambiente levou-os a chamar a atenção, desde o início, para nexos entre Santo Antônio e Jirau e o desastre anunciado (PNCSA, 2014).

Após os longos quatros meses em que a água esteve presente em toda a comunidade, a deixando submersa, começou um movimento de retorno a comunidade de São Carlos do Jamari. Segundo Valdanha Neto (2019) apesar da Defesa Civil de Porto Velho não ter autorizado o retorno, voltaram por conta própria para suas casas e território.

As ribeirinhas e os ribeirinhos que retornaram foram as únicas figuras responsáveis pela limpeza das casas, comércio, vias públicas e prédios públicos (escola, unidade de saúde, delegacia, ginásio municipal e administração): removendo os sedimentos de toda a comunidade de forma manual e com maquinários; removendo todos os resíduos espalhados; reconstrução das fossas caipiras; etc. Todos os custos financeiros foram arcados pelas ribeirinhas e ribeirinhos, sem ajuda dos órgãos públicos, bem como os gastos psicológicos de retornar à cena de *pós-cheia*.

Também há relatos da comunidade que em abril de 2015, houve uma reunião, com a participação do secretário municipal de planejamento da época, com a proposta de uma “Nova São Carlos”, que seria um reassentamento de São Carlos em uma terra firme própria à comunidade e que o destino deste é desconhecido (Valdanha Neto, 2019). Apesar de não existir um relato deste projeto em documentos da Nova São Carlos, durante as entrevistas, será possível ouvir também a presença dele nas memórias compartilhadas da inundação de 2014 - que poderão ser acessadas no item “6.7 Das memórias coletivas do Projeto ‘Nova São Carlos’”.

## CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA

Neste capítulo se abordará a metodologia adotada, subdividido entre **materiais e logística de campo e métodos**. Sendo **materiais e logística de campo**: 5.1) Materiais e logística de campo; 5.1.1) Levantamento de instrumento para coleta de dados; 5.1.2) Levantamento dos materiais de pesquisa; 5.1.3) Aprovações éticas e permissões para a pesquisa; 5.1.4) Seleção de participantes (pessoas entrevistadas); 5.1.5) Critérios de seleção e exclusão para pessoas entrevistadas; 5.1.6) Duração de coleta de dados; 5.1.7) Logística de viagem de campo; 5.1.8) Agendamento de entrevistas e observações; 5.1.9) Registros de dados; 5.1.10) Análise dos dados de campo. E **métodos**: 5.2) Entrevistas semiestruturadas: pesquisas qualitativas; e 5.3) Técnicas de relatos orais.

### 5.1 Materiais e logística de campo

Para a elaboração deste estudo, foi necessário um planejamento prévio de materiais e logística de campo para a coleta de dados, que ocorreu em novembro de 2022. A seguir todos estes materiais e percursos de ida à comunidade de São Carlos do Jamari serão exemplificados nos próximos subtópicos.

#### 5.1.1. Levantamento dos instrumentos de coleta de dados

Para este levantamento de dados foram necessários os seguintes instrumentos apoiadores na hora das entrevistas semi estruturadas: Roteiro de observações (*vide* Apêndice B), Roteiro de perguntas para as entrevistas (*vide* Apêndice C) e um caderno de anotações de campo (*vide* Apêndice D).

#### 5.1.2. Levantamento dos materiais de pesquisa

Os materiais utilizados para a pesquisa foram: fornecimento de máscara tripla proteção e álcool em gel (devido a Pandemia da COVID-19) para as pessoas entrevistadas<sup>54</sup>, impressão dos TCLE (*vide* Apêndice A), Roteiro de observações (*vide* Apêndice B), Roteiro de perguntas para as entrevistas (*vide* Apêndice C), canetas para

---

<sup>54</sup> A pesquisa foi realizada em novembro de 2022, no contexto de Pandemia da COVID-19, momento que ainda havia riscos de transmissão do vírus SARS-CoV-2. Apesar do número de casos já ter diminuído e os comércios terem a flexibilização para abrirem e as pessoas terem autorização para andar sem máscaras, eu enquanto pesquisadora, disponibilizei (álcool em gel e máscara) para quem se sentisse mais à vontade desta maneira. Os locais escolhidos para as entrevistas eram em locais com circulação boa de ar também.

assinatura do termo, gravador de celular para as entrevistas, caderno de campo para anotações e observações pertinentes e computador para a transcrição dos áudios.

### 5.1.3. Aprovações éticas e permissões para a pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa que envolve participantes entrevistados, foi necessário a submissão na Plataforma Brasil para o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFSCar, para a garantia de um estudo que siga as regras de ética na pesquisa da Instituição, fornecendo as pessoas que participaram da pesquisa termos de consentimento do motivo da pesquisa, suas contribuições e garantia de anonimato. A ida a campo só foi realizada após o parecer de aprovação no CEP pelo colegiado (*vide* Anexo A).

No “*Apêndice A*” temos o “TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” entregue a todas as pessoas que concordam em participar das entrevistas semiestruturadas e o “*Anexo A*” com o parecer “Aprovação para o Comitê de Ética da UFSCar”. Reitera-se que apenas foram realizadas as entrevistas com a assinatura do TCLE pelos participantes.

### 5.1.4. Critérios de seleção e exclusão para as pessoas entrevistadas

Os critérios de seleção e exclusão para a escolha das pessoas entrevistadas foram as seguintes:

**Quadro 2 – Critérios de Seleção e Exclusão para as pessoas entrevistadas.**

| Seleção para entrevista.                                                                                                                                                                                                                                   | Exclusão para os entrevistados.                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pessoas convidadas pela Pesquisadora, que vivenciaram a inundação em 2014, acima de quinze anos, que contemplassem uma amostra de diversidade de gênero, principal fonte de renda e que concordem em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. | Seriam excluídas da pesquisa, pessoas que não tivessem vivenciado a inundação de 2014, que tivessem menos de 15 anos e que não concordassem em participar da pesquisa e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. |

Fonte: Elaboração Própria da autora.

Antes da Coleta de Dados, não houve pré-agendamentos de entrevistas, sendo estas agendadas na própria Comunidade de São Carlos do Jamari, durante a interação com os grupos/indivíduos. Não foi uma escolha meramente técnica, com a finalidade de coletar dados técnicos para a elaboração de um trabalho, mas sim de criar laços de amizade e confiança, isto porque, pesquisar processos educativos em práticas sociais requer da pesquisadora e do pesquisador, uma inserção paciente e cuidadosa no espaço

proposto, uma vez que é necessário o devido acolhimento do grupo, com disponibilidade de fala e de escuta. Este conviver, requer interação e confiança. Para isto, é necessário que se apresente para o grupo, explicando a sua pesquisa, as questões geradoras que pretende compreender, pedindo permissão para estar junto e ter uma participação com paciência no grupo (Oliveira *et al.*, 2014).

Inserir-se em uma prática social e construir um processo em contato com grupos populares significa que esta inserção não é um momento técnico, um simples procedimento. Inserir-se é dialogar, vivenciar, conviver, compartilhar momentos felizes, tristes, angustiantes, esperançosos. A inserção do (a) pesquisador (a) não pode ser arbitrária, mas concedida pelo grupo, que aceita participar junto ao processo de pesquisa. A aproximação e a inserção são momentos fundamentais de um processo compartilhado, em busca de um conhecimento científico que se fortalece na busca de objetivos comuns de sobrevivência, de transformação e solidariedade. (Oliveira *et al.*, 2014, p.129).

Desta maneira, antes de chegar na Comunidade já se pensava em alguns possíveis pessoas para entrevistar (que eu já conhecia desde 2019 quando fui a primeira vez para o território junto ao NAPRA), como por exemplo: lideranças comunitárias e um membro local do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Também se pensava em diversificar a amostra com idade, religião, gêneros, escolaridade e local de moradia (dentro da própria comunidade) das pessoas entrevistadas.<sup>55</sup>

Ao chegar na Comunidade, eu ia me envolvendo no dia a dia local, em ações simples, como ir ao mercado, conversar com comerciantes e vizinhança, assim como reencontrar antigas pessoas conhecidas. Nestes diálogos, já se iniciava uma breve explicação da motivação para o retorno à São Carlos do Jamari. Quando a cheia era mencionada, vinham algumas recordações na fala das comunitárias e dos comunitários sobre este episódio (e muitas das vezes, as pessoas apontavam com a mão para o alto ilustrando até onde a marca da cheia alcançou ou para a parede (ainda com as marcas de lama da cheia) de alguma casa ou comércio, normalmente falando **“a água batia até aqui”**). E assim, já ia se iniciando um convite para a entrevista, caso a pessoa se sentisse à vontade e combinado um horário que fosse mais adequado para sua rotina.

No final das entrevistas, era comum solicitar para que a pessoa entrevistada, indicasse outra pessoa que pudesse contribuir com suas memórias sobre a inundação. Se

---

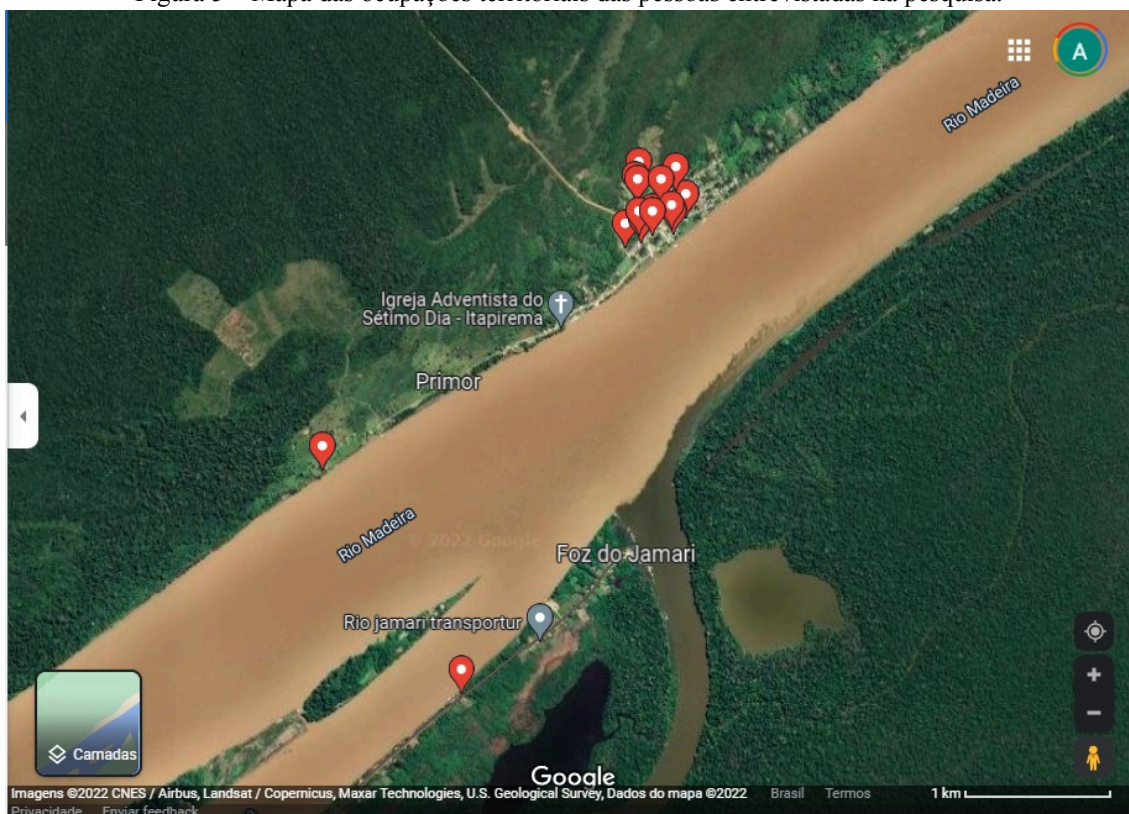
<sup>55</sup> Durante a análise de dados, se percebeu que a religiosidade e a escolaridade não eram relevantes para a oralidade da inundação de 2014.

observou que normalmente, se indicava a figura masculina. Desta maneira, precisei usar da estratégia de fazer uma busca ativa por mulheres da comunidade que pudessem contribuir com suas narrativas, escutando os dois gêneros para este estudo.

Para esta pesquisa, foram utilizados nomes fictícios para identificar as pessoas entrevistadas, para preservar suas identidades. Os nomes foram escolhidos por estes e fazem referência a algum pássaro, árvore, fruto ou peixe da região. As pessoas citadas pelas pessoas entrevistadas, também ganharam nomes fictícios escolhidos por mim no momento de transcrição dos áudios..

A escolha das pessoas entrevistadas também foi pensada na localização em que estas residem, uma vez que a nível da cheia não foi igual no território de forma geral, isto é, alguns lugares foram alagados primeiramente ou o nível de água subiu mais em alguns pontos etc. A seguir o mapa mostra a marcação das pessoas entrevistadas e suas respectivas ocupações territoriais.

Figura 5 – Mapa das ocupações territoriais das pessoas entrevistadas na pesquisa.



**Fonte:** Elaboração da autora com a ferramenta *Google Maps*.

Pode-se reparar que a maioria das entrevistas foram feitas no Distrito de São Carlos do Jamari. A maioria dos pontos estão na “Vila de São Carlos”, um dos pontos no “Sítio do Xaxá” (à esquerda de quem vê o mapa partindo da Vila de São Carlos) e outro em Brasileira (em frente a Vila de São Carlos).

Para compreender a dinâmica de ocupação territorial das comunidades ribeirinhas Fernanda Kratf Granã (2023), traz a seguinte contribuição:

A forma produtiva de cada comunidade ribeirinha é diversificada e muitas delas têm relação direta com os modos de ocupação dos seus territórios. Há comunidades em que as famílias vivem aglomeradas e há outras em que vivem mais espaçadas. **As comunidades mais aglomeradas são chamadas por eles de “vilas” e são as que possuem maior número populacional e maior diversificação econômica, e por isso, mais comércios e instituições de apoio.** Já as comunidades espaçadas são comunidades em que as famílias possuem territórios maiores para moradia e trabalho com a terra, que são as reservas, sítios ou chácaras. A agricultura, pesca e extrativismo são características marcantes de todas essas comunidades, sendo que a agricultura se sobressai nas comunidades espaçadas de sítios ou chácaras (Graña, Fernanda Kraft, p. 64, 2023).

A seguir, também será demonstrado os nomes fictícios escolhidos pelas pessoas entrevistadas, o gênero, principal fonte de renda e faixa etária:

**Quadro 3** – Identificação básica das pessoas entrevistadas.

|                                                                                                      | Nome Fictício | Gênero    | Principal fonte de renda                            | Faixa etária       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-----------|-----------------------------------------------------|--------------------|
| P<br>e<br>s<br>s<br>o<br>a<br>s<br><br>e<br>n<br>t<br>r<br>e<br>v<br>i<br>s<br>t<br>a<br>d<br>a<br>s | Embaúba       | Masculino | Professor                                           | Acima de 50 anos   |
|                                                                                                      | Castanheira   | Feminino  | Dona de comércio local                              | Acima de 50 anos   |
|                                                                                                      | Jambo         | Feminino  | Merendeira                                          | Entre 35 a 50 anos |
|                                                                                                      | Tucunaré      | Masculino | Equipe da Igreja/Autônomo                           | Entre 35 a 50 anos |
|                                                                                                      | Açaí          | Masculino | Dono de comércio local                              | Entre 18 a 25 anos |
|                                                                                                      | Beija-Flor    | Feminino  | Dona de comércio local                              | Entre 35 a 50 anos |
|                                                                                                      | Coruja        | Masculino | Professor                                           | Entre 35 a 50 anos |
|                                                                                                      | Pirarucu      | Masculino | Aposentado e dono de comércio local                 | Acima de 50 anos   |
|                                                                                                      | Tucumã        | Masculino | Aposentado                                          | Entre 35 a 50 anos |
|                                                                                                      | Tambaqui      | Masculino | Aposentado                                          | Acima de 50 anos   |
|                                                                                                      | Abriçó        | Masculino | Aposentado                                          | Acima de 50 anos   |
|                                                                                                      | Sardinha      | Masculino | Trabalha na Administração Local                     | Entre 35 a 50 anos |
|                                                                                                      | Manga         | Feminino  | Trabalha na Administração Local com Serviços Gerais | Acima de 50 anos   |
|                                                                                                      | Palmeira      | Feminino  | Dona de comércio local                              | Entre 25 a 30 anos |

**Fonte:** Elaboração própria.

Dentre as características percebidas no quadro anterior, trago destaque para o item “Principal fonte de renda”; o qual é destacada uma ou duas atividades realizadas pela pessoas entrevistadas, porém, muitas vezes, essas ocupações podem variar conforme a demanda e procura por serviços ou produtos. Por exemplo: a pessoa que é dona de um comércio local, pode em determinado momento do ano, também pescar e se servir do extrativismo local ou a pessoa que trabalha em algum cargo público, pode caçar e plantar em determinados momentos ou até mesmo, ao mesmo tempo em que exerce sua principal fonte de renda.

#### **5.1.5. Duração da coleta de dados**

Cheguei na comunidade no dia 03/11/2022 e permaneci até o dia 19/11/2022, tempo que considerei adequado para o agendamento das entrevistas, respeitando o horário e disponibilidade das pessoas que se propuseram a contribuir com suas memórias sobre a inundação. Reitero também que este momento de campo, não foi minha primeira ida para São Carlos do Jamari, pois já tinha ido no ano de 2019 e convivido no território por um mês, durante o voluntariado do ano. Posteriormente, mantive contato com a comunidade, por conta dos trabalhos desenvolvidos pelo NAPRA (mesmo a distância fisicamente) e também por ter criado amizade com algumas comunitárias e comunitários.

#### **5.1.6. Logística de viagem de campo**

Primeiramente, foi escolhido o tempo para o campo (duração de dias). Depois, foi realizado o contato com uma liderança local para apoio no local de hospedagem<sup>56</sup>, bem como para fazer essa intermediação entre pesquisadora e comunidade ribeirinha. Vale pontuar que eu já conhecia algumas lideranças e moradores, devido a experiência de voluntariado no NAPRA em 2019, facilitando algumas barreiras socioculturais que talvez outras pesquisadoras (es) que não conhecem o local teriam, tais como: como há uma relação inerente entre o rio e o modo de vida do ribeirinho, isto é: ele molda o transporte, a alimentação (pesca), plantios de sistema de várzea e o trabalho de maneira geral; algumas dinâmicas de gênero e religiosidade do local; estruturas das casas de madeira mantendo os costumes tradicionais; etc.

---

<sup>56</sup> Esta Liderança ajudou a encontrar uma casa e móveis (fogão, geladeira e utensílios de cozinha) para estes dias a campo.



Para chegar à Comunidade de São Carlos do Jamari, é necessário se locomover até Porto Velho (distrito-sede), capital de Rondônia. Partindo de Porto Velho (RO), existem duas formas de ir para a comunidade.

**Quadro 4 – Logística para chegar em São Carlos do Jamari partindo do distrito sede - Porto Velho (RO).**

| Transporte                | Modalidade de transporte | Local de deslocamento                                                   | Média de Duração            |
|---------------------------|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| Barco navio <sup>57</sup> | Fluvial                  | Rio Madeira                                                             | 4h                          |
| Ônibus + Voadeira.        | Terrestre + fluvial.     | <b>Terrestre:</b> Estrada Penal e Estrada Agrovila até a Foz do Jamari. | <b>Terrestre:</b> 2h.       |
|                           |                          | <b>Fluvial:</b> da Foz do Jamari até a comunidade via Rio Madeira.      | <b>Fluvial:</b> 15 minutos. |

**Fonte:** Elaboração própria.

De Barco Navio (Figura 6) até São Carlos do Jamari são 4 horas de transporte fluvial. Tem uma distância de 120 km de distância de Porto Velho na margem esquerda do Rio Madeira sentido Manaus, e 220 km distante da divisa do Estado de Rondônia com o da Amazônia (Valdanha Neto, 2019, p. 113). Ao embarcar neste percurso à comunidade, é possível visualizar as belezas do Rio Madeira, as relações do rio com as pessoas, os barcos feitos de madeira, as redes colorindo a paisagem, a pesca, a agricultura, e a preservação da floresta.

Figura 6 – a) Visão do Brasco Navio por fora; b) Visão do Barco Navio com as redes erguidas.



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

<sup>57</sup> O barco-navio sai do Porto de Porto Velho, local chamado de “caí n’água”, de onde saem as embarcações para diversos locais partindo do Rio Madeira.

As pessoas que utilizam este barco recreio aproveitam o espaço maior deste transporte, para fazer o “rancho”, que é a compra de alimentos perecíveis e roupas em Porto Velho para levar às suas comunidades, erguem suas redes e podem dormir durante a viagem (que dependendo do local de destino, pode durar dias). Compartilho uma experiência que tive nesta logística para chegar à comunidade de São Carlos do Jamari: ao chegar no aeroporto de Porto Velho de noite, desci até a “Caí n’água”, local em que os barcos ficam ancorados e paguei por minha entrada no barco (que sairia apenas às 11h do dia seguinte), mas para poupar uma hospedagem em hotel, utilizei, assim como outras pessoas que já estavam instaladas ali, o barco recreio como minha morada naquele dia, estendendo minha rede e adormecendo até o dia seguinte.

#### **5.1.7. Agendamento de entrevistas e observações**

Para o agendamento das entrevistas, foi escolhido o melhor horário e local para a pessoa entrevistada (preferencialmente, em local sem muitos ruídos, para não atrapalhar ou inibir as falas). As observações eram feitas no caderno de campo para acrescentar possíveis detalhes às transcrições de áudios.

#### **5.1.8. Registros de dados:**

Todas as entrevistas foram gravadas a partir de um gravador próprio do celular da pesquisadora e mediante autorização das pessoas entrevistadas (sendo assim há o tempo em minutos e segundos de cada entrevista). Para manter o anonimato foi solicitado que cada pessoa escolhesse o nome de uma árvore, planta, fruto animal ou elemento que recordasse de São Carlos do Jamari, para substituição de seu nome. Após as entrevistas serem realizadas, os áudios eram armazenados em uma nuvem virtual (evitando perdas pertinentes) para posteriormente, serem analisados.

#### **5.1.9. Análise dos dados de campo:**

Estes foram realizados de forma posterior ao campo, com as transcrições de áudios de forma integral (neste estudo será possível ler alguns trechos das entrevistas), junto ao caderno de campo e a análise sobre as memórias coletivas encontradas - a partir de memórias individuais cruzadas.

## 5.2 Entrevistas semiestruturadas: pesquisas qualitativas

As entrevistas são técnicas de coleta de dados que apoiam as pesquisas qualitativas, uma vez que se mostram acessíveis para a pessoa que pesquisa e para a pessoa entrevistada, podendo ser feita inclusive com pessoas não alfabetizadas. Também permite flexibilidade para a investigação de diversos campos de coleta de dados, permitindo o contato direto com a situação estudada. Além disso, há um senso comum de que o momento da entrevista é indispensável para a realização da pesquisa qualitativa, o que faz com que tenha mais adesão na participação. Porém, é preciso lembrar que se faz necessário os devidos planejamentos prévios e manutenção destes dados (Batista *et al.*, 2017).

A entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Essa pode ser definida como técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e por meio de perguntas formuladas busca a obtenção dos dados que lhe interessa. É uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em visto como objetivo”. (Minayo, 2010).

A modalidade de entrevista escolhida foi a entrevista semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, uma vez que desta maneira, a pessoa entrevistada tem a liberdade da pessoa entrevistada de se posicionar favorável ou não sobre o tema (Minayo, 2010). A motivação para esta escolha foi justamente as muitas possibilidades de elementos que poderiam ser trazidos durante as entrevistas, aumentando o leque de dados subjetivos do estudo.

Para Batista *et al.* (2017), os dados subjetivos estão relacionados com os valores, atitudes e opiniões das pessoas entrevistadas: “(...) Desta forma, o grau de formalidade deve ser definido conforme os objetivos de pesquisa, de acordo com o tema a ser tratado e, sobretudo, tendo em vista o que é apropriado culturalmente para o grupo pesquisado”. Por se tratar de um estudo com povos tradicionais - comunidade ribeirinha - se escolheu as entrevistas por terem uma organização e planejamento que respeita o tempo e espaço das pessoas, realizando o agendamento para horário e local da realização das entrevistas pela escolha desta.

Para a organização de uma entrevista como ferramenta utilizada, Batista *et al.* (2017), identifica que há três momentos importantes desta técnica, sendo eles o Contato

Inicial, a Condução da Entrevista e o Encerramento. O Contato Inicial é o planejamento da entrevista e escolha da estratégia de convite, a preparação do roteiro e uma apresentação do que se trata a pesquisa (com a finalidade e as possíveis contribuições do depoimento de quem é entrevistado) e permissão para gravar a entrevista<sup>58</sup>. A Conduta da Entrevista se refere a garantir que haja um ambiente confortável para uma conversa e com tempo para a escuta. E por último, o encerramento a finalização da conversa com a clareza que aquele se encerrou com todas as informações necessárias.

Desta maneira, como Contato Inicial se planejou o Roteiro de Entrevistas (*vide* Apêndice B) com 8 perguntas (sendo uma fechada “sim ou não” e sete abertas) e foi feita a submissão da pesquisa no Comitê de Ética e Pesquisa, com a Elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>59</sup>.

Como Condução da Entrevista, se escolheu realizar as entrevistas semiestruturadas seguindo o “Critério de seleção e exclusão” (*vide* 5.1.4) para: “Pessoas convidadas pela Pesquisadora, que vivenciaram a inundação em 2014, acima de quinze anos, que contemplassem uma amostra de diversidade de gênero, principal fonte de renda e que concordem em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, durante duas semanas do mês de novembro de 2022.

Para a análise de Dados foram transcritos todos os 14 áudios e feito o cruzamento das memórias coletivas a partir das memórias individuais por meio das narrativas orais das comunitárias e dos comunitários que aceitaram participar deste estudo. Estes dados estão disponíveis nos Resultados e Discussões desta pesquisa e pretendem contribuir para desvelar as memórias coletivas da *cheia de 2014*.

Vale ressaltar que, anterior ao momento das entrevistas, foi realizado um estudo multidimensional sobre o contexto do caso pesquisado (estudo exploratório), idealizando laços de amizades entre a entrevistadora e a pessoa entrevistada: “Se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno de mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro” (Bosi, 2003, p. 61). Ainda sobre Bosi (2003), também se levou em consideração que um possível silêncio ou pausas durante o diálogo não precisam ser atropelados pela pressa ou a tentativa de preencher

---

<sup>58</sup> Garantindo o anonimato da pessoa entrevistada, mediante ao Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.

<sup>59</sup> Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, foi necessário que a submissão da Pesquisa em Comitê de Ética e Pesquisa da UFSCAR tendo como um dos documentos fundamentais o TCLE, o qual a pessoa entrevistada precisa assinar, autorizando o uso das falas como fontes de dados subjetivos da coleta de dados (entendendo que a qualquer momento pode solicitar a retirada de suas contribuições), preservando o anonimato de suas identidades e não oferecendo prejuízos ou benefícios financeiros para as pessoas entrevistadas.

as pausas: “Aprendemos a amar esse discurso tateante, suas pausas, suas franjas com fios perdidos quase irreparáveis” (2003, p.65).

### 5.3 Técnicas de relatos orais

As técnicas de relatos orais podem ser compreendidas como alternativas metodológicas em estudos qualitativos, partindo de experiências de vida de indivíduos para desvelar as relações sociais e a cultura as quais este se insere (Rigotto, 1998, p.116). Podemos dimensionar o papel fundamental das técnicas de relatos orais na valorização dos saberes individuais, a partir das seguintes contribuições desta autora: “As técnicas de relatos orais, como um todo, colocam o sujeito num lugar de destaque, valorizando as experiências que viveu e o que tem a dizer sobre elas. Pelas suas características, tanto a história de vida como os depoimentos pessoais e de biografia dariam acesso a esse tipo de informação” (Rigotto, 1998, p. 126).

As técnicas de Relatos Orais, em seu conjunto, colocam o sujeito e sua cultura em lugar de destaque: partem de sua fala, centrada na experiência própria de vida, mas postulando que a história dos indivíduos contém e registra comportamentos, técnicas, valores e ideologias de seu grupo e de sua sociedade. Permitem, assim, desvendar, na cultura, as teias que ligam os macroprocessos econômico-sociais, e as pessoas, captando o que sucede na encruzilhada indivíduo-sociedade, sujeito-estrutura (Rigotto, 1998).

De maneira mais resumida, as técnicas de relatos orais, colaboram com os registros da história oral e podem trazer elementos importantes na valorização individual daquela pessoa que narra sua história de vida em torno de determinado episódio da história. Raquel Maria Rigotto (1998), publicou o artigo: “As Técnicas de Relatos Orais e o Estudo das Representações Sociais em Saúde”, que trouxe um importante fio condutor para o presente estudo na elaboração das técnicas e procedimentos para as entrevistas realizadas. Durante o trabalho, realizado no âmbito da saúde, foi realizado um importante roteiro metodológico que será utilizado no presente trabalho, que são divididos em três grandes eixos: Procedimentos Iniciais, a Realização da Entrevista e os Procedimentos Posteriores - inspirado nas experiências do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) (von Simon, 1988) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) (Alberti, 1989).

A seguir, será demonstrado o roteiro metodológico elaborado por Rigotto (1998) de forma adaptada, com os processos adotados para a elaboração da presente pesquisa.

**Quadro 5** – Técnicas de Relatos Oraís e contribuições para esta dissertação.

|                                       | <b>Técnicas de Relatos Oraís sugeridas por Rigotto (1998).</b>                                                                        | <b>Procedimentos adotados para a presente pesquisa.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1 - Procedimentos Iniciais</b>     | Estudo exaustivo do tema da investigação.                                                                                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudos a partir da bibliografia disponível sobre a inundação de 2014;</li> <li>- Estudos acerca da legislação que garantem os direitos das comunidades ribeirinhas; definição de comunidades ribeirinhas; contribuições do NAPRA com os projetos socioambientais no Baixo Rio Madeira há mais de vinte anos; etc.</li> <li>- Estudos sobre as bases educacionais sobre: Práticas Sociais e Processos Educativos e sobre Memória Coletiva.</li> <li>- Metodologia para a pesquisa.</li> </ul> |
|                                       | Escolha do tipo de entrevista, conforme sua adequação com os objetivos de pesquisa.                                                   | - Foi escolhida a entrevista individual semiestruturada para pesquisas qualitativas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                       | Preparação do roteiro geral de entrevista, contendo todos os tópicos a serem considerados em cada relato.                             | - Roteiro de observações ( <i>vide Apêndice B</i> ).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                       | Preparação do roteiro individual de entrevistas.                                                                                      | - Roteiro de perguntas para as entrevistas ( <i>vide Apêndice C</i> ).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                       | Preparação de equipamento de gravação.                                                                                                | - Foi escolhida a gravação por aplicativo de gravador do celular da pesquisadora.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                       | Contato inicial com a pessoa entrevistada, demonstrando a relevância de sua contribuição e valorização de sua experiência vivenciada. | - Conversas iniciais com as pessoas da comunidade, para agendamento das entrevistas e demonstração da importância de suas contribuições para o estudo da memória coletiva sobre a inundação de 2014.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                       | Preparação do caderno de campo.                                                                                                       | - Uso do caderno de campo para anotação de impressões, gestos, detalhes do local, horário de início e término, etc.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>2 - A Realização da Entrevista</b> | Local: estabelecido em comum acordo com condições confortáveis para não haver prejuízos nos depoimentos.                              | - Escolha do local com circulação boa de ar (pensando no cenário de Pandemia da COVID-19, com a possível propagação do vírus) e que este espaço também não tenha interferência de terceiros.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                       | Duração: Aconselhável não ultrapassar duas horas.                                                                                     | - A autora não interrompia a pessoa entrevistada, para não perder nenhuma narrativa que pudesse ser importante para àquele que narra, porém, as entrevistas não ultrapassaram 2h.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                       | Considerar que sujeitos distintos têm visões de mundo,                                                                                | - Foi considerado entrevistar pessoas que contemplem uma amostra de diversidade de gênero,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

|                                      |                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                |
|--------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                      | experiências, linguagem e idades distintas.                                                                                                             | ocupação, idade, escolaridade e religiosidade ( <i>vide item 5.2</i> ).                                                                                                                                                                        |
| <b>3 - Procedimentos Posteriores</b> | Transcrição: idealmente feita pela própria pessoa que pesquisa - contendo ênfases, silêncios, risos e emoções.                                          | - Trabalho minucioso de transcrição de todos os áudios, preservando pausas e ritmos das falas por meio de pontuações.                                                                                                                          |
|                                      | Conferência de fidelidade: acrescentar elementos do diário de campo necessários para compreender as narrativas. Conferência de siglas e nomes próprios. | - Mudança de nomes das pessoas entrevistadas e pessoas citadas por estas, para preservar o anonimato e segurança destas.<br>- Conferência se siglas ou locais estão escritos de maneira correta, para preservar e conservar os locais citados. |
|                                      | Leitura final, digitação e revisão.                                                                                                                     | - Leitura final de cada uma das transcrições e revisões posteriores.                                                                                                                                                                           |

**Fonte:** Adaptação da bibliografia disponível de Rigotto (1998) com elementos do estudo.

A partir das contribuições de Rigotto (1998) na elaboração deste roteiro metodológico (adaptado em algumas partes para a presente pesquisa), utilizei este para fazer um apanhado de materiais e estudos necessários para iniciar as entrevistas, para tornar o momento de entrevista, um momento de troca e também de acolhimento para a pessoa que narra suas vivências com a inundação de 2014 (que por vezes, pode trazer memórias sensíveis e de traumas vivenciados) e para realizar a análise responsável do que foi gravado. Acredito que a contribuição de Rigotto (1998) foi de grande ajuda para a minha pesquisa e pode servir para outras (os) pesquisadoras (es) que gostariam de utilizar técnicas de relatos orais.

## CAPÍTULO 6 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitas histórias são contadas repetidas vezes ou discutidas com membros da comunidade. A narrativa formalizada, mesmo a métrica, pode ajudar a preservar uma versão textual de um evento (Portelli, 1997).

Este capítulo apresenta os resultados obtidos através das captações de fontes orais, por meio de entrevistas individuais e semiestruturadas com comunitárias e comunitários de São Carlos do Jamari que vivenciaram a inundação de 2014, demonstrando como as memórias individuais (uma vez analisadas de forma a encontrar semelhanças) podem se tornar **memórias coletivas** sobre a inundação de 2014. Todas as fotografias utilizadas serão consideradas também como resultados da pesquisa, uma vez que se realizou uma busca ativa entre as comunitárias e comunitários, com o intuito de acrescentar e ilustrar/formular um registro histórico o mais completo possível.

### 6.1 Tecendo - inicialmente - a nossa colcha de retalhos

*“Para muitas pessoas, dois pés de goiaba não são nada. Uma pequena horta não é nada, mas para quem mora no interior, é a vida da pessoa. Dez, quinze galinhas são as vidas delas” (Entrevistado 01 - Embaúba).*

Durante o ano de 2014, as vidas das ribeirinhas e dos ribeirinhos que viviam em comunidades às margens do Rio Madeira foram totalmente modificadas por uma inundação que muitas pessoas que residem neste território, relatam nunca terem vivenciado. As perdas materiais são inúmeras: casas, comércios, maquinários, vias públicas, escola, unidade de saúde básica (UBS), igrejas, plantações; fauna (incluindo animais domésticos) e flora. E perdas no campo do simbólico, sendo resultados disto, custos psicológicos/emocionais que não podem ser calculados, como o medo ao receber a notícia de uma possível inundação, a desapropriação e deslocamento no período da inundação, a incerteza de quando se poderia voltar e se poderia mesmo voltar à comunidade, o desgaste emocional proveniente a ter que desembolsar financeiramente quantias consideráveis para aluguel na cidade, a perda de seus animais e plantações, a perda do convívio em comunidade: do plantio, da horta, da plantação, da segurança de



viver no interior e do contato com a natureza (com os modos de vida espelhados no rio e na floresta).

A seguir, serão ilustradas duas figuras do mesmo local: antes e depois da inundação (ambas de 2014).

Figura 7 – Fachada de um comércio antes da inundação de 2014.



**Fonte:** Enviada por um comunitário.

Figura 8 – Fachada de um comércio com sedimentos pós-inundação.



**Fonte:** Enviada por um comunitário.

Analisando as duas imagens, pode-se fazer um comparativo das principais mudanças visíveis: na primeira imagem, notamos a presença de grama, árvores, a rua asfaltada, e o comércio (que é um bar) com a fachada cinza e cinza e faixas amarelas. Já na segunda imagem, vemos uma significativa mudança: a quantidade de sedimentos acumulados e que aterraram o asfalto, a ausência de gramas, a fachada que era predominantemente cinza, ficou manchada de terra e apenas o topo mantém a cor (porque é o local que a água não atingiu) e também pode-se notar resíduos sólidos nos sedimentos (que podem ser provenientes de fossas caipiras, lixeiras, embalagens variadas de cestas básicas distribuídas neste período etc.).

São Carlos do Jamari foi uma das comunidades ribeirinhas mais afetadas. A inundação durou quatro meses até as águas baixarem e a comunidade conseguir voltar.

Não é o objetivo deste estudo apurar se as causas foram naturais ou decorrentes da instalação de um Complexo Hidrelétrico (que entrou em operação no ano de 2012), porém, o fato é que, os dois elementos (inundação e operação do empreendimento) coincidem. Em outras palavras, a discussão se o episódio foi um desastre natural ou um crime ambiental, não será discutido neste momento, porém, as consequências e violências epistemológicas vividas serão narradas durante esta discussão, a partir das memórias coletivas das pessoas entrevistadas que vivenciaram a cheia de 2014.

Durante o voluntariado pelo NAPRA (Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia) em 2019, notou-se que estavam presentes as narrativas sobre a inundação - chamada de *cheia de 2014* pelos ribeirinhos - assim como as visíveis marcas nas moradias das pessoas (que já revelavam que apesar de já ter passado 5 anos do acontecimento, a comunidade ainda carrega marcas visíveis da dor e medo vividos. Abaixo serão demonstradas fotos tiradas nesta primeira ida à comunidade Julho de 2019.

Figura 9 – Marcas da inundação e casa abandonada após a inundação.



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

Figura 10 – Casa erguida após a inundação de 2014.



**Fonte:** Acervo pessoal (2019).

A partir desta experiência voluntária, houve uma inquietação sobre as memórias tão vivas sobre a cheia de 2014, que eram sempre contadas durante o convívio na comunidade. Para Freire (1992): “Não existe educação neutra, toda neutralidade afirmada é uma opção escondida”, por isto, houve intencionalidade em se realizar este estudo cujo principal objetivo é documentar as memórias coletivas da inundação.

Quando estive em São Carlos do Jamari, as histórias que foram escutadas através das ribeirinhas e ribeirinhos fazem parte da memória que eu construí sobre o episódio. Apenas com uma imersão de entrevistas direcionadas e captação das fontes orais (com gravador e anotações de campo), fazendo um cruzamento destas de forma dedicada foi possível construir uma memória coletiva da inundação de 2014. Para Portelli (1997, p. 31): “Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (...). Por este motivo, o resultado da entrevista é o produto de ambos: narrador e pesquisador”.

Em 2022, retornei à comunidade, agora com o estudo sobre o mestrado e realizei a coleta de fontes orais na Comunidade de São Carlos do Jamari, com a participação voluntária de 14 pessoas entrevistadas. Vale ressaltar que, as pessoas convidadas não são objetos de estudos e sim têm sua importância como colaboradoras uma vez que compartilham de suas histórias para ser palco deste estudo.

Objetivamos, assim, que a prática social de investigar seja educativa tanto para participantes quanto para o(a) pesquisador(a). Pesquisar processos educativos é um processo de relações intersubjetivas. [...] Investigações que têm a realidade como “objeto” de pesquisa, a qual medeia a relação entre os sujeitos. Sobre ela, lançamos olhares críticos e propositivos. Visamos, por meio da dialogicidade, pronunciar e transformar o mundo que percebemos, e nossas investigações procuram favorecer o processo de humanização das diferentes pessoas envolvidas com elas (Oliveira *et al.*, 2014, p.137).

Com a metodologia estruturada (*vide* Capítulo 5), a ida a campo foi pautada a partir do convívio e a dialogicidade dentro do território, partindo do pressuposto que as pessoas que viveram a inundação foram invisibilizados: “Não será com o antidiálogo que rompemos o silêncio dos camponeses [e camponesas], mas sim com o diálogo em que se problematize seu próprio silêncio e suas causas” (Freire, 1985, p. 39).

Conviver é mais do que visitar e não é algo que possa ser delegado, requer um envolvimento pessoal, observando, perguntando e conversando. Essa convivência pode trazer maior confiabilidade à pesquisa [e extensão], pois é nela que os posicionamentos políticos se clarificarão e as pessoas poderão se colocar abertamente. Apenas olhando para o outro e com ele convivendo é que se pode detectar as posições políticas que atravessam os depoimentos, as conversas e as informações sobre dada realidade. A convivência permitirá perceber o que cotidianamente aflige as pessoas re-pensando o trabalho coletivo e pensando políticas públicas mais condizentes com a concretude do cotidiano. E, aos poucos, conhecer e se fazer conhecer (Oliveira, 2003, p. 123).

E o conviver no território de São Carlos do Jamari, é muito além de realizar as entrevistas: é o conviver ouvindo as histórias **da pesca no Rio Madeira, ser convidada para participar de aniversários, refeições, tomar um café e conversar sobre as novidades que permeiam o território, conhecer a extração de produtos não-madeireiros (como é o caso das castanhas do Brasil e o látex das seringueiras), tentar subir no pé de açaí com peconha, viajar de rabeta para atravessar de uma comunidade à outra, é limpar o peixe, é conversar sobre ser mulher com outras mulheres e é se maravilhar com as belezas da floresta e dos saberes tradicionais.** Porém, também de indignar com as desigualdades sociais que assolam as comunidades ribeirinhas do baixo rio Madeira, que pode ser notado nos próximos tópicos através das memórias pela falta de aporte aos serviços básicos (saúde, educação e saneamento básico) durante a inundação de 2014 (no antes, durante e pós cheia). Desta maneira, não há como pensarmos em uma transformação social sem levar em conta o universo dos silenciados, invisibilizados, vítimas do discurso hegemônico.

A entrevistada 02 - Castanheira se identifica com o gênero feminino, é dona de um comércio local e tem idade acima de 50 anos. Ela permaneceu durante toda a inundação de 2014 em São Carlos do Jamari com seu marido. Sua casa é junto ao seu comércios, então, ergueram madeiras para armazenar mercadorias, móveis e eletrodomésticos de seu comércio, assim como também seus móveis pessoais de sua residência. Apesar disto, acabaram perdendo algumas mercadorias por falta de armazenamento frigorífico.

Durante a chegada na Comunidade, fui ao seu comércio para fazer compras de alguns mantimentos. Como já a conhecia desde 2019, conversamos e contei à ela sobre a minha motivação de voltar ao território. Entre memórias do voluntariado do NAPRA e

atualizações sobre a comunidade, a Sra. Castanheira relembrou algumas memórias individuais sobre a inundação de 2014 e por este motivo, fui um convite para participar da entrevista.

A entrevista aconteceu dentro do comércio de Castanheira, que enquanto narra suas memórias sobre a inundação, também tem um tempo de cuidado e lazer, pintando as unhas. A pesquisadora passa o período de diálogo com o cachorro de Castanheira no colo. Inserir-se em um grupo é conviver e não é apenas um momento técnico de coleta de dados. As entrevistas muitas vezes foram no quintal das casas das pessoas entrevistadas, dentro de seus ambientes de trabalhos (em salas reservadas) ou em suas casas. Os locais eram escolhidos pela pessoa que iria ser entrevistada - compreendo que desta maneira, se torna um local mais confortável e acolhedor.

Figura 11 – Entrevista com a entrevistada Castanheira.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Durante as entrevistas, era solicitado que as pessoas autorizassem a gravação por gravador, para posteriormente, se fazer as transcrições.

A transcrição transforma objetos auditivos em [formato] visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretação. A eficácia diferente de gravações, quando comparadas a transcrições - para propósitos de sala de aula, por exemplo - pode somente ser apreciada por experiência direta (Portelli, 1997, p. 27).

As transcrições são fundamentais para o estudo da memória coletiva, uma vez que esta última somente pode ser analisada com o cruzamento das narrativas individuais (memórias individuais). Apesar disto, também é uma parte desafiadora do trabalho da

pessoa que pesquisa, uma vez que demanda o tempo de organização dos áudios, transcrição propriamente dita e a revisão minuciosa das falas - preservando as falas.

Para auxiliar no processo de escrita, foi utilizado um Diário de Campo, que tem sua importância para anotar percepções que se teve no trabalho desenvolvido, explorando as possibilidades de discussão sobre a pesquisa desenvolvida. Nos cadernos de campo, podem ser descritos desenhos, gestos, códigos, abreviações etc. Uma vez mediado por embasamento teórico, estas perspectivas podem caminhar para um movimento dialético (Costa *et al.*, 2002). Estes registros são fundamentais para auxiliar a pessoa pesquisadora na memória do que aconteceu no dia, por isto, se recomenda fazer sem um grande intervalo de tempo do acontecido e se possível, que tenha uma discussão em grupo sobre as interpretações vividas: o que foi feito, durante as aulas da disciplina do projeto realizado.

Se, por um lado, o investigador, entra no mundo do sujeito, por outro, continua a estar do lado de fora. Registra de forma não intrusiva o que vai acontecendo e recolhe, simultaneamente, outros dados descritivos. Tenta aprender algo através do sujeito, embora não tente necessariamente, ser como ele. Pode participar nas suas atividades, embora de forma limitada e sem competir com o objetivo de obter prestígio ou estatuto. Aprende o modo de pensar do sujeito, mas não pensa do mesmo modo. É empático e simultaneamente, reflexivo. (Bogdan; Biklen, 1994, p. 113).

A partir da colcha de retalhos tecida até aqui, pode-se aferir que, a comunidade viveu e vive um processo violento no sentido de ter tido perdas materiais e simbólicas, que foi injusto uma vez que são os povos da floresta os principais mantenedores da natureza.

Com efeito, os pobres, para cozinhar e alimentar-se, destroem a madeira das selvas tropicais, para beber, secam rios ainda virgens, para se abrigar, ocupam as melhores terras agrícolas. Estamos diante de dilemas que exigem responsabilidade, consciência ética e criatividade. Em muitos casos, como entre os amazônicos no Brasil ou os maias do México, são eles que melhor preservam a ecologia, com a Terra Mater com o qual conviveram durante milênios (Dussel, 2005, p.34-35).

A seguir para ilustrar com a intenção de alertar, denunciar e elaborar um registro documentado (que pode servir até como base legal de possíveis processos que pareçam adequados por parte da comunidade), serão apresentadas as fotografias registradas entre 2014-2015 (início e após período de inundação). Eu participo de um grupo de um grupo



de *whatsapp* chamado “**São Carlos Notícias**”, <sup>60</sup>da comunidade desde 2019, quando alguns comunitários neste espaço digital no período de voluntariado do NAPRA. Durante e após a coleta de dados, foi realizada uma busca ativa de fotos que retratam o episódio da inundação de 2014. A seguir, serão demonstradas algumas fotos que foram enviadas pelas comunitárias e pelos comunitários para a elaboração deste trabalho de mestrado.

### **Fotos do período do início da inundação de fevereiro de 2014**

Figura 12 – Rua alagadas. Na última foto, a entrada da UBS de SCJ.



Fonte: Enviado por um comunitário.

Figura 13 – Ruas alagadas na comunidade de SCJ.



Fonte: Enviado por um comunitário.

### **Mobilização para a saída da comunidade de São Carlos do Jamari – 2014**

Figura 14 - Comunidade saindo de SCJ.



Fonte: Enviado por um comunitário.

<sup>60</sup> Administrado há anos (com excelência e comprometimento) pela Liderança Comunitária Edymar Alves, ribeirinho da comunidade de São Carlos do Jamari.



### **Fotos do período de inundação em São Carlos do Jamari**

Figura 15 – Fachada de casa alagada.



Fonte: Enviado por um comunitário.

Figura 16 – Fachada de casa alagada.



Fonte: Enviado por um comunitário.

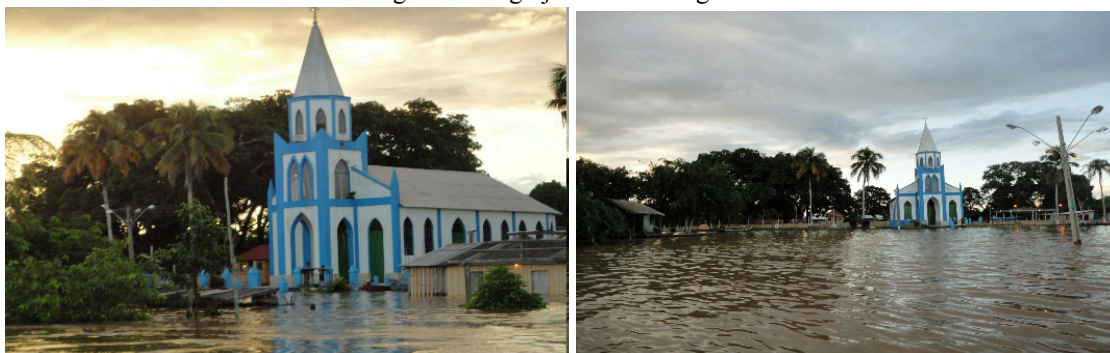
Figura 17 – Casa e escola alagada, respectivamente.



Fonte: Enviado por um comunitário.



Figura 18 – Igreja Católica alagada.



Fonte: Enviado por um comunitário.

Figura 19 – Cemitério inundado.



Fonte: Enviado por um comunitário.

Figura 20 - Inundação em SCJ.



Fonte: Enviado por um comunitário.



**Fotos do período pós-inundação: A retirada da lama da Comunidade e organização do território de São Carlos do Jamari**

Figura 21 – Retirada em SCJ da Lama.



**Fonte:** Enviado por um comunitário.

Figura 22 – Representação dos sedimentos da inundação.



**Fonte:** Enviado por um comunitário.

Partiremos destas imagens para dar início à análise das memórias coletivas da inundação, com trechos das narrativas captadas na coleta de dados (em novembro de 2022). Partindo da categoria teórica da situação-limite, onde Paulo Freire nos traz a reflexão dos obstáculos ou barreiras que as pessoas encontram na tentativa de Ser Mais, a comunidade se deparou com uma situação a ser superada (Freire, 1992). Alguns participantes narram já terem superado suas situações-limites (apontando inclusive estratégias para estes feitos), enquanto outros ainda estão neste caminho, com seus próprios tempos de superação e desenvolvendo suas consciências críticas, reconhecendo suas condições quanto pessoas oprimidas, entendendo as brechas para a superação em comunhão da relação de opressão: oprimida-opressora e oprimido-opressor.

Durante o próximo item, serão analisadas as memórias coletivas encontradas a partir das entrevistas realizadas. Entendendo a memória, como sendo:

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significados. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Essas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e narração em seu contexto histórico (Portelli, 1997).

As memórias coletivas encontradas a seguir têm conteúdos sensíveis e traumáticos, **desvelando as práticas sociais de resistência e luta pelo (re)enraizamento da comunidade ao retornar ao território** quando a água secou (após aproximadamente quatro meses), mesmo com a não recomendação da Defesa Civil e autoridades da esfera municipal e estadual. E a partir desta prática social, se desvela um processo educativo relacionado à união, cooperação e senso de comunidade para reorganização da comunidade (retirada de lama dos espaços públicos, escola, UBS, igrejas, Administração, ginásio municipal e ruas) e também de dentro das residências, para que pudessem ter além de um local para viver novamente e também possuir um contra argumento para que estes órgãos públicos que negaram ajuda financeira para religar a energia, água e as instalações de serviços básicos, voltassem a operar/reconhecer o território. E é a partir destas práticas sociais e resistência e luta, que se desvelam os processos educativos de união, cooperação e senso de comunidade para a reorganização da comunidade para a reconstrução do território para moradia.

Para melhor se desenhar esses encontros compartilhados entre as memórias das ribeirinhas e ribeirinhos entrevistados, pode-se introduzir as memórias coletivas com alguns pontos iniciais em comum: algumas pessoas permaneceram na comunidade, erguendo suas casas e armazenando móveis e bens pessoais em mezaninos organizados para a água não estragar estes itens ou levaram para o ginásio municipal, que contava com andaimes para comportar móveis maiores da comunidade inteira, e outras se deslocaram para outras comunidades em terras firmes ou para Porto Velho. A maioria das mulheres, idosos e crianças foram levados para Porto Velho enquanto os homens permaneceram na comunidade (zelando pela casa).

### **Entrevistada Manga**

- *Ainda nesse dia mesmo, já mandei a minha filha embora pra Porto Velho, porque os meninos dela, como ainda era pequeno, né? Eu digo: “Não, minha filha, vai logo, que você tem seu filho pequeno, vai logo pra lá”. [depois de alguns dias a Entrevistada Manga, mulher e idosa, também foi para Porto Velho].*

### **Entrevistado Abricó**

- *[...] Quando a água foi baixando, eu teria que estar, para não perder, no caso, a casa, as coisas, eu teria que estar tirando todo aquele sedimento que deu a 50 centímetros de sedimento dentro das casas [fazendo gesto para mostrar a altura]. Foi muito barro. - Então, teria que estar todos os dias. Agora, muita gente tiveram que ir para a cidade, se desesperaram e deixaram a casa aqui abandonada. Eu estava todos os dias lá, olhando as coisas e também tirando todo aquele sedimento.*

### **Entrevistado Tambaqui**

- *Estava. Estava aqui. É só que ninguém acreditava que vinha... o tanto de água o que veio, né? Nós saímos daqui, porque fomos obrigados a sair mesmo. Aí eu mandei a minha esposa com a minha neta, que mora comigo, e depois eu fui atrás com a minha filha, de uma... deixamos guarda-roupa aí, até quando aí... E perdi um bocado.*

Há narrativas de que, mesmo neste momento doloroso de calamidade pública, houve muitos casos de roubos tantos nas casas fechadas e no próprio ginásio. Para evitar esta situação - sobretudo os homens, enquanto as mulheres se dedicavam ao trabalho de cuidar das crianças e família - que foram se alojar em Porto Velho, voltavam constantemente para verificar o estado de sua casa e se havia casos de roubos (quando não era o caso destes permanecerem na comunidade).

#### **Entrevistado Tambaqui**

- *[...] Mas eu fiquei lá e vinha, vinha olhar as coisas, porque a gente sabia que os ladrões estavam roubando, só no banheiro tranquei, mas, nós tínhamos quatro botijões de gás lá dentro, que os ladrões estavam roubando as televisões parabólicas. E aí o que achavam, levavam. Mas graças a Deus aqui ninguém mexeu não, porque esse padeiro aí, ele ficou nessa casa aí em cima.*

#### **Entrevistado Tucumã**

- *Tinha muita gente também, que se convalescendo da situação, vinham de lá, da onde a enchente não mexia nem com eles, saquear as coisas dos outros que estavam sossegados. Roubaram muito aqui dentro, roubaram muito aqui dentro. As casas estavam bem trancadas, arrombavam para ver o que tinha de valor lá dentro, para levar.*

#### **Entrevistada Jambo**

- *[...] Aí nós fomos para uma reserva aqui pertinho que fica aqui atrás, né? mas mesmo assim a gente vinha de vez em quando aqui, para olhar, né? pra cuidar... até porque o pessoal...eles arrombaram... tinha gente com uma malandragem eles arrombavam a janela e viam o que tinha ficado dentro. Graças a Deus aqui não roubou não... a gente perdeu muita coisa, né? com a enchente, mas arrombar mesmo, não...*

#### **Ainda sobre a Entrevistada Jambo:**

- *[...] deixa eu tentar te explicar agora, o que eu vou te falar agora... eu vejo a minha comunidade... eu deixo as minhas coisas aqui fora, ninguém mexe em nada, mas numa emergência, como aconteceu, muitas famílias tiraram as suas coisas e colocaram ali no ginásio e quando foram.. chegaram lá para tirar suas*

*coisas e não encontraram: geladeira, fogão, sofá, televisão, tá entendendo? Então o que a gente tira é que o caráter de muita gente, entendeu? então isso contribui para piorar um pouquinho mais essa situação...*

Outro ponto encontrado em comum é relacionado aos serviços de água, energia e aparatos de apoio dos órgãos públicos para o retorno à comunidade. Durante a inundação, a comunidade ficou sem energia. A energia voltou apenas quando a comunidade retornou (após quatro meses quando a água baixou) e as próprias pessoas da comunidade tiveram que limpar os espaços públicos para a transmissão desta. Com a inundação, a água que a comunidade consumia (proveniente do poço comunitário) foi substituída por garrafas de água mineral. Estas, por sua vez, eram cedidas para as pessoas, segundo as fontes orais aqui captadas.

Quando as águas baixaram, a comunidade começou a se movimentar para retornar à São Carlos do Jamari, porém, não houve um incentivo financeiro para o retorno, no que diz respeito ao transporte à comunidade, limpeza com maquinários das casas com lama e também dos locais públicos, sendo relatado que a Defesa Civil municipal de Porto Velho, não autorizava este retorno. Na memória compartilhada, isto é, coletiva, muitos traziam a ideia de que as autoridades demonstraram que São Carlos do Jamari era um local impróprio para se viver, esquecido e que o melhor seria procurar novas terras para morar (como é o projeto da “Nova São Carlos”).

As práticas sociais de resistência e luta pelo reeinraizamento se fazem presente neste processo complexo de retorno ao território. A própria comunidade fez a limpeza de suas casas e espaços públicos (com recursos físicos e financeiros próprios), retirando sedimentos e lamas dos locais, lavando bens materiais e reconstruindo suas propriedades.

Para aprofundarmos nos estudos das memórias coletivas da inundação de São Carlos do Jamari, trabalharemos as memórias coletivas mais presentes nas fontes orais sendo elas divididas em: 6.2) Das memórias coletivas ao receber a notícia da cheia; 6.3) Das memórias coletivas dos antigos que nunca vivenciaram uma cheia dessas; 6.4) Das memórias coletivas de quem permaneceu na comunidade durante a cheia; 6.5) Das memórias coletivas dos alojamentos nas escolas em Porto Velho; 6.6) Das memórias coletivas ao retornar à comunidade; 6.7) Das memórias coletivas do Projeto “Nova São Carlos”; 6.8) Das memórias coletivas sobre a influência das Usinas Hidrelétricas na cheia de 2014; 6.9) Das memórias coletivas das perdas materiais e simbólicas; 6.10)

Das memórias coletivas sobre as inseguranças; 6.11) Das memórias coletivas sobre as tristezas; 6.12) Das memórias coletivas de estratégias de superação da cheia; 6.13) Das memórias coletivas de aprendizagem da cheia.

## 6.2 Das memórias coletivas ao receber a notícia da cheia

Anualmente, há um fenômeno natural e previsível chamado “pulso de inundação”, que se refere aos períodos de secas e cheias dos rios, fenômeno comum nos rios do território amazônico. As noções do curso d’água do Rio Madeira e do sistema de pesca, são achados das tradições das comunidades ribeirinhas que são passadas de geração a geração. Porém, nota-se a partir da literatura disponível e da experiência adquirida durante as idas a campo (de voluntariado do NAPRA e campo do mestrado) nota-se que esse saber está fragilizado e sendo modificado, uma vez que as UHEs detém o controle do recurso natural hídrico para a geração de energia.

A atividade de pesca vem sendo afetada por influências externas que causam impactos ambientais e sociais. **As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, localizadas no Alto Rio Madeira, influenciam nas alterações de volume d’água naturais do rio e consequentemente no fluxo de peixes.** Além disso, há a suspeita de conter mercúrio nos peixes, devido à prática de garimpo excessivo. Houve relatos de pessoas que pescavam no Rio Madeira para venda e no Rio Jamari para subsistência, por receio de consumir peixes contaminados. No entanto, os peixes se deslocam pelos diversos fluxos d’água e não é garantido que não haverá peixes contaminados nos outros rios (NAPRA, 2021, p. 23).

Partindo desta perspectiva de alterações e mudanças nos saberes tradicionais em detrimento da construção de um empreendimento de grande impacto ambiental, a notícia da cheia com esta dimensão foi uma surpresa por ser anormal para as pessoas mais velhas que habitavam e habitam o território (relatam não terem visto nessa proporção) e também pela velocidade e dano causados. E por mais que tenham registros de atuação do MAB desde 2006 na comunidade, alertando para os prejuízos da construção de um complexo hidrelétrico às margens das comunidades, esta foi uma total surpresa.

### Entrevistado Tucumã:

- *Aí eu falava assim: “Mas como? Que vai ficar assim São Carlos?”. Que eu sou do Amazonas, entendeu? E lá no Amazonas, todo ano nossa casa ia pro fundo. E a gente continuava morando. Vazava, fazia aquela maromba que falava, outro assoalho em cima e morava. Quando vazava, a gente lavava a casa e continuava morando. Eu digo lá, nós morávamos quase todo ano. A gente... alagava a nossa casa, e nós continuávamos morando lá. E tinha a nossa vida quase toda. Porque eu vim pra cá, pra Rondônia, eu tinha quase 30 anos já, quando vim pra Rondônia. E a nossa vida lá foi tudo assim. E ninguém morreu, nós estamos vivos até hoje. **Só São Carlos, que foi a primeira vez, vamos dizer, que foi pro fundo e não vai prestar ninguém morar...?***

As pessoas que moravam na comunidade de São Carlos do Jamari, sabiam os meses em que ocorria o momento natural de cheia do Rio Madeira e o momento de seca, dando previsibilidade para suas atividades (plantio, pesca, extrativismo e lazer). É como se a pessoa ribeirinha e os recursos naturais vivessem em uma simbiose de interações, pois: se sabia o melhor momento para o plantio em sistema de várzea; melhor período para a pesca; o momento de surgimento de praias no rio; e inclusive o momento necessário para subir móveis/casas dependendo do local em que viviam para enfrentar as cheias (que eram mais brandas, não necessitando de deslocamentos). **Com a inundação de 2014 se alagou um sentimento de imprevisibilidade e insegurança difícil de se navegar, por ser uma condição ainda não vivida.**

#### **Entrevistado Embaúba:**

- *É... A gente... publicamente, assim... É... A gente recebeu a informação que iria encher: “Ó, vocês que moram nas margens do Rio... Vocês fiquem espertos, porque essa enchente vai ser grande. Se tiver um lugar alto para você ir... você já começa a providenciar essa mudança, porque provavelmente vai alagar: vai subir nas suas casas”. Só que é como eu tava te falando, a gente... **nunca houve uma enchente desse tipo.** Então a gente ficava na esperança que não ia acontecer. Todo mundo subiu as suas casas... um metro... fez um gradeado... e colocou suas coisas em cima: um fogão, uma geladeira... **“Não, isso aqui... pra enchente, se chegar, ela vai subir um pouquinho e se chegar vai embora e a gente só desce...”**, mas não. A enchente veio e teve gente que colocou em cima do forro e encheu tanto que não dava para tirar as coisas. Teve que tirar o*



*telhado, pra tirar pelo telhado.*

#### **Entrevistado Pirarucu:**

- *Rapaz... eu vou lhe falar: isso aí foi um problema! Foi uma novela... dava para fazer uma novela. Quando... nós... nós... soubemos dessa cheia (ela tava prevista), ela tava prevista. É o que o pessoal falava. **Porque eu nunca tinha visto, durante o tempo que eu estou aqui (nos anos de vida que eu tenho...), eu nunca tinha visto o [rio] Madeiro: porque foi uma coisa terrível.** Porque sempre quando alagava, era por meio de março, pra chegar abril. Mas aqui quando foi **07 de Fevereiro**, já estava tudo alagado. Foi uma coisa terrível (...).*
- *E quando foi uma tarde, aí... aí tinha uma terra aí no campo, aí passaram para jogar bola para lá... a turma passou para jogar para lá. Mas só se viram a notícia que disse que, a barragem lá, tava para estourar e o pessoal tudo com medo: **porque se estourar não vai sobrar ninguém!***

Como dito anteriormente sobre o fenômeno de pulsão d'água, a previsibilidade da cheia do rio Madeira é prevista para final de março e início de abril anualmente, então, se há um planejamento em relação às suas práticas de sobrevivência e manutenção durante estes momentos, porém, em fevereiro de 2014, comunitárias e comunitários receberam a notícia de que haveria uma grande inundação que atingiria a comunidade, devido à abertura de comportas das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, com a necessidade de deslocamento do território para alguma terra firme (seja outra comunidade/distrito ou Porto Velho).

A memória coletiva desvelada a partir das memórias individuais demonstraram que a maioria das pessoas não aguardavam uma inundação da proporção que ocorreu e mesmo quando as águas começaram a surgir um mês antes do habitual, ainda não acreditaram até presenciar a cheia. Dito isto, foi uma surpresa a proporção que a inundação alcançou em pouco tempo.

#### **Tambaqui:**

- ***Foi um Deus que nos acude!** Todo mundo na mesma situação, ninguém podia ajudar o outro. **Eu operado, de 7 meses, tinha uma hérnia, e para não perder tudo, tudo mesmo, tive que fazer força, saiu outra no lugar, onde operei. Mas foi***

*água, foi água, foi água. A gente via, na parte mais baixa, a gente via a água crescer, vem crescendo. Comentavam, dizendo assim, olha, a água vai vindo.*

-

#### **Entrevistada Beija-flor:**

- *Estava. Eu estava grávida do meu filho. Tava, estava grávida dele, a gente ficou... a água tomou de conta da minha casa, eu perdi minhas coisas e não pude tirar, né, por causa da barriga, que eu estava com... já quase sete meses, eu estava com sete meses, não lembro bem. Mas eu tava com barrigão, não pude tirar minhas coisas e perdi. Perdi minhas coisas tudo e eu fiquei alojada, abrigada na escola. Me abrigaram lá na escola com a minha filha. Eu não lembro a idade que minha filha tinha na época, que hoje ela tem 12 anos. Aí nós ficamos lá. De lá a gente... mandaram ver o barco, levou o povo que estava alojado aqui na escola, levou para Porto Velho, aí colocaram a gente nas escolas lá, dividiram as escolas, cancelaram as aulas lá. Quem tinha parente lá, quem tinha casa de parente, de filho, ficava nas residências. Quem não tinha, ia para a escola. Aí, no meu caso, eu fui para a escola.*

#### **Entrevistada Manga:**

- *A minha filha que mora na Vila, falou: “mamãe, estão falando que vai alagar”.*
- *Eu disse: “Menina, onde que vai alagar? Vocês querem saber de mais, menina?”*
- *“Mamãe, eu tô falando porque tava dando, mamãe, que vai alagar”.*
- *“Não vai, minha filha, eu nunca vi isso, alagar tudo”.*
- *“Vai”.*
- *Aí eu sei que a água subindo, a água subindo. Porque não era água daqui, era daqui que vinha. Pra nós era daqui. Do Cuniã, né? Aí a água chegando, toda hora eu ia lá e marcava. Ali já não passava mais. Toda hora eu levantava um pauzinho, eu ia lá e água tava... e aí disseram pro meu marido que a água tava chegando aqui, né? Aí meu marido veio. Menina, eu sei que quando nós dormimos, que nós acordamos, já tava água dentro da nossa casa.*

#### **Entrevistado Tucumã:**

- *(...) Passamos três dias em Porto Velho. Aí quando nós voltamos de lá, a água tava chegando bem aí assim, ó.... Bem perto desse batente aí. A água tava*

*chegando aí. Aí a minha mulher falou: “rapaz, essa enchente vai alagar aqui em cima.” Eu falei: “vai não, só se for um dilúvio”. Falei pra ela. Aí passamos três dias aqui e fomos embora para Porto Velho (...). Aí tá, nós fomos para Porto Velho e quando nós voltamos, a água estava... Essa porta não era nem aí, essa porta era aqui nessa janela, que era a porta. Não era aí não, era aí. Faltava assim uns 4 dedos assim pra... Nós fomos pro Porto Velho, passamos 12 dias lá. Aí quando eu voltei eu botava os 3 dedos assim ó [pausa], pra... Assim, pra cobrir o assoalho. Aí que eu fui acreditar que ia alagar.*

Figura 23 – Comunitário mostra “até onde a água batia” em sua residência em 2014.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

### Entrevistado Pirarucu:

- *Meu amigo, e quando nós demos fé, passou um cara correndo dali ó, dali debaixo... no centro da Vila. Passou correndo aí gritando: “Gente, pelo amor de Deus, vamos se cuidar, vamos procurar uma terra. A barragem estourou, quando..”. Menina do céu, quando falou isso, só Deus para ter misericórdia... e correu para cá, e correu para lá. Rapaz, quando eu dei fé, lá se vinha todo mundo correndo... e meu pai do céu: e pega-e-pegas, e arranja um...procurar uma terra firme... Teve pessoas que passaram mal. Caíram desmaiadas e quase morreram e eu creio que se eu visse, o pessoal pegando rabeta...tacando pra cá, para terra firme.*
- *E este Andiroba<sup>61</sup>, vieram buscar ele numa voadeira, o cara até n'água e a*

<sup>61</sup> Nome em comum entre a entrevistada 02 (Castanheira) e o presente entrevistado. Nome substituído

voadeira foi lá e pegaram ele... e foram logo atrás. Deixou pra trás até a casa dele, que tava o cofre dele, com todo o dinheiro... deixou tudo aberto. “E já vem perto, já vem perto”. Quando ele já estava lá fora....Ele tem um grande respeito por mim, ele gritou de lá chorando: **“Pirarucu, pelo amor de Deus, peça para o irmão Tovomita-cornuta<sup>62</sup>, pegar a voadeira dele, que é meu genro, e cruzar com você ...para a terra firme... ali perto do Jamari, tem uma terra firme e você para escapar lá...”**, isso já era 18h: quem é que vai para terra firme que não tem casa? que só tem uma mata fechada, que nunca foi cultivada e nem nada... vai para lá, no meio de formigal e caranazal, sem saber? e eu digo: meu Deus... mas meu Jesus... teve gente que correu dali assim, para cruzar assim, para uma terra firme para aqui para trás [...].

#### **Entrevistada Castanheira:**

- *Aí tinha um Sr. Andiroba<sup>63</sup>, morava aqui na frente, né? No barranco do Rio, numa casinha. Aí, o pobre... Disseram pra ele que a usina tinha estourado [pausa]... Coitado do velho (...). Aí ele vinha correndo: os cachorros, os cachorros valentes, ele puxava os cachorros e jogava dentro do canoa: **“Aí, seu Ingá, socorro, que a usina estourou e vai morrer todo mundo”**.*

#### **Entrevistada Palmeira:**

- *Foi uma surpresa, assim, pra todo mundo, porque... **ninguém esperava que enchesse o tanto que encheu, né?***

#### **Entrevistado Sardinha:**

- *Pra todos nós foi uma **surpresa** muito grande, né?...*

#### **Entrevistado Açaí:**

- *Foi muito triste na verdade, né? Pra nós foi muito triste, abalou bastante, né? É que nem eu falei, a gente não tinha ideia de que isso ia acontecer algum dia com a nossa comunidade, né? **E foi tão rápido assim que aconteceu.** Então aquilo abalou bastante a gente, né? Abalou a nossa família, abalou a comunidade, na*

---

pela autora para preservar a imagem da pessoa citada por Castanheira e Pirarucu.

<sup>62</sup> Nome substituído pela autora para preservar a imagem da pessoa citada por Pirarucu.

<sup>63</sup> Andiroba – Nome substituído pela autora para preservar a imagem da pessoa citada por Castanheira.

verdade. Todos do baixo [rio] madeira foram abalados com essa notícia da Cheia.

#### **Entrevistado Tucunaré:**

- *Então, era gente passando mal, gente desmaiando, cara... foi um momento tão desesperador que a gente não... hoje com calma a gente não consegue imaginar como que foi mesmo, né, um desespero tão grande daquilo, a gente não imagina. Se terá ainda outra, eu acho que não, que foi desesperador mesmo. Porque eles estavam com uma régua medindo e aí de 15 em 15 minutos, eles mediam, né, e de 15 em 15 minutos você já via a diferença, né, pra você ter ideia, de 15 em 15 minutos a água subindo. Como é desesperador pra você tirar um distrito como São Carlos daqui. Mas a gente saiu, né? Ficamos em colégios separados... os que foram pra cidade, outros ficaram na terra firme aqui, outros entraram também no Jamari, outros foram pra Agrovila, então dividiu muito, né? São Carlos se dividiu muito.*
- *E nesse... nesse trajeto de leva e aloca, a gente ainda tinha uma preocupação, porque ao sair daqui a gente tinha que se preocupar pra onde a gente ia. Nesse período eu ainda tava na frente do MAB<sup>64</sup>, né? E aqui dentro de São Carlos a gente coordenava várias famílias. E aí a gente tinha a preocupação de se realocar daqui e pra onde a gente ia? Como que a gente ia viver? Qual era o local que a gente ia ficar? Pra gente não ter um... assim, já sair de um sofrimento e ir pra um outro, sabe lá com quantos meses a gente ia passar lá, né? Que ninguém sabia mesmo. E a gente também teve essa preocupação.*
- *No dia... no dia que a água foi chegando, foi alagando, inclusive aqui em casa, quando alagou mesmo, a água entrou aqui dentro de casa e eu não estava. Eu estava em São Paulo, tinha viajado para a gente fazer umas reuniões com o pessoal do MAB e a Secretaria Geral da Presidência. Então, eu estava reunido, tratando a questão de cheia mesmo. E aí, quando a minha esposa me liga, né, agora eu já entrando dentro de casa aqui, que eu tenho que procurar algo pra mim vir embora e ir de São Paulo? pra vir rápido. É difícil.*

O entrevistado Tucunaré fazia parte em 2014 do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que segundo achados na literatura e documentos já atuava na região

<sup>64</sup> MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens.

do baixo Madeira e São Carlos do Jamari desde 2006 com o processo de licenciamento ambiental do complexo hidrelétrico. No ano de 2012 às UHEs começam a operar e o MAB intensifica os trabalhos de articulação política entre as comunidades ao redor do empreendimento. No momento da cheia histórica de 2014, Tucunaré estava justamente em uma reunião geral com a Secretaria Geral da Presidência do movimento para discutir ações e medidas a serem tomadas, pois a experiência da instalação de empreendimentos deste porte culminam na invisibilidade de comunidades no momento de licenças prévias e também quando há impactos de desastres ambientais ou crimes ambientais, o prejuízo é sempre para as populações mais vulneráveis, que se tornam pessoas atingidas pelas barragens.

Com a informação trazida de forma não formalizada por alguma instituição de forma atravessada em que a mensagem de ordem era que a “barragem ia estourar”, as pessoas se assustaram e criou-se uma atmosfera de pânico, ansiedade e desespero, que gerou incertezas e medos. Muitas pessoas, como visto nas memórias individuais, trazem que nunca vivenciaram uma inundação daquela proporção e por mais que estratégias tenham sido tomadas (como erguer as casas e pertences) a água atingiu a comunidade por quatro meses até as águas baixarem, mostrando os rastros de sedimentos e danificações na infraestrutura do território.

### **6.3 Das memórias coletivas dos antigos que nunca vivenciaram uma cheia destas**

Pensando na importância da construção da história oral e da valorização das memórias dos mais antigos, aqui serão demonstradas memórias coletivas de pessoas idosas que nasceram e se criaram em São Carlos do Jamari (sendo *filhas e filhos de São Carlos*<sup>65</sup>) ou moram na comunidade há muitos anos. As memórias de nunca terem presenciado uma inundação de tamanha proporção é evidenciada durante as narrativas.

#### **Entrevistada Manga:**

- *Aquela cheia, eu nasci, me criei aqui, eu nunca tinha visto uma cheia que nem aquela [pausa]. Nunca tinha visto, nunca. Enchia, mas não pra sumir,*

---

<sup>65</sup> As pessoas que nasceram em São Carlos do Jamari se identificam como: ribeirinhas e ribeirinhos, filhas e filhos de São Carlos ou beiradeiras e beiradeiros.

*alagar tudo as terras, que nem alagou né, em 2014, né? Foi muita água. A água ficou acima da minha porta.*

- ***Acima da minha porta (aponta para o alto).***

Figura 24 – Comunitária mostra “até onde a água batia” em sua residência em 2014.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

**Pesquisadora:**

- *Mais de dois metros?*

**Entrevistada Manga:**

- *Foi. Eu tinha feito essa casa aqui há seis meses [pausa]. Maior medo de mexer e não prestar mais. Tentei umas coisas, até afastar, mas não dá de ficar, morar aí (...). Sei lá, fedia, acho que era até de juntar aquelas... Tudo, bicho morto, tudo aí. Acho que por isso que sei que era muito... Agora não, graças a Deus.*

A entrevistada Manga mostra na imagem apresentada acima, a altura em que a água chegou em sua residência: acima do batente da porta e o mau cheiro que relata em sua narrativa é consequência do acúmulo de sedimentos de lama, resíduos sólidos e animais mortos - que ocasionou um transtorno no retorno à comunidade, pelo resultado da perda de diversos bens materiais e dificuldade em limpar.



Figura 25 – Casa erguida após a inundação de 2014 para segurança em uma possível nova inundação.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

A entrevistada Manga relata que antes da inundação de 2014, nenhuma casa era totalmente erguida como esta que ela construiu. Sabe-se que nas regiões amazônicas é comum ver casas erguidas por conta do período de cheia dos rios, que são naturais e previsíveis para que a água - ao subir - não atinja os bens materiais e algumas vezes possa passar barcos para o transporte fluvial. Mas não era o caso de São Carlos do Jamari: as casas eram feitas sob o solo e térrea. Porém, no próprio cenário de calamidade da inundação de 2014, muitas pessoas precisaram erguer suas casas vendo a proporção que a água estava atingindo, na esperança de poder salvar alguns bens materiais que eram alocados em estruturas de madeira no forro das casas. Pensando em uma estratégia para uma possível inundação e pensando em todo o enfrentamento ao limpar a sua casa, a Entrevistada Manga construiu esta segunda casa (ao lado da principal) de forma erguida e internamente, não há divisões, porque caso o episódio se repita, ela e a família podem ficar nesta casa e colocar os móveis de forma mais facilitada.

#### **Entrevistado Sardinha:**

- *Eu acredito que foi influenciado pela hidrelétrica...porque assim, né? Na verdade, os estudos deles, eles pensaram de uma forma e aconteceu de outra.. a gente não teve muito bem acesso a essas.. esses estudos deles... mas pelo que a*



*gente viu e pelo que a gente já viveu e conviveu do baixo Madeira foi totalmente diferente do que se esperava nas outras enchentes anterior...*

**Entrevistado Embaúba:**

- *Eu tenho 48 anos. Nasci e me criei aqui. Eu não vi uma enchente daquela e não secar tanto como seca agora.*

**Entrevistada Jambo:**

- *De verdade, assim, no meu sentimento? Eu sou muito tranquila com isso...as outras pessoas ficaram bem mais impactadas e assustadas até porque nunca tinha ouvido falar sobre isso. E pessoas que tiveram avós, bisavós, e suas mães nos seus antepassados que moraram aqui que hoje já são falecidos, nunca ouviram eles contar que um dia tivesse acontecido alguma coisa assim e quando aconteceu e de repente desestabilizou todo mundo! E a gente aqui... eu não sei te falar qual foi o nível de sentimento...*

**Entrevistado Tucunaré:**

- *(...) Cara, 2014 aqui é um marco. Hoje podemos dizer que é um marco histórico do nosso Distrito. Infelizmente não é um marco bom, que a gente pode dizer: “Ah, tem uma história boa”, assim, foi uma coisa ruim, que vai ficar pra sempre. A gente pegou, assim, todo mundo de surpresa, nunca dos moradores.... que moravam aqui, já tinham passado muitas cheias, mas que nem a de 2014, essa foi histórica mesmo, né? Não tinha passado.*

**Entrevistado Tambaqui:**

- *(...) chegou em meu conhecimento, que eles sabiam que a água ia crescer, e tinha gente que vinha lá de Porto Velho e dizia: “Olha, a água vai chegar até aqui! Olha, a água vai chegar até aqui”, “Vai nada rapaz”, “A água vai chegar até aqui”, “Mas nunca alagou...” e veja o que aconteceu: veio mesmo.*

**Entrevistado Abricó:**

- *(...) Então a gente já tinha aqui outras enchentes, já ia se preparando... e ia suspendendo as coisas, como eu te falei naquele dia. Então cada dia a gente*

*subia, botava... Quando eu saí de casa mesmo, eu já coloquei uns... tirei uma estrutura de madeira e coloquei a geladeira... coloquei os estofados, cama, guarda-roupa, penteadeira, tudo a gente suspendeu, deixou 40 centímetros mais alto, esperando que nesses 4 dias que eu passava lá não ia ter problema nenhum. Mas quando eu cheguei... meus filhos já tinham tido que levantar mais um pouco, elas já estavam chegando tudo, subiu muito rápido assim...*

O entrevistado Abricó faz referências às inundações anuais, que têm previsibilidade, mas que são naturais e anuais, em especial nos rios da Amazônia, como é o caso do Rio Madeira, porém, que não chega a inundar uma comunidade por completo. As pessoas antigas demonstraram surpresa ao vivenciar o acontecido, mostrando desconfiança em relação ao empreendimento instalado no leito do rio Madeira, que faz margem à comunidade, trazendo à tona a necessidade da responsabilização das UHEs pelo acontecido, uma vez que foi em uma janela de tempo concomitante a cheia de 2014: a operação das UHEs em 2012 e a cheia em 2014, em menos de dois anos de diferença.

#### **6.4 Das memórias coletivas de quem permaneceu na comunidade durante a cheia**

Sabe-se que algumas pessoas permaneceram na comunidade durante a inundação. A partir das memórias coletivas foi possível compreender que os grupos se dividiram nos seguintes perfis: pessoas moradoras (na sua grande maioria homens) que permaneceram para zelar pela casa e móveis (como já citado anteriormente); pessoas que ficaram no ginásio municipal para zelar pelos bens coletivos; e pessoas que retornaram antes mesmo das águas baixarem por não se adaptarem ao modo de vida que Porto Velho - evocada como “na cidade” - oferecia (seja no alojamento nas escolas públicas do município, casa de parentes e amigos ou em locais alugados).

##### **Entrevistada Castanheira:**

- *Aí a gente botava energia lá pro meu cunhado, lá pro flutuante, e pra um senhor que tinha... que tem bem aqui: que foi outro que ficou também... não foi nenhuma vez pra Porto Velho. Aí a gente dependurava a cama dele, assim no foro: amarrou umas cordas, aí foi chegando a água no foro, aí ele arrancou o foro e amarrou lá em cima. Aí a água ia subindo e ele ia subindo a cama. Aí*

*depois ele pegava, quando ia pra cama, ele nadava na água e subia na cama. Muito sufocante!*

- *Vinha gente pra cá, ó, o Senhor Tambaqui<sup>66</sup>... Aquele homem da rua da frente. Esse daqui não, aquele outro. Ele chorava, fazia dó, perdendo as coisas dele tudo. Aí o Tucuxi <sup>67</sup> falou assim: “Tambaqui, traz suas coisas pra cá, vem dormir aqui”. Ajeitava cama, ajeitava colchão e chamava as pessoas pra vir... A gente ajudou bastante... no que podia. Muitos ajudaram os outros.*

#### **Entrevistado Coruja:**

- *É... Nós... nos alojamos no Ginásio da escola. Na comunidade foi feito uma espécie de tablado, onde foi também armazenado a mobília dos moradores... não tinha onde deixar...E ali nós ficamos, além de proteger, guardar lá, **ficamos por lá imaginando que a enchente poderia ser... poderia acabar logo, então nós ficamos ali na expectativa que as águas baixassem logo...***
- *Três meses, lá no ginásio, fiquei também com outros amigos né... os amigos que estavam com a gente também aí. Ficamos até as águas baixarem.*

#### **Tucumã:**

- *E foi assim, ó! E aqui ficou, ali no ginásio, ficou umas duas pessoas ali cuidando ali, de um monte de bagulho que fizeram ali. Ó, àquele “campão” ali também. O “campão” de futebol ficou essa “fundurinha” só lá, ó! **Aquele campo lá, ó, é a parte mais alta que tem São Carlos. Lá na Católica e naquele “campão”- ali, ficou rasinho assim também, não deu fundo não.***

As pessoas que permaneceram não tinham acesso à energia distribuída pelo distrito durante a inundação, sendo utilizado por conta própria geradores movidos a combustíveis fósseis; não tiveram acesso a água distribuída pelo poço comunitário<sup>68</sup>; conviveram em suas casas erguidas para não molhar bens materiais (tendo que erguê-las); presenciaram a morte de diversos animais que não puderam ser salvos; e sobretudo, viveram em uma área de risco por estar em um território onde foi decretado

<sup>66</sup> Faz referência ao entrevistado 10 - Tambaqui.

<sup>67</sup> Tucuxi - Nome substituído pela autora para preservar a imagem da pessoa citada por Castanheira.

<sup>68</sup> Há muitos achados nas memórias compartilhadas de que houve um apoio na distribuição de água mineral para as comunitárias e comunitários durante a inundação de 2014 que eram recebidas na Foz do Jamari (não foi encontrado qual órgão ou organização (es) foram as responsáveis por esta distribuição.

calamidade pública, estando expostos a diversas doenças de veiculação hídrica e proliferação de vetores.

### 6.5 Das memórias coletivas dos alojamentos nas escolas em Porto Velho

A partir das memórias individuais das pessoas entrevistadas, pode-se acessar depois de um trabalho de cruzamento de memórias em comum, isto é, ao acesso à uma memória coletiva, memórias compartilhadas de maus tratos às pessoas que ficaram alojadas nas escolas públicas em Porto Velho. Após a inundação ser anunciada, muitas pessoas foram desalojadas de suas casas na comunidade de São Carlos do Jamari pela insegurança e cenário de calamidade pública. A Defesa Civil Municipal de Porto Velho auxiliou no processo de evacuação da comunidade para Porto Velho (porém, se sabe que muitos foram por conta própria também). Ao chegar em Porto Velho tinham duas opções: ir para a casa de parentes/pessoas conhecidas ou para alojamentos nas escolas públicas, improvisando as salas de aula em quartos para famílias.

Quem ficou nos alojamentos, sofreu maus tratos no sentido de relatarem receber comida de baixa qualidade em alguns momentos da estadia, da pressão do corpo escolar das para a desocupação dos locais (para retomada das aulas que foram paralisadas para o abrigar as pessoas atingidas) e há casos de violência de pessoas que jogaram pedras contra as ribeirinhas e os ribeirinhos nestes locais de refúgio.

**Entrevistada Beija-flor (grávida de sete meses na época e vivendo no alojamento):**

- *Olha, no começo era, mas depois eles começaram a maltratar a gente, tinha uns alunos de lá de Porto Velho que não aceitavam a gente lá não! Porque diz que eles estavam perdendo aula, por causa da gente. E xingavam, chamavam a gente de beiradeiro<sup>69</sup>. Na escola que eu estava, até pedras jogavam em cima do telhado lá da escola, querendo expulsar a gente de lá. E sei que fizeram mó coisa lá na escola. E aí já no final, já o alimento que ia pra gente era só pé de galinha, quando olha lá, era. Eles mandavam aquele monte de pé de galinha pra fazer sopa, mas era sopa lá pra gente comer. Aí assim, foi quando saiu aquele “auxiliozinho” que teve, aí quem recebia, comprava suas coisinhas e*

---

<sup>69</sup> Beiradeiros: Pessoas das beiras. Nome que as comunitárias e comunitários do Baixo Rio Madeira se identificam, mas que neste caso, foi usado no pejorativo.

*guardava pra comer. Em cada sala, era uma ou duas famílias alojadas. Aí eu fiquei com a minha mãe, nós dividimos uma sala. Minha mãe ficou com um lado, eu fiquei com o outro. A gente fez tipo uma divisão com as cadeiras. Foi tipo coisinha, entendeu?*

Beija-flor, estava grávida de sete meses, quando se abrigou no alojamento da escola pública e dividiu uma sala de sua com sua mãe. Em sua narrativa, conta os maus tratos enfrentados durante o período que morou no abrigo, em relação às condições de alimentação precária e também das pressões para sair do local. Quando fala do auxílio se refere a transferência de renda no valor de R\$500,00 fornecido a pessoas em situação comprovada de vulnerabilidade social, pelo Governo do Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Assuntos Estratégicos (SEAE), para a mudança do abrigo para casas alugadas.

- *Aí, foi assim, mas não foi bom não, a gente lá na escola. **Eu lembro ainda, como se fosse hoje, os alunos jogando pedra, os alunos de lá, querendo expulsar a gente de lá, porque não tinha nada a ver com a enchente e porque eles estavam fora das salas de aula. Para lavar roupa, era a maior coisa, tinha uma máquina para um monte de família lá para lavar, era aquela fila esperando. Quem terminasse, passava com o outro e nisso ia. Era assim, mas não foi para mim, não foi bom não. E com o barrigão sem poder fazer nada, sem poder andar direito, parece que o menino já ia descer, mas não foi bom não!***

#### **Entrevistado Tucunaré:**

- *Mesmo lá dentro, a gente tinha que lidar com a nossa pressão de voltar, a pressão dos alunos que a gente desocupasse os colégios era pesado. **Muito pesado!** E a pressão do pessoal, de tirar o pessoal e colocar num abrigo de lona<sup>70</sup> que eles fizeram...que eles não deixaram ninguém entrar. Nós tentávamos entrar... nós conhecíamos muita gente... sabíamos como era lá: “Rapaz, é deste jeito, desse... nós somos humilhados lá dentro”. Então, eu disse: “Para lá, nós*

---

<sup>70</sup> “(...) famílias foram abrigadas emergencialmente em prédios estatais na capital, principalmente escolas públicas estaduais. Posteriormente, com auxílio financeiro nacional e estadual, foi constituído um abrigo único, para os atingidos, composto por barracas de lona padronizadas que deveriam servir como moradia para os atingidos até a resolução da situação” (Valdanha Neto, 2019, p. 112).

*não vamos. Para lá, nós não vamos”. Aí nós batíamos [de frente]. Eles foram três vezes lá e nós dizíamos: “Daqui nós não saímos. Daqui não saímos”.*

Assim como a entrevistada Beija-flor, o entrevistado Tucunaré também permaneceu junto a sua família, no alojamento da escola. Relatam juntos episódios de maus-tratos, pressão para saída e violências. Apesar da vivência de ter se alojado nestes locais, ficou no imaginário dos demais esta imagem este local de “sem opção de onde ir” e de “local de sofrimento”. Como relata Tucunaré, as pessoas passavam a informação que as estruturas de lonas eram ainda piores que o abrigo na escola, então, uniram forças para não mudarem de abrigo.

Por não se adaptarem ao modo de vida na cidade e também por terem esperança de retornar à comunidade e reorganizar o território e suas moradias, muitas famílias começam a voltar para São Carlos do Jamari após quatro meses, assim que as águas baixaram, apesar da insegurança ao retornar (não saber o que os esperava).

## **6.6 Das memórias coletivas ao retornar à comunidade**

Após quatro meses (contando desde fevereiro de 2014), a água começou a baixar. Através da memória individual das ribeirinhas e dos ribeirinhos de São Carlos do Jamari, foi possível se acessar uma memória compartilhada. Por um lado, as pessoas gostariam de retornar (mesmo com os anseios e incertezas do quanto conseguiriam recuperar de seus bens materiais) por dois motivos: ser o local que sempre viveram e têm suas raízes firmadas ali naquele território e também por ser o local mais viável para se viver, pensando na perspectiva de convívio comunitário (por ser difícil de se adaptar à lógica urbano central de Porto Velho), por não validarem/acreditarem no projeto anunciado de uma Nova São Carlos (que será trabalhado no “item 6.7”), por ser viável financeiramente (não ter que adquirir terrenos e construir em outros locais) e pelo sentimento de resistência ao retornar à uma comunidade acolhedora, que é o território que se concentra seus costumes, trabalhos, família, amizades, histórias de seus ascendentes e descendentes e que sobretudo que não maltrata seus moradores (como nos alojamentos, barracões de lona e no convívio em Porto Velho).

Outra memória que foi encontrada em comum, foi o fato dos órgãos públicos, entre eles a Defesa Civil Municipal de Porto Velho indicasse o retorno a comunidade como algo inviável, pelo estado de calamidade pública, o que gerou uma memória

coletiva de que estes órgãos gostariam que não existisse mais a comunidade de São Carlos do Jamari ou que fossem abandonados.

Desta maneira, a prática social de resistência e luta ao retornar a comunidade e desvelou em processos educativos de união entre as comunitárias e os comunitários em limpar e retirar a lama da escola, UBS, Delegacia, Administração, Ginásio, ruas, comércios e casas para que pudessem ter além de um local para viver novamente, também possuir um contra argumento para que estes órgãos que negaram ajuda financeira para religar a energia, água e as instalações da UBS e Escola, voltassem a operar e reconhecer a comunidade. Neste momento, se gera um processo de (re)enraizamento comunitário em resistir na comunidade.

#### **Entrevistado Abricó:**

- *Então, se queria que São Carlos fosse transferido, tinha gente que falava: “**São Carlos acabou, né?**” A gente achava que não tinha acabado. Então faltava o quê? As pessoas têm que lutar por aquilo que eles querem. Então, a gente foi à luta pra novamente São Carlos voltar.*

#### **Entrevistado Tambaqui:**

- *É assim, né? Mas graças a Deus, nós vencemos. E aí, quando baixou as águas, a Defesa Civil não queria que ninguém viesse pra cá. Mas como nós íamos ficar? A gente ia morar aonde? Nós não tínhamos casa em Porto Velho, nós não tínhamos como mudar de uma hora para outra, deixar tudo aqui. [...] “Mas o colégio tem condições de funcionar?”, “Tem, tem, a gente vai limpar, vamos limpar”[...].*

O entrevistado Tambaqui fala: “*Mas o colégio tem condições de funcionar?*”, “*Tem, tem, a gente vai limpar, vamos limpar*”, ele se refere ao fato da memória que a Prefeitura de Porto Velho não acreditava que a escola municipal poderia voltar a funcionar na comunidade, porque as instalações de água, energia, salas de aulas e espaços coletivos foram cobertos por lama. Porém, a própria comunidade fez o serviço de remoção de lama, como contra argumento para a ativação dos serviços de educação dentro da comunidade de São Carlos do Jamari

#### **Entrevistado Tucumã:**

- ***Rapaz, pra voltar pra comunidade aqui foi difícil. Todo mundo dizia que São Carlos tinha acabado, o pessoal dizia que não tinha mais jeito, a terra tava contaminada, quem pisasse nessa terra era capaz de pegar uma doença e morrer.***

Apesar de toda a luta e resistência em retornar à comunidade, também se identifica muita tristeza em retornar ao local que sempre viveu e ver sua casa, seus amigos e familiares nestas situações de negligência sanitária, demonstrando ser um período de vulnerabilidade social. A elaboração do luto em sair de seu território às pressas, retornar e ao mesmo tempo ter ser forte para reerguer suas vidas é muito rápido e doloroso.

#### **Entrevistada Manga:**

- ***Pra mim voltar? Pra mim voltar eu... eu não achei ruim não. Achei bom, porque eu vinha pra minha casa, né? Por que podia estar toda fechada, toda quebrada, toda manchada, mas pra mim, eu estava na minha casa, né?***

A entrevistada Manga traz com sua fala uma dura crítica à lógica urbano central que foi envolvida durante o tempo que ficou em Porto Velho. O retorno era incerto em relação às condições que a casa e comunidade se encontrariam após uma inundação de quatro meses, mas, o sentimento de estar em sua própria casa, local que tem suas raízes, foi maior.

#### **Entrevistado Sardinha:**

- ***Foi um retorno, por um lado, feliz... porque a gente tava voltando para a casa da gente, né? mas por outro lado, encontrar, tudo desorganizado... muito das vezes, você procurar coisas que você deixou e não encontrar mais... E olhar para aqueles ‘monte de terra’, aquilo muitas das vezes, isso entristecia a gente...***

#### **Entrevistado Açai:**

- ***Cara, voltar pra cá, pra São Carlos, foi um pouquinho difícil, né, na verdade. A gente... A gente sofreu muito em relação a isso, né? Mas a... A gente perdeu muita coisa, né? E você voltar novamente pra onde você começou, pra onde***



*você construiu tudo, né, e perder assim, ver tudo perdido, foi muito triste pra nós. Voltar aqui, depois da Cheia, pra nós foi uma decepção, né, na verdade. Pra minha família e para os demais que moravam aqui, foi uma tristeza muito grande.*

Os entrevistados Sardinha e Açaí trazem memórias dolorosas e de tristeza ao retornar à comunidade: ao ver a lama acumulada, ao ver a perda material, a imagem das famílias desoladas.

**Entrevistada Beija-flor:**

- [...] *E eu grávida lá em Porto Velho já tinha ganhado meu filho, com a minha menina pequena e não tinha ninguém pra cuidar de mim, aí eu vim embora pra cá. Aí é aqui que eu comecei. É aqui que a gente foi se levantando, trabalhando, e hoje, graças a Deus, a gente tem o que tem, que a gente trabalhou. Ganhamos esse terreno aqui, aí trabalhando, aí foi como... **agora que a minha raiz já era aqui, agora que está enterrada aqui mesmo.***

A entrevistada Beija-Flor foi para Porto Velho e permaneceu em um abrigo em uma escola pública, no momento em que estava grávida de sete meses. Quando retornou, já estava com bebê em seus braços (bem próximo ao pós-parto) e voltou para São Carlos. Sua fala é carregada com diversos significativos: uma mãe solo e que precisa se articular mesmo em momentos delicados do privado (gravidez/pós-parto) e público (o pós-inundação), finalizando sua narrativa demonstrando que se antes reconhecia seu enraizamento na comunidade, agora se vê no processo de resistência e luta pelo (re) enraizamento comunitário.

## **6.7 Das memórias coletivas do projeto “nova São Carlos”**

Segundo Valdanha Neto (2019), sobre o Projeto de uma Nova São Carlos:

Após o desastre, a tônica de negociação com o poder público era para a compra e construção de uma nova comunidade, em um local livre de inundações. Comunitários [as] revelaram que em abril de 2015, em uma manhã de domingo, houve uma reunião pública na comunidade na qual foi apresentado um projeto para um reassentamento de São Carlos do Jamari. A

“Nova São Carlos”. Foi realizada uma apresentação pelo secretário municipal de planejamento da época. O destino do projeto é desconhecido e, com a mudança de gestão da prefeitura de Porto Velho em 2017, não foi retomada essa possibilidade com os [as] comunitários [as], permanecendo um contexto de incertezas (...).

A partir das memórias individuais pode-se acessar uma memória coletiva sobre o Projeto da chamada Nova São Carlos, que tinha como objetivo realizar um reassentamento dos moradores de São Carlos do Jamari, em uma *terra firme*, isto é, local também às margens do Rio Madeira, porém, alto e que se ocorresse uma nova inundação daquela proporção de 2014, não teria riscos de se repetir o episódio de destruição de uma comunidade por completo.

#### **Entrevistado Coruja:**

- (...) *Prometeram uma nova São Carlos, num lugar melhor, num lugar mais alto...só ficou na promessa... iludiram o povo e não aconteceu nada.*

#### **Entrevistado Tucunaré:**

- (...) *Esse negócio da Nova São Carlos, era uma burocracia, cara! Um problema. Era uma terra, que tinha indicado, era uma terra de fazenda, que valia 1,5 milhão e o cara não queria desocupar e era uma terra de Governo. E eu falei: “Cara, a melhor coisa, é a gente voltar para São Carlos e ainda tem esse, nós temos que analisar que se caso a gente sair de São Carlos, alguém vai ocupar São Carlos. Então, se alguém vai ocupar, vamos ocupar nós mesmos, nós já moramos lá”. E aí, foi o que a gente fez. **Aí tinha uma comissão que queria sair e outro grupo que queria ficar... que aí combatia os dois. Às vezes, encontravam os dois na Prefeitura, às vezes encontravam os dois dentro do Governo, da Defesa Civil.***

O projeto da Nova São Carlos não contava com a mesma estruturas de serviços básicos pré-definidos que tinham na comunidade (que tinha serviço de saúde, escola, delegacia etc), no subjetivo das narrativas parece um território de mata fechada e que não teria a mesma amplitude para plantio, pesca e moradia. Sabe-se também, que

peessoas da comunidade, montaram um grupo a favor e outro grupo contra este projeto, como demonstrado pelo entrevistado Tucunaré:

- ***“Gente, nós temos que olhar só para um lado, porque quando você percebe que tem dois grupos de um canto brigando, eles não sabem o que querem, né? e para a autoridade, isso é um prato cheio... porque eles não querem fazer nada mesmo. Para por ninguém mesmo. Se você não se juntar, se organizar, e dizer, sendo inimigo ou não, os dois grupos dizerem o que querem... fica difícil”. Mas graças a Deus nós conseguimos!***

Na fala de Tucunaré, ao dizer que os grupos precisam se unir, evoca uma categoria teórica freiriana da relação entre opressor-oprimido, que diz respeito à perspectiva antidialógica do dividir para governar. Tucunaré traz este contraponto da resistência e da necessidade dos grupos se unirem enquanto oprimidos para a resistência por meio da unidade da diversidade, porque o opressor, aqui representado pelo Estado, opera na lógica de não permitir que os demais consigam se libertar. A grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos, é a de libertar-se e libertar os opressores. Apenas assim, será feita a transformação e o pensamento crítico para a libertação de ambos. Isto porque, apenas este, sabe o que vive e o opressor pode entrar na lógica da generosidade ou falsa ajuda/doação.

#### **Entrevistado Abricó:**

- ***E lá não teria porque não teria espaço. Eles iam ganhar um pedacinho de terra para morar, mas para sobreviver... O objetivo é isso, então, por isso que a gente faz luta. Nós sabemos, lá tem espaço para morar, mas para ele sobreviver não tem. E aqui tem esse espaço!***

Na narrativa de Entrevistado Abricó, este evoca esta falsa generosidade do Estado, ainda na lógica opressor-oprimido, a qual entregaria um pedaço de terra como um gesto de generosidade, porém, permanecendo neste ciclo de violência, mascarada como uma boa ação mas que pelo conhecimento comunitário não seria um local que capaz de abarcar suas raízes, costumes e formas de subsistência.

Por fim, o que pode-se apurar também, é que o Projeto de Nova São Carlos, não foi localizado na busca deste estudo, sendo desconhecido sua documentação no

município de Porto Velho e também não era claro quais eram as reais propostas do projeto como forma de melhoria para as pessoas atingidas pela inundação, por não encontrar nenhum registro documental no banco de dados da Prefeitura de Porto Velho até o momento de finalização deste estudo (2024).

## **6.8 Das memórias coletivas sobre a influência das Usinas Hidrelétricas na inundação de 2014**

Segundo os estudos encontrados na Tese de Doutorado de Valdanha Neto (2019) e que fez parte da base de informações fundamentais para esta Dissertação de Mestrado, pode-se compreender os Processos de Aprendizagem-Social ocorridos na comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari, frente a inundação de 2014. Para o estudo da tese foi trabalhado com três grupos de atores sociais: MAB, Defesa Civil e Lideranças locais. Em relação a previsibilidade da inundação:

Houve consenso entre os três atores sociais no sentido de que não aconteceram previsões quanto à ocorrência do desastre. Os participantes do grupo focal do MAB afirmaram que as usinas e o Estado dispõem de tecnologia e programas de acompanhamento que permitiram antecipar a dimensão da catástrofe, mas que essa condição foi prejudicada por conta de estratégias que priorizam a obtenção de maior lucro. Já os trabalhadores da Defesa Civil afirmaram que esperavam uma inundação de grandes proporções, mas não nas proporções que ocorreu - e que também foram surpreendidos (Valdanha Neto, 2019, p.144).

A partir deste consenso de que poderia ocorrer uma inundação decorrente a implantação das UHEs, o MAB foi o principal ator que organizou espaços de debates e discussões na comunidade de São Carlos do Jamari, com diversas reuniões e ações educativas (inspirado também pela experiência de ribeirinhos atingidos por barragens devido a UHE Samuel próximo ao rio Jamari), criando grupos de base que se reuniam de forma coletiva periodicamente na comunidade e também em eventos do MAB desde 2006 (Valdanha Neto, 2019, p. 144-145)

Durante as entrevistas individuais, apenas um entrevistado (desta dissertação) relembrou a participação do MAB, mas isto não é significado da ampla importância da participação do Movimento no antes, durante e depois da inundação. O MAB foi fundamental como formador de trabalho de base no baixo madeira, sobretudo na região

do baixo rio Madeira, sendo um grupo que tem princípios ligados à educação popular e valorização dos saberes como forma de participação popular, articulação e democratização. Desta maneira, apesar de não fazer parte de uma memória coletiva (no sentido de ter aparecido durante as entrevistas), optou-se em transcrever uma fala importante deste comunitário que ao receber a notícia da inundação, estava em São Paulo (SP) em uma reunião de discussão sobre as UHEs Santo Antônio e Jirau - como forma de documentar este registro histórico importante para fins da história oral.

#### **Entrevistado Tucunaré:**

- *No dia... no dia que a água foi chegando, foi alagando, inclusive aqui em casa, quando alagou mesmo, a água entrou aqui dentro de casa e eu não estava. Eu estava em São Paulo, tinha viajado para a gente fazer umas reuniões com o pessoal do MAB e a Secretaria Geral da Presidência. Então, eu estava reunida, tratando a questão de cheia mesmo. E aí, quando a minha esposa me liga, né, agora eu a água já entrando dentro de casa aqui, que eu tenho que procurar algo pra eu vir embora e ir de São Paulo? pra vir rápido. É difícil. - Mas a gente conseguiu vir, e aí quando chegamos já estávamos naquele desespero: uns vão de barco, outros já foram, outros foram pra... pra dentro do Jamari ... Outros estavam buscando terra, e aí porque tudo já era água, né, tava... indo pro colégio, a maior parte das pessoas. (...). “Ah, a barragem vai arrebentar...”. Ainda mais loucura ainda, né? - Então, era gente passando mal, gente desmaiando, cara... foi um momento tão desesperador que a gente não... hoje calma a gente não consegue imaginar como que foi mesmo, né, um desespero tão grande daquilo, a gente não imagina. Se terá ainda outra, eu acho que não, que foi desesperador mesmo. - Porque eles estavam com uma régua medindo e aí de 15 em 15 minutos, eles mediam, né, e de 15 em 15 minutos você já via a diferença, né, pra você ter ideia, de 15 em 15 minutos: a água subindo. Como é desesperador pra você tirar um distrito como São Carlos daqui. Mas a gente saiu, né? Ficamos em colégios separados... os que foram pra cidade, outros ficaram na terra firme aqui, outros entraram também no Jamari, outros foram pra Agrovila, então dividiu muito, né? São Carlos se dividiu muito. - E aí a gente passou pra Porto Velho e ficamos no abrigo.*

É importante ter escuta atenta a esta memória do Entrevistado Tucunaré para

demonstrar como a previsibilidade da cheia estava dada frente a uma das lideranças do MAB do baixo rio Madeira concomitantemente à inundação de 2014.

Retomando ao cruzamento das principais semelhanças encontradas por meio das memórias individuais, pode-se acessar a memória coletiva sobre percepções das ribeirinhas e ribeirinhos de São Carlos do Jamari sobre a influência das Usinas Hidrelétricas na inundação da comunidade em 2014. Pode-se compreender que sim, é compartilhada a memória da influência direta das UHEs frente ao episódio de calamidade pública enfrentado e a ausência do suporte indenizatório para a comunidade. Porém, além da responsabilidade atribuída às Usinas Hidrelétricas, estão atreladas a duas percepções que se interligam.

**I - Influência das UHEs atreladas às questões de ocorrências ambientais ao relacionar o aumento do nível do rio Madeira devido ao derretimento das calotas polares das Cordilheira dos Andes provenientes do efeito do aumento das temperaturas (aquecimento global) ocasionada pelo efeito estufa.**

**II - Influência das UHEs atreladas a um processo de ausência de conhecimento do curso d'água do Rio Madeira - que é conhecimento tradicional dos ribeirinhos - por parte das Usinas que precisaram “soltar as águas”, isto é, abrir as comportas, pelo acúmulo de água.**

**Entrevistada Palmeira:**

- *Eu acho que foi da usina também, porque... Foi natural porque... encheu, né? Que tava tendo aquele negócio do La Niña, as coisas, né? Que tava tendo. Só que a usina ficou segurando, segurando, aí quando ela viu que não aguentava, ela soltou de uma vez, né? Aí encheu muito rápido aqui, encheu bastante. Aí não deu tempo de fazer nada. Não foi enchendo assim um pouquinho cada dia...*

**Entrevistado Tucunaré:**

- *Nossa... Aí que foi uma batalha, porque você... eles nunca assumiram, né? Disseram que foi devido ao aumento do calor, o desmatamento e o aquecimento global... a Cordilheira dos Andes desmancha... desmancha... E*

*aí manda água para baixo, e aí este foi o argumento deles... que foi um fenômeno natural! que eles falaram... só que com isso, o que quê eles se preocuparam? Aconteceu isso né... eles não tinham experiência: era o primeiro ano que eles estavam fechando totalmente ela... Aí eles se preocuparam de... todo ano... porque eles sabiam que não era a Cordilheira... que foi por causa deles, aí eles já não queriam que nós voltássemos para cá, né? Porque talvez no próximo ano, poderia acontecer a mesma coisa. Até que, fizeram vários estudos... que disseram [ri], que só depois de 60 anos, que voltaria, que era um fenômeno natural, que se repete a não sei quantos anos. E a gente sempre dizendo que isso era mentira, que era a hidrelétrica, tal, tal, tal - usando estes argumentos.*

#### **Entrevistada Castanheira:**

- *Não. Derreteu muito gelo lá pra cima, né? Não sei o quê lá do gelo: não sei o nome. **Aí a hidrelétrica segurou muita água.** Eles não tinham assim, uma ideia, de como que ia acontecer, estava sendo nova, não sabia, e aí eles ficaram segurando água [pausa]. Aí começou a encher, derreter o gelo pra lá, né? Aí começou a encher, encher, encher, quando eles foram soltar, não sei mais. Por isso que nunca mais deu enchente grande. Porque quando eles verem que o rio tá cheio, aí eles já vão procurar reverter, né, soltar a água um pouco. **Aí, agora aprenderam, né, que não pode segurar muita água. Aí eles tão controlando.***

#### **Entrevistado Tambaqui:**

- *(...) Acho que não souberam controlar a água, e um colega disse pra outro colega meu que a enchente de 2015 foi maior que a de 2014. **Só que souberam controlar, e não alagou mais pra cá. Não... foi não.. foi influenciada pela hidrelétrica. Porque eles represam muita água, para o funcionamento e a água vem subindo e a água foi subindo, subindo, subindo, subindo. Aí eles não suportaram mais, aí foi soltando. Quando eles soltaram, estava represado o rio, aí a água subiu [pausa].***
- ***E eles dizem que as geleiras, não sei da onde descongelou, foi isso: foi nada! Duas hidrelétricas nesse Rio [Madeira], uma é do Santo Antônio, e outra lá do Jirau, no Rio Madeira. E agora as toneladas de peixe, toneladas e toneladas de peixe que morreram. As árvores da natureza aí, a floresta, onde a água foi,***

*matando tudo. Você viu que ali em Brasileira só tem madeira que é a madeira poupa, embaúba. Ali tinha a Piranheira, ali tinha a Imbaú Barana, ali tinha a Madeira de Leite<sup>71</sup>, no meu sítio tinha muita Madeira de Leite, mas morreu tudo.*

**Entrevistada Manga:**

- *Menina, eu nem entendo muito disso, mas eu acho que foi essa... coisa da hidrelétrica aí, porque nunca tinha acontecido isso, porque como aconteceu, né? Pessoal fala que foi a natureza, não sei, não sei nem se dizer isso aí, ó, mas pra mim foi da... **Porque eles não controlavam direito lá, né, eu acho também, né, soltaram a água.** Sei que nós tivemos... foi um prejuízo, foi doido, porque molhou as nossas coisas. Mas graças a Deus que a gente tá vivo, né?*

**Coruja:**

- *Aí é que tá... **Isso nunca aconteceu, né... Nunca nem meus avós tinham visto isso.** E... a conclusão, que nós tivemos, vou falar pra você: sim, sim. Sim: teve a ver com a construção da hidrelétrica, sim. Nós ficamos sabendo, é que... eles ficaram segurando a água, quando não deveriam: soltaram, quando não deveriam soltar. E aí, aconteceu isso... tanto é que, depois que aconteceu isso, nunca mais houve alagação, porque eles aprenderam a controlar a água...*

**Entrevistado Tucumã:**

- ***Agora, eles, eu acho que aprenderam, né?** Que agora não acontece mais isso não, porque eles mesmo já falaram isso lá, né? O pessoal lá que não acontece mais isso, porque eles tem o controle da água todinho e já sabem mais ou menos. Então, outra cheia daquela ali eu acho que não pode ter mais não, porque eles não vão fazer o que fizeram mais não, que eles já tem o controle todinho da água lá.*

Fica evidente que há uma tendência em não se saber ao certo o que ocorreu na inundação de 2014, episódio inédito na história da comunidade, sobretudo para as pessoas mais antigas, que narram nunca terem vivenciado uma inundação desta proporção no território. Desta maneira, se compreende que, os motivos e as influências principais do episódio não são totalmente desveladas: há uma lacuna das informações factuais e um desamparo estatal em lidar com esta situação de vulnerabilidade. Não

---

<sup>71</sup> Madeira de Leite: Refere-se às árvores seringueiras.



houve indenizações por parte das UHEs que conseguiram provar que não havia relação entre complexo hidrelétrico com a inundação de 2014.

Cabe lembrar que, de acordo com a legislação ambiental brasileira, para que os empreendimentos sejam autorizados, são necessárias as seguintes etapas: Planejamento, Implantação, Operação e Desativação da Obra. Para isto, são necessárias a realização de dois principais documentos: o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiente, sendo o último um documento de fácil entendimento para leigos da área socioambiental). Para a elaboração destes documentos, são identificados aspectos de impactos ambientais e sociais ao redor de onde o empreendimento é instalado, visando estudos de possíveis mortes ou remanejamentos de flora e fauna, reuniões com comunidades locais, indenizações prévias, planos de monitoramento ambiental de indicadores importantes, etc.

Todos estes pontos foram elencados para fazer uma reflexão: se por um lado, o empreendimento conta com uma equipe multidisciplinar (geólogos, geógrafos, engenheiros, advogados, sociólogos, antropólogos e especialistas em diversas áreas particulares), a comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari se viu em uma situação de total desamparo estatal, assolada pelas perdas materiais/simbólicas e precisando resistir e lutar pela sobrevivência ao retornar a comunidade sem aporte financeiro/indenizatório. Nesta situação, apesar de não ser o foco do estudo definir se foi um desastre ambiental, não é imune a demonstrar como uma comunidade ribeirinha, sem acesso aos instrumentos legais necessários e passando por um episódio de tragédia, pode ser alvo de injustiças e violências epistemológicas - sendo eles, os mais prejudicados e afetados pela inundação de 2014.

## **6.9 Das memórias coletivas das perdas materiais e simbólicas**

Desde o momento de deslocamento da comunidade para outras localidades, as comunitárias e os comunitários começaram a sofrer as perdas de sair de suas casas às pressas, na insegurança de não saber o tempo de retorno e na tristeza de ver seus bens materiais serem danificados por uma cheia ainda não vista pela maioria. Aqui, iremos definir as perdas materiais como aquelas relacionadas a danificações de bens materiais e imóveis, destruição de espaços públicos (de serviços básicos de saúde, educação, segurança e administrativo), plantações, morte de fauna e flora e soterramento de vias pavimentadas. Já as perdas simbólicas são aquelas que não necessariamente têm relação

com uma perda material (de um bem material), mas que têm um significado profundo para um grupo, reunindo elementos de identidade, cultura e tradições. Pensando no episódio histórico da inundação de 2014, às perdas simbólicas estão relacionadas com o processo de luto de sair às pressas de seu território, a insegurança de perder um local de significado histórico e cultural e que reúne os laços comunitários e tradicionais. Apesar desta distinção feita aqui, as duas perdas estão correlacionadas e caminham juntas.

**Entrevistado Sardinha:**

- *A gente deixou de fazer muitas coisas, muitos planos, né? Foram jogados fora... às vezes, o pequeno recurso que a gente tinha... é... teve que travar, porque teve que investir na limpeza de casa, né? Comprar 'algum material' que eu precisava depois da enchente. Então deixa de fazer muitas coisas né...*

**Entrevistado Embaúba:**

- (...) *A prefeitura deu umas barracas ali na Agrovila, Aliança... Eles deram aquelas barracas de lona. Aí como que tu vai morar numa barraca de lona, sendo que tu tem toda uma mobília, tu tem animal, foi coisa de louco. **Muita gente entrou em depressão devido a isso.** Então, às vezes a pessoa que está fora, acha que a causa maior foi o bem material. Mas esse bem material, ele é consumível mesmo. Uma hora ou outra ele acaba.*

### 6.9.1 Perdas materiais

**Castanheira:**

- *E sobre os bichos...os bichos a gente andou muito para trás: **muito boi morto, era cavalo, os cachorros não ajudavam...** ia colocar eles dentro da canoa do meu cunhado. Aí a gente fazia comida, açaí, as carnes, os frangos que iam estragando, que a gente trazia, a gente ia fazendo e levava para eles, até o ponto do pessoal vir buscar. Aí o pessoal vinha buscar e levava de barco.*
- *Aí o pessoal quando ia fugindo da enchente, que a água...aqui dava de pé. Eles iam por aqui, aí eles entravam dentro da canoa, **e os bichinhos ficavam chorando [pausa]... Ficavam chorando, assim, pedindo socorro, pra levar eles.** E mesmo assim, eles deixavam pra trás e iam embora. E os meus bichinhos ficaram... **Foi muito sofrido, foi muito sofrido, muito sofrido.***

### **Entrevistado Tucumã:**

- *São Carlos, antes da cheia, se você diz que mora em São Carlos... cidadezinha top, tudo na graminha, entendeu? Coisa top mesmo, porque todo mundo chegava a se apaixonar por São Carlos. **Aí depois da cheia ficou assim, não é? Não ajeitou mais não, entendeu?** Do jeito que São Carlos é, não ajeitou mais não, São Carlos era bonito, todo gramadinho, todo verdinho, todo... Aí agora, esse ano aí que o pessoal aí meteram essa... esse rejeito aí, melhorou também, que isso daí era uma lama terrível. Quando chegava o mês de dezembro, só um bota de sete léguas aí, pra andar aí, terrível.. As crianças, quando iam pro colégio, essa passagem aqui, daquele comércio ali, o Mercado ali, até chegar lá, meu irmão, era cruel pra gente andar aí. Era terrível, terrível, terrível!*

### **Entrevistado Açaí:**

- *Muita perda: perdemos casas, perdemos bens materiais, os animais, os animais foram todos... A maioria desses cachorros morreram, afogadas, tudo, cara, foi uma perda muito grande que a gente teve aqui dentro do nosso distrito, dentro do Baixo [Rio] Madeira. Foi muito grande.*

### **Entrevistado Tambaqui:**

- *Eu perdi um sítio, como eu te falei, no valor de **200 mil reais**, naquela época. Hoje eu fazia mais de **50 mil reais** só em açaí, sem nem ir lá tirar, mandava [alguém] tirar. Eu tinha **1500 pés de açaí**, estava tudo produzido já. E o juiz chegou e disse na minha presença que precisam indenizar onde a gente tinha perdido a casa que depois da hidrelétrica, caiu as casas e podia indenizar, mas, sobre a água...o prejuízo que a água deu para as pessoas, foi da natureza e ninguém quer pagar nada! Nem a Usina, nem a lei, nem o governador, ninguém! **E aí nós fomos perdidos!***
- ***Meio ambiente:** por onde a água veio morreu **tucumazeiro, babaçuzeiro, umbuzeiro**, morreu **madeira que nunca tinha morrido com água, seringa** (que é da água, se cria na água, nasce na água), pois o **veneno** veio tão terrível da água... envenenada, de bomba ... um desmatamento muito grande para cima para fazer o reservatório de água e veio aquela água envenenada que matava*

*tudo... matou peixe, matou animal afogado, foi uma calamidade pública mesmo... o que eu conto é isso mesmo, eu não sou contra... eu não sou a favor... que faça isso... **Deus não deixou cachoeira para gerar energia não gente...***

- *[...] No Jamari, que fizeram essa hidrelétrica do Jamari aí, que era uma cachoeira, começaram com este Rio Jamari aí e quando soltaram a água, o peixe vinha tudo boiando, de fora... morreu boto, morreu raia, morreu tartaruga, morreu toda a qualidade de peixe: acabou! Aí quando dava enchente grande do Amazonas, é que vinha peixe pro Jamari de novo. **Para a destruição, traz a energia para exportarem, que nós temos de energia com sobra aqui e pagamos caro. A minha energia aqui, eu pago quase R\$400,00 ... R\$403,00... R\$380,00... R\$370... esse preço aí.***

O entrevistado Tambaqui, na última fala, menciona um importante fato: As UHEs instaladas no Rio Madeira, não fornecem energia para as comunidades ribeirinhas ao leito do rio Madeira, que por sua vez, são exportadas para outras localidades, chegando a transmitir até Araraquara (SP), enquanto ribeirinhas e ribeirinhos pagam alto valor de conta de energia, por obter a rede elétrica local através de uma usina de geradores movido à diesel.

Desta maneira, as memórias coletivas caminham para além de desvelar a dimensão das perdas materiais, isto é, a quantidade e quais bens foram mais afetados ou destruídos e que partindo destas perdas, não houve indenização por nenhum órgão governamental, ou pelas UHEs instaladas e em processo de operação no momento do episódio da inundação, no leito do rio Madeira, que margeia a comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari.

## 6.9.2 Perdas simbólicas

### Entrevistado Embaúba:

- *Então, essa mudança, que houve uma mudança brusca de tudo, não é questão física, é **questão mental** também. Você tem que sair da sua casa. Para muitas pessoas, dois pés de goiaba não é nada. Uma pequena horta não é nada, mas para quem mora no interior é a vida da pessoa. Dez, quinze galinhas é a vida*

dela.

**Entrevistada Jambo:**

- *Agora voltando lá na **questão psicológica**, tiveram pessoas que morreram **depressivas**, aqui da nossa comunidade por conta do... de não ter... sabe?... ser pessoa idosa e nunca ter visto acontecer e aquilo ali mexeu muito psicológico dela, que passou por uma **crise de ansiedade, depressão**... e não foram 1, nem 2, foram várias... E tem gente até hoje, que tem problema de **depressão**... Já para os mais jovens, não, foi diversão: “Aí eu saio daqui”, jovem, muito jovem, não liga... mas para quem já tem uma planta aqui dentro, é um cadeirante, é um idoso... Até porque, a forma de sair daqui... foi muito rápido. Quando eles diziam assim: “A Usina vai soltar hoje a partir das 8 horas da noite, 1 m de água. Não é 1 m de água: é 1 metro de água [fazendo gesto para mostrar a altura]! Então, você quer dizer que é muita água... e ela **chega tão de repente que é por trás e pela frente**, que às vezes, tu não sabe o que fazer... se este metro vai te alcançar... então é um turbilhão de sentimentos, entendeu?*

Existem dois pontos imprevistos encontrados através das narrativas orais e que foram desveladas a partir da memória coletiva: mortes oriundas da inundação de 2014 (devido a questões de saúde mental) e do processo de fragilidade da tradição dos povos tradicionais em relação a pesca no rio madeira, devido às alterações do curso d'água decorrente da implantação das UHEs Santo Antônio e Jirau, sendo elas: muitos pescadores tiveram suas práticas de pesca fragilizadas e precisam recorrer a novas alternativas de subsistência e de ofício, como por exemplo: muitas são as memórias sobre a necessidade de migrar para o garimpo, como forma de sustento familiar. Apesar de ser uma prática prejudicial às questões socioambientais, também é necessário um olhar sem julgar para esta prática, uma vez que se faz um recorte sobre comunidade ribeirinha no norte brasileiro, que foi negligenciada ao não receber qualquer suporte financeiro para retornar ao seu território, nenhuma indenização e com seus recursos naturais escassos e que começa a exercer sua prática de subsistência também como uma forma de sobreviver em meio a um cenário de destruição ambiental.

**Pesquisadora:**

- *Teve alguma coisa que você parou de fazer depois da cheia de 2014?*

**Entrevistado Tucunaré:**

- *Cara, a nossa vida é muito diversificada. A gente não tem uma finalidade só. O que a gente fazia... hoje eu trabalho no Garimpo, pela necessidade, não é que eu... tenho vocação para trabalhar no garimpo. Mas com a construção das Hidrelétricas, uma coisa que desapareceu, foi o peixe. O Ribeirinho, o Ribeirinho... Isso foi uma catástrofe na construção dessas barragens. Por causa que... o rio, ele é um corredor, um corredor. Então esse rio, ele tem afluentes. O peixe precisa desse rio para subir e descer. Então, o peixe, eu costumo dizer, o peixe, ele é que o ser humano: a gente tem o período da Quaresma, o período da Semana Santa, do Carnaval, tem... e aí, chega um período que a gente pára, para descansar. O peixe, é a mesma coisa: de agosto a outubro, eles vem saindo de todos os rios, para o Rio Madeira. Ele vinha de todos os afluentes: pegava o Amazonas, saía, chegava o Madeirão, e no Madeira, todos os afluentes dele, os peixes iam vindo e iam se encontrando, né? Se encontrando um com outro, se encontrando. Ai se chama a piracema do peixe, não sei se você já viu... muitos cardumes de peixe, isso se chama a piracema do peixe. Neste período, todos os peixes vêm se encontrando, eu chamo: o “carnaval do peixe” e neste período, da Piracema. E neste período da Piracema, de outubro, quando chegava o mês de outubro, naquelas duas cachoeiras, de Santo Antônio e de Teotônio, eu acho que vocês já ouviram história de gente pegando peixe com chapéu, com a caçapa... era uma quantidade de peixe tão grande, que acumula ali, que você conseguia... O cara com o chapéu, conseguia... o cara metia o chapéu e pegava o peixe... eram tantos peixes pulando.. né?*

Através da oralidade, sabe-se que os povos tradicionais repassam ensinamentos de gerações para gerações. A prática social de pesca é uma delas: ao recorrer ao rio, o ribeirinho sabe o período da piracema, o período da cheia e vazante do rio, o melhor período para se pescar e ficar ao mar por alguns dias, sabe o período de formações de praias para ter um lazer com a família. Há certa previsibilidade. Com a construção das UHEs no leito do rio Madeira, este saber tradicional se fragiliza: o curso d'água muda, os peixes têm suas rotas modificadas.... A pesca se torna uma prática social que se enfraquece como forma de subsistência e manutenção da vida.

**Entrevistado Tucumã:**

- (...) *Ixi, deixemos. O nosso de fazer, nós deixamos tudo, né? **Porque nós trabalhávamos aqui em pescaria, plantio, e nós não podíamos fazer, porque nós estávamos em Porto Velho.***

#### **Entrevista Tucunaré:**

- ***Todos aqueles Bandeirinhas<sup>72</sup> ali eram pescadores.** Não deu resultado, aí transformaram os barcos deles... Aí foram melhorando aos poucos, e aí compraram voadeiras, mas antes, todos eles tinham rabetinha. Todos os bandeirinhas tinham rabetinha [transporte navegar], que era seu transporte de pesca. Era seu transporte de pesca. **E a pesca não tem mais, acabou:** “Tem um pescador aqui!” - Não tem! De vez em quando... Tem um ou outro que tem material, assim como eu, que apareceu um peixe aqui... eu pego meu material e jogo na canoa. Dou uns três lances... Se não der certo, tudo bem. Mas aquele pescador ativo, que nem a gente era antes mesmo, que vivia da pesca mesmo, que tinha mercadoria para levar para Porto Velho, com a construção da Barragem, se acabou. **Então, pode dizer: a cheia foi pelas hidrelétricas e o desaparecimento dos peixes também, que fez hoje, a gente procurar outra fonte de renda, foi a hidrelétrica. Para nós aqui, a construção das hidrelétricas acabou... O alto Madeira e o baixo Madeira, acabou. Sem opção do que fazer.***

### **6.10 Das memórias coletivas sobre as inseguranças**

As memórias coletivas acerca das inseguranças são resultados de memórias individuais compartilhadas identificadas em dois momentos em comum: o sentimento da impossibilidade de retorno à comunidade e a insegurança de uma inundação como aquela vivenciada em 2014 ocorrer novamente. A primeira insegurança têm relação ao sentimento de angústia e ansiedade de não saber se seria autorizado a volta e se ao retornar ainda haveria as casas e bens materiais para se ocupar o território novamente. E de fato, não foi autorizado a volta à comunidade por parte da Defesa Civil municipal, assim como não houve apoio algum financeiro para o retorno a São Carlos do Jamari e nem de limpeza e retirada da lama das casas e locais públicos. A segunda insegurança era sobre o futuro: será que haverá uma nova cheia? Vale a pena voltar a plantar/cultivar

---

<sup>72</sup> Tucunaré se refere aos bandeirinhas, que por vivência compreendo que são trabalhadores (em especial do gênero masculino), que fazem as travessias dos ribeirinhos em barcos de transporte fluvial.

e perder tudo em uma possível cheia? Vale a pena reformar minha casa/comércio? Investir em novos maquinários/equipamentos? Todos estes sentimentos de insegurança estão presentes nas memórias coletivas da inundação de 2014.

**Entrevistada Palmeira:**

- *Aí, por questão de segurança, a gente ficou sem energia. Aí, logo que secou, a gente ficou naquele impasse, né? Porque aí, aquela insegurança, porque... Ninguém... Ninguém queria mais voltar pra cá, o plano era eliminar isso tudo! Ninguém queria mais voltar, aí falaram que não ia investir mais nada aqui, que São Carlos ia acabar, não sei o quê... Aí, a gente ficou naquela insegurança! A gente ouviu comentários de querer que acabasse... que ia vir uma empresa pra dragar aqui, porque aqui de baixo de São Carlos, tem muito ouro. A gente ficava ouvindo um monte de coisa.*

**Entrevistado Embaúba:**

- *“Poxa, encheu em 2014, será que vai voltar em 2015?!”. Eu, na verdade, nem mexi na minha casa. A minha casa está lá, estou pensando em mexer agora, esse ano que vem. Por quê? Porque é uma incerteza, né? Eu vou mexer, fazer um investimento, gastar para caramba, e aí a enchente vem pra acabar com tudo. Muita gente ainda parou de plantar também: aquelas plantações maiores que faziam próximo da margem do rio, parou de fazer devido a isso. Fica na incerteza, você planta já para colher antes da cheia, porque pode subir ou não!*

**Entrevistado Tambaqui:**

- *Parei! Eu me desanimei! Se eu não tivesse me desanimado, eu estava com o mesmo sítio que tinha lá em cima, tinha plantado de novo, já estava tudo se apodreceu. Mas o meu genro chegou com 50 mudas de coco. Eu não vou plantar! Me dizem que todo ano vai alagar, então não vou plantar. Também, não plantei mais... mas aí eu me desanimei (...).*

A partir de algumas narrativas e somando elas ao Diário de Campo, pode-se notar que há dois fatos que animam os moradores no ano de 2022 em relação às iniciativas municipais fomentadas sobretudo pela Administração Distrito de São Carlos



do Jamari: a pavimentação com asfalto de algumas ruas principais (durante a inundação de 2014, o asfalto foi soterrado e apenas em 2022 foi repostado) e também a abertura da estrada que liga São Carlos do Jamari a Resex Lago do Cuniã, facilitando o acesso de moto e carro entre as comunidades.

A seguir serão demonstrados alguns trechos do Diário de Campo que fiz como análise de observações diretas.

### **I - Melhorias na infraestrutura na Comunidade de 2019 para 2022<sup>73</sup>:**

- a) Ao chegar, logo na entrada da Comunidade, se passa pela Administração do Distrito (que é como uma Prefeitura local, inclusive tendo funcionários concursados públicos). Ao caminhar até a frente, percebo que sou reconhecida por um Comunitário e logo começamos a conversar sobre o NAPRA (a ausência da atuação da ONG presencialmente desde 2019), sobre a Pandemia da COVID-19 e as mudanças da Comunidade: agora há asfalto nas ruas de SCJ\* e isto parece que além da melhoria para o tráfego de pedestres e motos, também trouxe melhorias no que diz respeito a “auto-estima” do morador de São Carlos do Jamari.*

CO: Com a inundação de 2014, os asfaltos foram cobertos de lama e foram totalmente danificados. Quando fui na primeira vez com o NAPRA (2019), não havia asfalto.

- b) (...) Eu comentei que queríamos ir sim [para a RESEX Lago do Cuniã] e perguntei como fazíamos para ir de moto (jeito que eu fui em 2019), ele logo falou que a estrada foi aberta e que tinham duas maneiras: de carro e de moto (por um tempo de 15/20 minutos, diferente de 2019 que demorava 45 minutos de moto).*
- c) Encontramos um comunitário, dono de um antigo bar e já conhecido meu. Conversamos sobre a diferença da Comunidade em 2019 para os dias atuais e juntos fizemos algumas recordações de lembranças individuais (memórias) de alguns fatos: antes a comunidade estava sem asfalto (o que ele também fala com*

---

<sup>73</sup> As comunitárias e os comunitários que fizeram este diálogo com a pesquisadora, foram também entrevistados e a conheciam desde 2019 (a partir do voluntariado do NAPRA) e sempre no início das conversas, já apontavam estas duas mudanças.

*muito orgulho) e também a abertura da estrada de São Carlos do Jamari até a RESEX Lago do Cuniã.*

CO: Quando fui pela primeira vez para o Cuniã, fui andando com a Equipe do NAPRA, durante cerca de 3h30min saindo de São Carlos e na volta de moto, por cerca de 45 minutos.

A importância destes dois fatores, sendo eles pavimentação com asfalto de algumas ruas principais e também e a abertura da estrada que liga São Carlos do Jamari a Resex Lago do Cuniã, refletem no movimento notado em comum entre as pessoas em se sentirem mais seguras neste processo de se resistir em uma comunidade que está sendo assistida novamente, porque há em comum nas memórias compartilhadas um sentido de terem se tornado “órfãos” das políticas públicas e na manutenção dos direitos sociais.

#### **6.11 Das memórias coletivas sobre as tristezas**

O retorno à comunidade foi custoso psicologicamente. O luto ao ver a situação de total vulnerabilidade social a qual se encontravam (sem aporte financeiro, assistência dos órgãos públicos e com a lama cobrindo a comunidade), é difícil de mensurar. Por mais que haja uma prática social de reenraizamento e resistência ao lutar pelo território, as memórias coletivas acessadas revelam episódios dolorosos, traumáticos e que geram gatilhos emocionais e psicológicos, uma vez que remetem a morte ou pessoas que sofreram e sofrem com a depressão após a inundação de São Carlos do Jamari em 2014. Não há registros na história escrita de mortes ocasionadas depois da inundação, porém, a partir destas memórias, as comunitárias e comunitários remetem a morte que afetou a saúde física e mental das pessoas, sobretudo das pessoas idosas, que viveram sua vida às margens do Rio Madeira e de uma hora para outra, sem previsão ou expectativa de respostas, tiveram suas vidas totalmente alastradas e algumas, infelizmente, morreram devido a depressão.

#### **Entrevistada Castanheira:**

- *Isso, foi gente velha indo pro hospital, lá pelo hospital mesmo **morreram**, por causa da notícia, né? A pressão subiu e ainda outras coisas. Só sei que foi muito triste, muito! Muito triste!*

### **Entrevistado Coruja:**

- (...) *Na época: as pessoas chorando, as pessoas desiludidas. Teve muitos moradores que faleceram com depressão, idosos, né?*

### **Entrevistado Sardinha**

- (...) *Foram momentos tristes, porque você via... a gente tava vendo que tava perdendo...E aí é um momento de partilha, né? E o que é esse momento de partilha? É o momento de dor... porque todo mundo vai passar por aquilo, que está acontecendo naquele momento.*
- *É... um... o que eu tenho a dizer é que é uma situação muito triste, né? Essa é uma das palavras-chave que fecha tudo na conversa da gente... é e a tristeza... é... você perder... você olhar seus animais.... você ouvir, pedir socorro, você não poder fazer nada... sim, é muito dolorido, vamos dizer, o que ocorreu foi uma mancha que ficou na mente de cada cidadão, de cada ser humano!*

### **Entrevistada Manga:**

- (...) *Aí eu fui, toda molhada, chorando, desesperada, porque minha casa tava daquelas condições, né? Eu acho que qualquer um fica, né? Que você vê sua casa, você vê cheia de água, e ficar até você perder ela. “Eu tô sem casa”, onde é que você ia morar? É tudo você... tudo passa pela sua cabeça, né? Aí eu fui-me embora. Cheguei lá na casa da minha filha, toda molhada.*
- (...) *Aí eu fui pra casa da outra, mas todo dia que eu assistia o jornal, eu ia lá no jornal e assistia. Quando eu ia falar na Cheia, ô meu Deus do céu, eu começava a chorar! Ô meu Jesus, mas também eu ficava 15 dias lá e 15 com meu marido aqui. Eu não ficava só lá não, que eu não gosto muito de Porto Velho não!*

### **Entrevistado Embaúba:**

- *Agora, essa perda... de coração, isso aí não acaba não. Isso aí deixa sequela e têm pessoas que até hoje estão com esses problemas. Esse medo, né? De ter uma nova enchente, de perder tudo! De ter que sair daqui sem dinheiro pra alugar um apartamento em Porto Velho. Que nem meu pai fez. Meu pai quase morre: porque a nossa família é muito grande e você viu que a gente é muito unido!*

*Sempre que nos domingos a gente se reúne pra almoçar junto, beber, brincar, discutir sobre N situações. Mas mesmo assim ele entrou em depressão, porque ele acorda de manhã, a pessoa que mora no interior, principalmente o meu pai que tem 75 anos, ele tem uma rotina de trabalho: acordar cedo, rastelar lá o quintal dele, olhar as canoas, entendeu? Aquela rotina. Se tem animal, ele vai cuidar dos animais, olhar a horta, molhar e tal. Aí ele vai pra Porto Velho, aluga um apartamento, ele se sente dentro de uma gaiola preso! Tem dinheiro pra comer, beber? Tem, mas aquilo ali não é importante somente, não é suficiente pra ele.*

**Pesquisadora:**

- *Não tem um vizinho pra conversar, né?*

**Entrevistado Embaúba:**

- *Não tem, não tem aquela pessoa aqui, que tu vai saindo aqui, e tu fala com todo mundo. Sai abertamente, livre na rua, conversando tranquilo com todo mundo. [Na] Cidade, não! A cidade é totalmente diferente! Que no entanto ele não aguentou ficar lá os quatro meses. Ele ficou lá logo no começo, tava enchendo bastante, e depois ele voltou mesmo na lama, porque o pior não foi na enchente, o pior foi pós enchente. A trabalhadeira que dava, tudo era uma dificuldade pra você vir com as coisas, até chegar em casa: lama, lama, lama pra caramba.*

## **6.12 Das memórias coletivas de estratégias de superação da cheia**

As memórias coletivas de estratégias de superação estão atreladas às práticas sociais de **resistência e luta ao retornar ao território inundado** identificadas a partir da análise e cruzamento das memórias individuais das pessoas entrevistadas e que participaram da inundação de 2014 na Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari.

**Entrevistado Embaúba:**

- *(...) A estratégia foi de muita luta mesmo, dos nativos mesmo, que nasceram e se criaram aqui... tem terreno, tem a grande quantidade de suas famílias que ainda estão aqui. Então essas pessoas lutaram desde o início. Porque uma grande maioria, eles formaram um grupo aí e eles queriam que São Carlos*

acabasse. *Que fizesse São Carlos em outro canto... mas, é... pelo conhecimento que a gente tem... era tudo questão política isso: como Cuniã tá aqui atrás e como toda a área, 3 km para lá, já é reserva... eles queriam, segundo informações que a gente tem... eles queriam emendar tudo aqui, até o Rio, fazer tudo uma reserva. E não acontece isso aqui por conta dessa Vila [São Carlos do Jamari], porque é muito antiga. Essa Vila é mais antiga que Porto Velho. Então, nós montamos um grupo e ficamos brigando: “Nós somos moradores, somos os mais antigos de São Carlos. Tem condições de voltar sim. Tem condições!”.*

- *A questão é que nós temos que trabalhar: trabalhar unidos! Porque se falta energia, eu tenho bomba, eu vou conseguir lavar minha casa, eu vou conseguir ligar máquina. Tudo vai ajudar, então, tudo vai ajudar. Para lavar a escola... essa escola aqui, posto de saúde, delegacia, igreja... isso aí, nenhum órgão público ajudou. Tudo foi a própria comunidade. E por que? Se a gente deixa a escola, do jeito que tava assim... esperando o Poder Público vir limpar...eles vieram aqui e falaram: “Não tem condições não. Não tem mais como... as instalações elétricas, as instalações hidráulicas... tão tudo sem condições... o poço artesiano não tem como mais”.*
- *Sempre falando isso, e nós: “Não, não...então vamos limpar!”. Eu sei que nós fomos limpar tudo e tirava foto e essas fotos chegavam até lá: “A escola já tá limpa, algumas tomadas que foram para o fundo, vão ter que trocar, claro...por questão de segurança, mas tá funcionando o poço. Ao redor do poço, tá cheio de lama... mas é irrisório (...), mas a partir do momento que voltar energia... ligou a bomba, limpa aquelas coisas pra fora... vem um especialista colhe a água, para fazer a perícia, para ver se a água tá uma água potável para ser consumida e pronto”.*

#### **Entrevista Jambo:**

- (...) Claro que uns mais outros menos, mas eu também vi que a comunidade se uniu, entendeu? que a comunidade se ajudou.
- Em meio a tanta tristeza, deu ainda para ter esses lados bons, entendeu? Vinha o pessoal da reportagem, vinha o pessoal da cesta básica e o pessoal falava: “Ah, fulano de tal tá precisando”. sendo que eu poderia dizer que eu tava precisando mais do que ele... mas fulano de tal tá precisando, eu te levo lá em

*fulano de tal... aí levava no fulano de tal, então, a gente vai descobrindo que ainda pode acreditar no ser humano... e a enchente trouxe muito isso para a gente, o meio solidário. Quando um via o outro, dizia: “Tu sabe da notícia de fulano?” Porque não tinha isso aqui... “Fulano está bem? Ai meu Deus, tomara que nosso São Carlos volte... que a nossa vida volte”.*

#### **Entrevistado Açaí:**

- *Cara... de superar, superar assim, a gente ainda não chegou a superar tudo, né? Mas a gente já conseguiu, graças a Deus, a gente já conseguiu se estabilizar mais um pouco, né? Porque até hoje a gente ainda sofre, ainda tem as marcas dessa cheia, né? Ainda tá marcada na vida de muita família aqui no Distrito. A gente não conseguiu superar tudo, mas graças a Deus já conseguimos, já se estabelecer mais um pouco assim já.*

#### **Entrevistado Pirarucu:**

- *Olha, num momento, foi um pouco...difícil. Foi muito difícil. A gente foi superando, aos poucos, sabe? às coisas que nós tínhamos, porque nós tínhamos muitas coisas... bagulho dentro de casa: sofá, armário bom de botar as coisas...guarda-roupa, cama, colchão, bebedouro, muitas e muitas coisas, bastante roupa, né? (...).*

Pensando em maneiras para se romper, resistir e obter um pensamento libertador, é necessário entender que o diálogo intercultural deve ser transversal, isto é, não ser teorizado por um grupo dominante ou acadêmico e deve ser também multicultural (assumindo as simetrias existentes); a resistência é obtida a partir de amadurecimento: com estudos, reflexões, tempo, investigação solidariedade e inteligência (DUSSEL, 2005).

O crescimento libertador ocorrerá à medida que se entende que para ter uma estratégia, é necessário se ter um projeto transmoderno (DUSSEL, 2005), pensando nos seguintes aspectos: valorização dos próprios momentos culturais negados ou depreciados que estão nas exterioridades da modernidade; pensar que estes pontos anteriores, devem ser os pontos de partida de uma crítica interna; os críticos para serem críticos, devem viver o biculturalismo das ‘fronteiras’ criando pensamentos críticos de fato; e em último que todo este movimento requer amadurecimento e longo período de resistência.

Desta maneira, pode-se compreender, através das memórias coletivas de superação, foi possível identificar as práticas sociais presentes neste estudo, sendo elas a de resistência e luta pelo (re)enraizamento ao retorno à comunidade, partindo da reflexão de que, por mais que existam avanços nas políticas públicas em relação aos Povos Tradicionais, durante este episódio histórico da inundação de 2014, não houve aporte financeiro dos aparelhos estatais, isto é, os direitos básicos (saúde, educação e saneamento básico) foram negligenciados: as ribeirinhas e ribeirinhos retornaram a comunidade, foram os responsáveis por limpar e retirar a lama que soterrou o território por completo, para depois, a prefeitura religar luz e autorização para a UBS, Delegacia, Administração e Escola retornar ao funcionamento.

### 6.13 Das memórias coletivas de aprendizagem da cheia

A partir das memórias individuais das ribeirinhas e ribeirinhos da Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari, pode-se acessar às memórias coletivas relacionadas aos processos de aprendizagem identificados. As práticas sociais identificadas (como visto no item anterior, sobre as memórias coletivas de superação) estão relacionadas à resistência ao retornar a comunidade e também à luta. **E os processos educativos desvelados estão relacionados a união, cooperação e senso de comunidade para a reorganização da comunidade entre as comunitárias e os comunitários** em limpar e retirar a lama da comunidade, para que pudessem ter além de um local para viver novamente, também possuir um contra argumento para que os órgãos públicos que negaram ajuda financeira para religar a energia, água e demais instalações de serviços básicos, voltassem a operar e reconhecer o território.

#### Entrevistado Abricó:

- *É.. então deu pra gente ver que... as pessoas precisam mais ajudar as outras, ser mais solidárias, né? Ser mais fraternas... então a gente precisa de... ter mais humildade... ter mais simplicidade e ajudar uns aos outros. Então, a gente viu isso aí, nos ensinou que tem um soberano acima de tudo, né? Que Deus comanda tudo, então, que existe na destruição e depois na construção (...).*

#### Entrevistada Castanheira:

- *Aprendi, né? Porque não vem uma coisa mandada de Deus que a gente não aprende mais coisa, né? E a gente aprendeu muito mais coisas: a dar mais valor às pessoas, às coisas que tem, o trabalho da gente (...).*

#### **Entrevistado Açaí:**

- *Falando pessoalmente, a gente aprende muita coisa, na verdade. A gente aprende a ser mais... <sup>74</sup>Aqui, na verdade, no distrito, a gente aprendeu a ser mais unidos. A gente se uniu muito, a gente teve unidade aqui, muitas pessoas tiveram unidade. A gente aprendeu muito com isso, tipo, ter mais parceiro um do outro. Depois dessa enchente, a gente se conectou mais, as famílias ficamos mais próximas, uma ajudando o outro. Principalmente nós, quando a gente foi primeiro a ser atingido, as pessoas nos ajudaram a tirar as coisas da nossa casa. Então foi assim, a comunidade foi se unindo, entendeu? Se unindo, um ajudando o outro, ia lá e tal. Então teve essa união, a gente se aproximou muito, né? em relação a essa enchente.*

A religiosidade (cristã) também apoiou no conforto e suporte para a possibilidade de superar este episódio, trazendo elementos de aprendizagem relacionados à menção de Deus e seus ensinamentos bíblicos, como forma de aprender e ensinar com o vivido, confortando o sentimento de inseguras e tristezas das memórias vividas.

#### **Entrevistada Jambo:**

- *(...) A principal coisa que nós ganhamos foi com tudo isso foi aprender a valorizar a vida, porque assim... valorizar o espaço onde a gente mora, valorizar as pequenas coisas, a qual a gente cada dia... agradecer, sabe? Agradecer a Deus por tudo...*

#### **Entrevistado Coruja:**

- *(...) Aprendemos, muitos aprendemos que sem Deus, ninguém consegue viver e sem Deus a gente não consegue superar os obstáculos... Sem Deus a gente não consegue nada. É através de Deus que hoje estamos aqui em São Carlos.*

---

<sup>74</sup> O entrevistado Açaí traz na frase “a gente aprende a ser mais”, uma importante categoria freireana na vocação ontológica do ser humano, do Ser Mais.



### **Entrevistado Pirarucu:**

- *Olha, eu aprendi, né? Porque teve pessoas que não souberam se comportar, né? Se desesperou e coisa e tal. E eu, não! Eu aprendi, porque você sabe que tudo que Deus permite na minha da gente, né, a gente tem que acolher e... [pausa] e superar isso aí, porque a gente tá vendo que isso aí, é uma coisa que permitiu. né? então aquilo que Deus permite, nós não podemos ser contra, né... nós podemos ser contra aquilo que Deus nos condena? não.. tive que me conformar, né? Sei que aquilo ali foi uma permissão de Deus, não foi uma coisa ou coisa aquilo! Foi permissão de Deus, então... [pausa]...*

Outro ponto observado nos registros de Caderno de Campo, que apareceram em algumas memórias compartilhadas foram as de modificar a estrutura das casas, tornando-as mais altas. E é por este motivo que muito se percebia que ao falar da inundação, era muito comum que as pessoas apontassem para onde a água batia durante a inundação, recorrendo a frase: “A água batia até aqui”.

Dentre as transformações que aconteceram e ainda acontecem na comunidade após a inundação, a mudança de comportamento que primeiro chama atenção aos que conheciam a comunidade antes do evento é o aumento de construção de casas com dois andares. Algumas casas com dois andares, outras com o jirau com cerca de dois metros de altura, tomam o lugar de onde antes se viam apenas casas de andar único, e sem jirau, ou com jiraus de apenas alguns centímetros e até um metro de altura (Valdanha Neto, 2019, p. 147).

### **Entrevistada Manga:**

- *Hahahaha... Ficar mais esperto, né, porque quando vir outra enchente... a gente já tá... Aliás, até esperto eu fiquei, que eu fiz logo essa casa alta aí, ó [apontando para o alto]. Já pra vindo... já tá cheio de novo aí, se vir, né? Eu já reservei até essa casa aí. Nós fizemos essa casa depois da cheia. Mas por causa disso mesmo. Se por acaso vier soltar cheia, a gente já tem um lugar pra botar nossas...*

Por fim, algumas pessoas entrevistadas disseram não terem aprendido nada com a cheia. Isto pode estar atrelado a dor das perdas materiais e simbólicas que carregam as memórias coletivas deste episódio ou também com a associação de aprendizagem com o aprendizado escolar. Porém, os processos educativos vão além da educação de grupos escolares. Como exemplifica Teixeira (2012).

O processo educativo pode ser compreendido, assim, como a forma pela qual se processa a educação de grupos e indivíduos. Educação esta que pode ser escolar, ao considerar seus métodos de ensino e sistemas de avaliação da aprendizagem, ou não, iniciando-se antes da escolarização nas relações estabelecidas com o mundo. Logo, os processos educativos são determinados por fatores sociais, políticos e pedagógicos adequados ao contexto histórico-social do educando [a]”. (Teixeira, 2012, p. 15).

Ainda sobre Teixeira (2012): “(...) os processos educativos, por sua vez, se dão nessa dinâmica de aprender a refazer-se, humanizar-se e libertar-se continuamente”. Sendo assim:

Tais processos podem acontecer no encontro com o outro, quando ambos educam e aprendem numa relação dialógica em que aquele que ensina aprende enquanto o outro lhe ensina também aprendendo. Não é possível, então, quantificar o quanto, o quê ou o como o outro aprendeu, pois sabemos apenas o que estamos aprendendo e que nosso aprendizado será diferente do aprendizado do outro, por partir de nossas referências anteriores, levando-nos a assimilar aquilo que mais nos faz sentido de acordo com nossas próprias experiências (Teixeira, 2012, p. 16).

#### **Entrevistado Sardinha:**

- *Não... Aprendizagem, não, mas presenciar sim... para quem pára e pensa, foi um dos motivos que... um dos pontos que mais chamou atenção... foi a união, né? e aquela situação de quem tem, perde e vai no mesmo barco também... Então assim o período, foi um momento de cidadão... as pessoas pararem e pensarem: “eu não sou melhor do que ninguém, nós somos todos iguais né..? e isso é um fruto de aprendizagem para muitas pessoas...*

#### **Tambaqui:**

- *[Pausa]. Eu não aprendi foi nada, o que eu vi foi calamidade, lamento, choro de*

*peessoas [pausa]. Porque eles prometeram e não cumpriram, falaram que iam fazer outra cidade em uma terra alta, né? por causa da enchente, mas acho que nem eles sabiam o que ia acontecer, porque tá cada ano com a enchente mais pequena, e o peixe vem do Amazonas... porque se não crescer a água, vai aterrando...*

Nos estudos das memórias, pode-se notar que podem existir motivos para não narrar algo ou não demonstrar a pessoa que entrevista que aquilo houve importância: “Por isso, ‘não tenho nada a dizer’ é um clássico preliminar das entrevistas, inclusive entre as pessoas que não apenas têm muito para narrar, mas que também perdem a vontade de fazê-lo, tendo somente medo de que sua preciosa narração seja desprezada (Portelli, 2017, p.186). Portanto, se aprendeu e se ensinou com o processo vivido da inundação e as memórias compartilhadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme “Narradores de Javé” (2004), dirigido por Eliane Caffé e Produtora Riofilme, pode-se acessar uma história fictícia, em que uma comunidade iletrada, se encontra em uma situação de vulnerabilidade, silenciamento e desumanização, gerando uma ‘ordem’ injusta que gera a evidência dos/as opressores/as aos oprimidos/as, sendo esta condição de **Ser menos** (Freire, 1992), a partir do anúncio da construção de uma usina hidrelétrica que teria o potencial de inundar o território por completo, desalojando todas as pessoas que ali viveram suas vidas inteiras. Desta maneira, entendendo-se na situação de oprimido/as, almejam sair desta situação de opressão, articulando-se para a criação de um “documento/dossiê científico”, para legitimar sua existência e tentando se aproximar a lógica do opressor, que se utiliza de um modelo tecnicista para justificar a obra. Este movimento se aproxima com uma prática social de resistência para a manutenção das tradições (raízes) e permanência no território, caminhando para um processo de conscientização, isto é, em sua dinâmica, o homem [e a mulher] se faz, aprendendo a refazer-se, aprendendo a humanizar-se e a libertar-se. Cultura autêntica é aprendizado e aprendizado é conscientização (Fiori, 1986, p.9). No Vale do Javé há um cenário evidente: a dominação da escrita e avanços da modernidade em prol do capital, frente a oralidade/memória das moradoras e moradores.

Dito isto, pode-se fazer um comparativo entre o Vale do Javé com a Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari por dois motivos. O primeiro diz respeito a tradicionalidade: as duas comunidades - do plano da ficção e do real - têm suas tradições ancoradas com um modo de vida culturalmente diferenciado, o qual: “(...) possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Inciso I, Art. 3º Decreto 6.040 / 2007, Brasil, 2007). O segundo diz respeito à situação de opressão: Javé não detinha o conhecimento da escrita e dos modelos tecnicistas adotados pelos “engenheiros”, o que dificultava a participação ativa no processo de inserção nos espaços de tomada de decisões e São Carlos do Jamari também viveu a fragilidade da situação de desinformação total das causas dos processos ocorridos que geraram a inundação: “(...) A aquisição de conhecimento factual é uma das principais demandas comunitárias e uma das características mais dramáticas do momento vivido pelos ribeirinhos. Percebem que há um abandono estatal estrutural

justificado pelo discurso do risco, mas as informações factuais são intangíveis” (Valdanha Neto, 2019, p. 162).

Se por um lado, o Vale do Javé se extinguiu, causando desalojamento de todas as pessoas, São Carlos do Jamari também passou pelo processo traumático de desalojamento, evidenciando as práticas sociais de resistência e luta pelo (re)enraizamento ao retornar a comunidade, desvelando processos educativos de união, cooperação e senso de comunidade, para a reorganização e limpeza do território para moradia. Porém, podemos evidenciar que alguns princípios da PNPCT (2007) não foram assegurados, sendo eles os de desenvolvimento sustentável para melhorias das gerações atuais e futuras e a preservação da memória:

V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e suas tradições (Princípio V - Brasil, 2007).

E sobre a memória cultural:

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica (Princípio XIV - Brasil, 2007).

Estes princípios foram evidenciados como não assistidos e assegurados à comunidade de São Carlos do Jamari, uma vez que existiu e existe a imposição e impulsionamento da instalação dos grandes empreendimentos que rompem com a lógica da cultura popular e dos modos de vida tradicional e comunitário, modificando os costumes e tradições e fragilizando as relações cotidianas de subsistência (como é o caso da pesca). As UHEs não assumiram responsabilidades legais dos empreendimentos às causas da inundação, o que não as responsabilizaram pelas indenizações e compensações ambientais, porém, através das memórias das ribeirinhas e ribeirinhas, em especial das pessoas mais antigas, em São Carlos do Jamari, não existia inundações desta proporção anterior à instalação e operação das UHEs. Desta maneira, havia previsibilidades das cheias, através do “pulso de inundação”, que se refere aos períodos de secas e cheias dos rios, fenômeno comum nos rios do território amazônico. Atualmente, o curso d’água é incerto e a prática da pesca totalmente fragilizada.

O estudo desta dissertação parte da experiência de voluntariado em 2019, em conjunto ao NAPRA na comunidade para a realização principal de um Diagnóstico

Socioambiental Participativo e que foi possibilitado conhecer, a partir da narrativa daquelas/es que vivenciaram e vivenciam a cheia de 2014 a dimensão desafiadora e complexa deste episódio histórico de forma inicial. Durante o convívio de 2019, se notou que as pessoas moradoras da comunidade se identificam como sendo ribeirinhos/as, beradeiros/as e filhos/as de São Carlos. E foi pensando em aprofundar os estudos e identificar as memórias coletivas da cheia de 2014, que se optou, com intencionalidade em retornar à comunidade para realizar um estudo mais aprofundados sobre as práticas sociais e processos educativos desvelados a partir deste episódio, através da fundamentação metodológica da memória coletiva.

E pensar em pesquisa no contexto da América Latina, é se colocar nos calçados de um grupo que foi historicamente silenciado, isto é, trata-se de um povo colonizado e que tem como referência - ainda atualmente - o eurocentrismo. Desta maneira, o fazer pesquisa, não é um processo neutro, porque envolve uma intencionalidade na escolha. E esta escolha é política, alinhada à práxis educativa, uma vez que se está disposto a compreender o processo de libertação, em contraponto com a dominação social. Com esta intencionalidade da escolha da pesquisa, o processo de pesquisa caminha para que possa se construir uma sociedade mais justa:

No processo de pesquisar, nossa visão de mundo é claramente exposta no referencial de partida, e, durante o pesquisar, em cada diário de campo, na análise dos dados, na elaboração dos resultados e das contribuições da pesquisa, essa visão é retomada para ampliá-la, questioná-la, reposicioná-la, resignificá-la. Essa visão, se não reconhecida durante o processo de pesquisa, pode embotar nossa compreensão, nosso olhar atento aos detalhes, pois certamente é mais confortável entender para olhar do que olhar para entender (...) (Oliveira *et al.*, 2014, p.42).

No pensar no campo da educação e na minha inserção enquanto pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação na UFSCar (PPGE/UFSCar) na linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, a inserção na comunidade foi pautada na: “(...) amorosidade, acolhimento, indignação, esperança, simplicidade, colaboração. Um desejo de tornar-se mais humano, de humanizar-se no sentido de vida mais justa. Por essas razões, com essas posturas e por esses meios, buscamos conhecer e compreender processos educativos próprios a práticas sociais” (Oliveira *et al.*, 2014, p.43), respeitando o tempo e ritmo de vida tradicional, dimensionando a relevância da educação popular pautada no diálogo, criando laços de amizade e demonstrando o

quanto a participação pode colaborar para um registro histórico das memórias coletivas vivenciadas pelas ribeirinhas e ribeirinhos a partir da inundação de 2014.

Pensando na escolha metodológica, se considerou importante e eficiente para o registro histórico e colaboração com a história oral, com o uso da memória coletiva como instrumento metodológico, uma vez que: englobam uma multiplicidade de pessoas participantes nas interpretações do vivido; retrata as fontes orais não apenas retratadas no passado, como sendo atos do presente; colabora com a historiografia da história oral, sendo o produto da pesquisa o resultado mútuo entre a pessoa que entrevista (que precisa ser disponibilizada na escuta) e da pessoa entrevistada (que precisa ter disponibilidade na fala); pode evidenciar e desvelar informações ainda não documentadas; e recriar a memória vivida. Sobre as memórias coletivas, podemos compreender que houve semelhanças em comum em memórias individuais acessadas a partir das fontes orais captadas. Desta maneira, o que vemos neste trabalho, é sobretudo as memórias transcritas para que àquelas pessoas que não vivenciaram a cheia de 2014, possam visualizá-la e compreender a dimensão desta tragédia ambiental.

As análises dos dados (isto é, das semelhanças entre as memórias individuais, tornando-as um fenômeno social evidenciadas pela memória coletiva) foram realizadas por mim, tal como uma artesã que dedica seu tempo, experimentando suas melhores e mais desafiadoras habilidades, costura a luz do dia, mas também nos períodos noturnos, com não apenas um tecido mas sim com diversos retalhos que são originados de doações e trocas durante o processo, tecendo de forma dedicada uma grande e multicolorida colcha de retalhos - que pode ser compartilhada com todas aquelas e aqueles que acreditam na importância do diálogo e da amorosidade. Sendo o diálogo aqui entendido como um processo respeitoso de humanização, denúncia e anúncio que desvela a realidade que nega a dignidade humana.

Existem dois pontos imprevistos neste estudos, mas que foram desvelados a partir da memória coletiva: **mortes oriundas da inundação de 2014 (devido a questões de saúde mental)** e a dificuldade em manter uma importante tradição dos povos tradicionais em relação a pesca no rio madeira, devido às alterações do curso d'água decorrente da implantação das UHEs Santo Antônio e Jirau. Após a inundação, muitos pescadores tiveram suas práticas de pesca fragilizadas e precisam recorrer a novas alternativas de subsistência e de ofício - muitas são as memórias sobre a necessidade de migrar para o garimpo, como forma de sustento familiar. Apesar de ser uma prática prejudicial às questões ambientais, também é necessário um olhar sem

julgar, uma vez que se faz um recorte sobre comunidade ribeirinha no norte brasileiro, que foi negligenciada ao não receber qualquer suporte financeiro para retornar ao seu território e se encontram num processo de resistência e luta pelo próprio território.

Desta maneira, espera-se colaborar com o registro histórico da cheia de 2014, tornando este documento, um instrumento de apoio para luta dos direitos dos povos tradicionais, isto é, que também possa apoiar como um documento de base para ação legal - podendo ajudar a responsabilizar e garantir que as medidas indenizatórias sejam atendidas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALVES, S. Beradeira. *In*: MARTINS, G. **Palavra é arte**. Salvador-BA: Cultura Editorial, 2015.

ARAUJO, N. C. de A.; MORET, A. de S. Direitos Humanos e hidrelétricas: uma análise dos impactos socioambientais e econômicos gerados em Rondônia. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 13, n. 26, p. 167–194, 2016.

BARBOSA, X. de C. Nos trilhos da história: a constituição da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré como patrimônio histórico brasileiro. **Conjecturas**, [s. l.], v. 22, n. 6, p. 116–134, 2022.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23–38, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Notas de campo. Coleção Científica de Educação. *In*: INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA E AOS MÉTODOS. Porto: Porto Editora, 1994. p. 113–175.

BOSI, E. Dialética da colonização. *In*: BOSI, E. **Cultura brasileira e culturas brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 308–345.

BOSI, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BOSI, E. Sugestões para um jovem pesquisador. *In*: BOSI, E. **O tempo vive da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 59–67.

BRANDÃO, C. R. **O que é o método Paulo Freire**. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000). Disponível em: <http://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto no. 6040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5p. 2007.

BRITTO, D. **Estudantes participam das Jornadas de Jovens Pesquisadores na Bolívia**. São Carlos, 2022. Disponível em: <https://www.ufscar.br/noticia?codigo=14978>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. **Decreto nº 13.420, de 27 de fevereiro de 2014**. Decreta situação anormal, caracterizada como Estado de Calamidade

Pública, as áreas do Município de Porto Velho, atingidas por enchentes e inundações graduais (COBRADE 1.2.1.0.0/ 1.2.3.0.0 – IN nº 01/2012. 27 fev. 2014a. Disponível em: <https://sapl.portovelho.ro.leg.br/norma/5848>. Acesso em: 27 mar. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. **Decreto nº 13.525, de 28 de maio de 2014**. Prorroga por mais 90 (noventa) dias os efeitos do Decreto 13.420, de 27 de fevereiro de 2014, que Decretou situação anormal, caracterizada como Estado de Calamidade Pública, as áreas do Município de Porto Velho, atingidas por enchentes e inundações graduais (COBRADE 1.2.1.0.0/1.2.3.0.0 – IN nº 01/2012). 28 maio 2014b. Disponível em: <https://sapl.portovelho.ro.leg.br/norma/6079>.

CHACON, D. R. de A. Filosofia e educação: liberdade, alteridade e inconclusão em Paul Ricoeur e Paulo Freire. **SCIAS - Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 33–46, 2021.

CHAVES, M. do P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Ipora**. 2001. Tese de doutorado - Unicamp, Campinas, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/204296>. Acesso em: 31 mar. 2024.

COSTA, S. A. Diário de campo como dialética intersubjetiva. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002. p. 151–157.

CRUZ, M. **Vítimas da cheia de 2014 recebem cartão de benefício a partir desta sexta-feira**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/vitimas-da-cheia-de-2014-recebem-cartao-de-beneficio-a-partir-desta-sexta-feira/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

DEVOS, R. V. “Pra lá pra aquele lado lá tudo é assombrado”: memória, narrativa, espaço fantástico e as questão ambiental. **Illuminuras**, [s. l.], v. 6, n. 12, p. 1–30, 2005.

DUSSEL, E. Transmodernidad e interculturalidad. **Astragalo**, [s. l.], v. 21, p. 31–54, 2005.

FEITOSA, S. C. S. **Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação**. 1999. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FIGUEREDO, A. L. L.. Sinto-me latino-americana. In: FURG, 2022. **II Mostra Latino-americana**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://3mola2021.wixsite.com/my-site/poesia>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FIGUEREDO, A. L. L.; TEIXEIRA, I. M. C. Disciplinas de Práticas Sociais e Processos Educativos I e II (UFSCar) no ensino remoto como um esperar em tempos de Pandemia da Covid-19. Vol. 7, n. 1, Set. de 2022, São Carlos, SP. ISSN: 2179-2313.

FIGUEREDO, A. L. L. TEIXEIRA, I. M. C. **Memoria Colectiva: Voces de la Comunidad Ribereña ‘São Carlos do Jamari’ frente a la gran inundación de 2014.** XXIX Jornada Jóvenes Investigadores, San Francisco Xavier de Chuquisaca .Bolívia (Sucre). 2022. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/site/wp-content/uploads/2023/06/B-CIENCIAS-HUMANA-S-1.pdf> . Acesso em:: 31 mar. 2024.

FIGUEREDO, A. L. L. **Inundação na Comunidade Ribeirinha São Carlos do Jamari (2014): Práticas Sociais de Resistência e Sobrevivência frente a este desastre ambiental.** II Conferência Freire: Construindo a parte entre educação popular e universidade. Cambridge Latin American Research in Education Collective e Universidade Emancipa. 2022.

FIORI, E. M. Conscientização e educação. **Revista Educação e Realidade**, v.11, n.1, p.3-10. Porto Alegre: UFRGS, 1986.

FIORI, E. M. Conscientização e educação. *In*: BRASIL: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **II Caderno de educação popular em saúde.** [S. l.]: Brasil: Ministério da Saúde, 2014. p. 55–72.

FREIRE, A. M. A. **Paulo Freire: uma história de vida.** 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1 RO. **Em RO, casas na comunidade de São Carlos são atingidas pela cheia do rio - notícias em Rondônia.** [S. l.], 2014b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/02/em-ro-casas-na-comunidade-de-sao-carlos-sao-atingidas-pela-cheia-do-rio.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GONDAR, J. Memória Individual, Memória Coletiva e Memória Social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, [s. l.], n. 13, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Governo deposita parcela do auxílio social aos atingidos pela enchente de 2014 em Porto Velho.** [S. l.], 2016. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-deposita-parcela-do-auxilio-social-aos-atingidos-pela-enchente-de-2014-em-porto-velho/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Lei ordinária nº 3.427, de 09 de setembro de 2014.** 9 set. 2014. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/6860>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Um século depois, Rondônia vai se unir ao sul do Amazonas, Acre e Bolívia para exportar borracha; Irã é o principal cliente.** [S. l.], 2018. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/um-seculo-depois-rondonia-vai-se-unir-ao-sul-do-amazonas-a-cre-e-bolivia-para-exportar-borracha-ira-e-o-principal-cliente/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

HALBWACHS, M. Memoria individual y memoria colectiva. **Estudios: Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba**, [s. l.], v. 16, Traduzido de Pablo Gianera, 1968, p. 163–187, 1968.

IBGE. **Cidades e Estados - Rondônia - IBGE.** [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro.html>. Acesso em: 22 dez. 2022.

IBGE. **IBGE atualiza limites de municípios no mapa da Amazônia Legal | Agência de Notícias.** [S. l.], 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30958-ibge-atualiza-limites-de-municipios-no-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ISA. **Povos Indígenas no Brasil: 2001/2005.** 2001–2005. ed. [S. l.]: Instituto Socioambiental, 2006.

IUCN; UNEP; WWF. Caring for the Earth: a strategy for sustainable living. *In: THE WORLD CONSERVATION UNION*, 1991, Gland, Switzerland. **United Nations Environment Programme.** Gland, Switzerland: [s. n.], 1991.

KRAFT, F. G. **Rio que transborda e Terra que enraíza: o impacto de uma cheia e o deslocamento de comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira/RO.** 2023. Dissertação de mestrado - Usp, Ribeirão Preto, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59142/tde-24072023-080401/pt-br.php>. Acesso em: 12 mai. 2024.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda.** [S.l.]: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** [S.l.]: Companhia das Letras, 2020.

LE GOFF, J. **História e Memória.** 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE MOS, S. R. **Amanecer de Estados Plurinacionais: Crepúsculo 2020.** [S.l.]: Pampia Grupo Editor, 2021.

LIRA, T. de M.; CHAVES, M. do P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Manaus, v. 17, n. 1, p. 66–76, 2016.

MARTINS, S. R. CRITÉRIOS BÁSICOS PARA O DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL. *In*: NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA AGENDA 21 DE PELOTAS, 2004, Pelotas. **Formação de coordenadores e multiplicadores socioambientais**. Pelotas: [s. n.], 2004. Disponível em: [https://www2.ufpel.edu.br/prg/sisbi/bibct/acervo/biologia/2005/tcc\\_cintia\\_barenho\\_ane xo.pdf](https://www2.ufpel.edu.br/prg/sisbi/bibct/acervo/biologia/2005/tcc_cintia_barenho_ane xo.pdf).

MATOS, A. G. dos S. Resenha do filme “Narradores de Javé”: história, memória e direito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 06, n. 12, p. 161–165, 2021.

MINAYO, M. C. de S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. *In*: MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261–297.

MOTA, A. **ONG arrecada recursos para atender populações ribeirinhas**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://sampi.net.br/piracicaba/noticias/1739882/cidade/2020/08/ong-arrecada-recursos-para-atender-populacoes-ribeirinhas>. Acesso em: 2 set. 2023.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Em Rondônia, atingidos cobram responsabilidade das usinas por enchentes do Madeira**. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://mab.org.br/2014/03/18/em-rondonia-atingidos-cobram-responsabilidade-das-usinas-por-enchentes-do-madeira/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

NAPRA. **Apoio às comunidades ribeirinhas devido à pandemia da COVID-19**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/apoio-emergencial-no-enfrentamento-as-comunidades-ribeirinhas>. Acesso em: 28 mar. 2024.

NAPRA. **Diagnóstico Socioambiental: Um retrato da comunidade de São Carlos do Jamari.pdf**. [S. l.]: Pessoas, Meio Ambiente e Saúde, 2021. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1zuk-cs2BhcG21viTnq9pyx5VeZnt17rl/view?usp=embed\\_facebook](https://drive.google.com/file/d/1zuk-cs2BhcG21viTnq9pyx5VeZnt17rl/view?usp=embed_facebook). Acesso em: 29 mar. 2024.

NAPRA. **O NAPRA: Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://napra.org.br/sobre/>. Acesso em: 1 dez. 2022.

NARRADORES DE JAVÉ. Direção: Eliane Caffé. [S. l.]: Riofilme, 2003. Drama (100 min).

OLIVEIRA, M. W. *et al.* Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. *In*: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 29–46.

OLIVEIRA, M. W. **Processos educativos em trabalhos desenvolvidos entre comunidades: perspectivas de diálogo entre saberes e sujeitos**. Pesquisa realizada

como parte das atividades do pós-doutorado efetuado na Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

ONG, W. J. Orality and Literacy. **The Technologizing of the Word**. London and New York: Methuen, 1982, p. 10-15.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. *Interdisciplinarity in science, technology and innovation*. [s. l.], p. 998, 2011.

PNCSA. **Desastres Socioambientais das hidrelétricas no rio Madeira e a grande cheia de 2014: Caderno da Nova Cartografia**. [S. l.]: Projeto Mapeamento Social, 2014. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/06-desastres-socioambientais-das-hidreletricas-no-rio-madeira-e-a-grande-cheia-de-2014/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

PORTELLI, A. “Uchronic Dreams: Working-Class Memory and Possible Worlds”. In: *The Death of Luigi Trastulli*, 1991, State University of New York Press, 1991, p.p. 99-116.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 14, Traduzido por Maria Therezinha Janine Ribeiro, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 27 mar. 2024.

PORTELLI, A. **L'ordine è già stato eseguito. Roma, le Fosse Ardeatine, la memoria**. Roma, Ed.: Donzelli, 1999.

PORTELLI, A. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 7, n. 13, Traduzido por Lila Cristina Xavier Luz, p. 182–195, 2017.

PROFISSÃO REPÓRTER MOSTRA A MAIOR CHEIA DA HISTÓRIA DO RIO MADEIRA - PARTE 1 | GLOBOPLAY. Direção: Caco Barcellos. [S. l.]: Rede Globo, 2014. (25 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3284161/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PROJETO MAPEAMENTO SOCIAL. Desastres socioambientais das hidrelétricas no Rio Madeira e a grande cheia de 2014. **Caderno Nova Cartografia**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1–15, 2014.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: QUEIROZ, M. I. P. de; VON SIMSON, O. de M. V. **Experimentos Com Historias de Vida: Italia-Brasil**. São Paulo: Vertice/Ed Revista dos Tribunais, 1988. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000784157>. Acesso em: 31 mar. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**, [s. l.], p. 227–278, 2005.

REDE AMAZÔNICA. **ONG cria corrente virtual para ajudar população ribeirinha em Porto Velho**. [S. l.], 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/08/31/ong-cria-corrente-virtual-para-ajudar-populacao-ribeirinha-em-porto-velho.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. [S. l.]: Companhia das Letras, 2021.

RIGOTTO, R. M. As Técnicas de Relatos Orais e o Estudo das Representações Sociais em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 3, p. 116–130, 1998.

SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3–46, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Unidades de Conservação e Terras Indígenas**. 2018. Disponível em: <https://sempog.portovelho.ro.gov.br/artigo/20543/mapa-de-unidades-de-conservacao-e-terras-indigenas-em-porto-velho>. Acesso em 12 mai. 2024.

SIMON, A. L. H.; NOAL, R. E. A relevância do diagnóstico socioambiental nas ações de planejamento ambiental e gestão dos recursos naturais. Uma discussão sobre sua aplicação na microbacia hidrográfica do arroio Santa Bárbara - Município de Pelotas - RS. *In: I ENCONTRO SUL-AMERICANO DE GEOMORFOLOGIA*, 2004, Santa Maria. **V Simpósio Nacional de Geomorfologia**. Santa Maria: [s. n.], 2004. p. 1–10. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/5/2/Adriano%20Luis%20Heck%20Simom.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SOU DA BEIRA. Direção: Grupo Minhas Raízes. [S. l.: s. n.], 2020. (4:09). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2rI2gdE9pTg>. Acesso em: 27 mar. 2024.

TEIXEIRA, I. M. de C. **Saberes e práticas populares de saúde: os processos educativos de mulheres camponesas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSCar, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2624?show=full>.

TORRES, R. M. **Discurso e Prática em Educação Popular**. Ijuí: UNIJUI, 1988.

VALDANHA NETO, D. **Habitantes das águas em descompasso: processos de aprendizagem social desencadeados por situação de desastre**. 2019. 216 f. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27052019-145907/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

VALDANHA NETO, D. Possibilidades de Educação Popular e Extensão Universitária em uma comunidade ribeirinha do Baixo Rio Madeira/Amazônia. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, v. 32, p. 97–117, 2015.

VALDANHA NETO, D.; JACOBI, P. R. O movimento dos atingidos por barragens e o enfrentamento de desastre ambiental: uma aproximação prática da educação ambiental e do campo. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 25, n. 2, p. 233–261, 2020.

VALDANHA NETO, D.; WHITAKER, D. C. A.; VASCONCELOS, V. O. de. Educação e(m) Unidades de Conservação : luta por direitos e direito à luta. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 51–67, 2018.

VASCONCELOS, V. O. de. **Bebendo em fonte de água fresca: caminhos para a formação de agentes comunitários de lazer**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

VASCONCELOS, V. O. de; OLIVEIRA, M. W. Educação popular: uma história um que-fazer. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, p. 135–146, 2009.

VON SIMSON, O. de M. V. **Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.



## APÊNDICES

**APÊNDICE A:** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado pelo Comitê de Ética.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**(Resolução 510/2016 do CNS)**

**MEMÓRIA COLETIVA: UM ESTUDO DE NARRATIVAS ORAIS DA  
INUNDAÇÃO EM SÃO CARLOS DO JAMARI (RONDÔNIA) EM 2014 COMO  
FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE**

Você, \_\_\_\_\_, está sendo convidado (a) para participar da pesquisa sob o título “Memória Coletiva: Um estudo de narrativas orais da inundação em São Carlos do Jamari (Rondônia) em 2014 como ferramenta de fortalecimento da Comunidade”, a qualquer momento antes da conclusão desta, você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Os objetivos deste estudo são: “identificar quais são as práticas sociais e processos educativos que se manifestaram durante a inundação que ocorreu no Distrito de São Carlos do Jamari (Porto Velho – RO) em 2014”.

Sua participação neste estudo consistirá em conceder registro de observação em diários de campo e entrevistas gravadas para uso exclusivamente acadêmico. Os principais riscos com sua participação referem-se às situações de constrangimento e desconforto relacionadas ao compartilhamento de experiências da história de vida, sobretudo situações de violências e opressões que possam evocar experiências traumáticas. Cabe ressaltar, que serão tomadas providências para minimizar esses riscos, buscando criar ambientes acolhedores e dialógicos, deixando-a confortável para interromper e/ou suspender a entrevista sempre que julgar necessário. Não haverá benefícios e nem prejuízos financeiros para o entrevistado (a) com a pesquisa. Os benefícios da pesquisa se dão no sentido de contribuir com a história oral deste desastre socioambiental ocorrido na Comunidade Ribeirinha. Sendo a pesquisa investigativa e participativa de caráter dialógico, esta pode contribuir para reflexões que venham a fomentar o fortalecimento comunitário, a partir da partilha de experiências vivenciadas.

Salientamos que seu nome e da instituição a que está vinculado serão alterados garantindo sigilo. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o telefone da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento.

Outro ponto, é que ainda estamos em uma situação de Pandemia da COVID-19, e ainda há o risco de contágio. Por tanto, as atividades serão realizadas em locais de fácil circulação de ar e com o uso obrigatório de máscaras faciais e disponibilização de álcool em gel no ambiente.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar da mesma. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Página 1 de 2

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora: Anna Laura Lima Figueredo  
(RG: \_\_\_\_\_ / CPF: \_\_\_\_\_ / Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_) aluna regular do  
PPGE/UFSCar, orientada pelo Prof. Dra. Irai Maria de Campos Teixeira. Tel: (16)  
99962-9012).

São Carlos do Jamari - Porto Velho (RO), \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Nome da Participante da Pesquisa  
(RG: \_\_\_\_\_ / CPF: \_\_\_\_\_ / Tel.: \_\_\_\_\_)

Diante das explicações presentes neste termo, você considera estar  
suficientemente informada a respeito da pesquisa e concorda de livre e espontânea  
vontade em participar?

( ) SIM ( ) NÃO

## APÊNDICE B: ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES

- Data, horário, início e fechamento da entrevista e lugar de observação (local isolado, em ambiente familiar/residencial ou externo).
- **Aspectos sociais:**
  - Distribuição em relação a localização em que reside (em qual local de São Carlos do Jamari ou se mora em outra Comunidade, por exemplo).
  - Se narrou que morava em um local mais confortável antes da inundação (em relação a sua própria casa, comércio e comunidade como um todo).
  - Se houve algum aspecto da casa que residência que mudou: perdeu móveis ou estruturas de casa?
  - Aspectos dos espaços públicos que mudaram com a inundação de 2014.
  - Alterações na saúde pública (presença de verminoses e parasitoses).
- **Cultura: Possíveis (des)enraizamentos:**
  - Há aspectos dos saberes tradicionais (medicina, pesca e agricultura) que foram fragilizados com a inundação? Há medo?
  - O que os jovens estão fazendo atualmente? estão na escola ou trabalhando?
  - Aspectos de drogadição e alcoolismo.
  - Como estão organizados em instituições religiosas?
- **Aspectos da Memória Coletiva:**
  - Qual a relação entre três pontos: o passado (acontecimento histórico), o presente (narração do entrevistado) e a relação que existe e existiu entre estes períodos, podendo-se dizer que, a partir destas fontes orais, a história oral são os acontecimentos, a história da memória e a posterior revisão destes acontecimentos a partir da memória (Portelli, 1997).
  - Há narrativas em comum entre as entrevistas?
  - Há muitas pausas em determinadas passagens das histórias?
  - Observar e anotar gestos de comunicação (para possíveis cruzamentos de memórias e completar as gravações com estas anotações do diário de campo).

## APÊNDICE C: ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS

**Introdução:** Sou a Anna, moro no interior de São Paulo, e já estive aqui em São Carlos do Jamari em 2019, com o pessoal do NAPRA durante um mês. Quando eu estava aqui, fizemos entrevistas em 100 residências sobre as questões de saúde, educação e saneamento da Comunidade (água e esgoto) e em quase todas as entrevistas, as pessoas falam muito sobre a *cheia*<sup>75</sup> de 2014... e fui vendo que tinha muitas histórias em comum mas que pra mim, que sou de São Paulo, nunca tinha ouvido falar... aí pensei: “E se a gente juntasse as pessoas e escrevesse de verdade o que aconteceu?”. Pensei nisto e vi que o caminho poderia ser fazer uma pesquisa com este tema... aí, estou convidando você para participar dessa contação de histórias comigo. A qualquer momento, você pode pedir para parar a conversa ou não responder algo, caso não se sinta à vontade. Tudo bem se eu fizer uso do gravador do celular e algumas anotações no caderno?

### Perguntas:

- 1) Você estava na cheia em 2014?
- 2) Como foi para você receber a notícia da cheia?
- 3) Você saiu de São Carlos do Jamari ou permaneceu?
- 4) Como foi a volta para a Comunidade? (pergunta direcionada para aqueles que saíram).
- 5) Você acredita que a cheia foi um desastre ou influenciado pela instalação da hidrelétrica?
- 6) O que você acha que foi uma estratégia para superar este episódio?
- 7) Teve algo que você deixou de fazer depois da cheia?
- 8) Você acha que teve algum aprendizado com a cheia?

**Fechamento:** Gostaria de agradecer a participação na entrevista e queria saber primeiramente, se tem mais algo que você gostaria de compartilhar sobre a inundação... Também gostaria de consultar você qual é a melhor forma de eu divulgar este trabalho. Tem alguma sugestão de como você acha que melhor seria para a Comunidade e para as pessoas num geral saberem o que aconteceu no território em 2014.

---

<sup>75</sup> Cheia: Os Comunitários chamam - popularmente - a inundação de 2014, como cheia.

## APÊNDICE D: Anotações do Diário de Campo utilizados ao decorrer da Dissertação, pintados com cores distintas para diferentes tópicos

### I - Melhorias na infraestrutura na Comunidade de 2019 para 2022:

a)

Ao chegar, logo na entrada da Comunidade, se passa pela Administração do Distrito (que é como uma Prefeitura local, inclusive tendo funcionários concursados públicos). Ao caminhar até a frente, percebo que sou reconhecida por um Comunitário e logo começamos a conversar sobre o NAPRA (a ausência da atuação da ONG presencialmente desde 2019), sobre a Pandemia da COVID-19 e as mudanças da Comunidade: agora há asfalto nas ruas de SCJ<sup>2</sup> e isto parece que além da melhoria para o tráfego de pedestres e motos, também trouxe melhorias no que diz respeito a “auto-estima” do morador de São Carlos, que conta com orgulho sobre este fato.

---

<sup>2</sup> Com a inundação da 2014, os asfaltos foram cobertos de lama e foram totalmente danificados. Quando fui a primeira vez com o NAPRA (2019), não havia asfalto.

b)

(...) Eu comentei que queríamos ir sim e perguntei como fazíamos para ir de moto (jeito que eu fui em 2019), ele logo falou que a estrada foi aberta e que tinha duas maneiras: de carro e de moto (por um tempo de 15/20 minutos, diferente de 2019 que demorava 45 minutos).

c)

Encontramos um comunitário, dono de um antigo bar e já conhecido meu. Conservamos sobre a diferença da Comunidade em 2019 para os dias atuais e juntos fizemos algumas recordações de lembranças individuais (memórias) de alguns fatos: antes a comunidade estava sem asfalto (o que ele também fala com muito orgulho) e também da abertura da estrada de São Carlos do Jamari até a RESEX Lago do Cuniã. Quando fui pela primeira vez para o Cuniã, fui andando com a Equipe do NAPRA durante cerca de 3h30min saindo de São Carlos e na volta de moto, por cerca de 45 minutos.

### II - Falta de variedades de biodiversidade e alimentação da Comunidade:

a)

Após ajeitar um pouco as coisas da casa (limpeza), almoçamos salgados e refrigerante na padaria (é a única da Comunidade). Ayrton logo reparou a falta de frutas no local e a presença grande de industrializados. Há uma quantidade considerável de peixe e carne vermelha enlatados e quase nenhuma fruta, verdura e hortaliças nos mercados. Talvez, o nosso imaginário da Amazônia seja de um lugar mais preservado, com disponibilidade de alimentos, em relação a biodiversidade, porém, é preciso lembrar que São Carlos do Jamari também é uma comunidade recém inundada (2014) e que perdeu muito de suas árvores e roças durante esse episódio.

b)

Ele é aposentado como serviços gerais da Prefeitura de Porto Velho. Porém, tem sítios em dois lugares além de sua casa em São Carlos do Jamari. Ele tinha mais de 1500 plantios de açaí e cupuaçu, mas relata que depois da cheia, perdeu tudo isto e desanimou para plantar de novo (mesmo tendo as mudas necessárias).

### III - Coletividade:

a)

Quando estávamos comendo, encontramos um Líder Comunitário, uma figura conhecida no Lago do Cuniã. Conversamos com ele e me identifiquei como “uma menina do NAPRA” e logo ele me disse que me reconheceu e convidou a gente para o seu próprio aniversário no dia seguinte. Eu comentei que queríamos ir sim e perguntei como fazíamos para ir de moto (jeito que eu fui em 2019), ele logo falou que a estrada foi aberta e que tinha duas maneiras: de carro e de moto (por um tempo de 15/20 minutos, diferente de 2019 que demorava 45 minutos).

b)

Comentamos com ele que estávamos procurando um local para jantar, porém, ele sabia que todos estavam fechados. Chamou um outro Comunitário, que foi voluntariamente, procurar de moto algum lugar para a gente. Ao não nos encontrar, nos convidou para ir em uma pousada, onde nos dariam comunidade (de graça). Esquentaram uma janta para a gente e nos ofertaram. Uma moça que estava no local disse algumas frases que me fez pensar novamente neste senso de coletividade:

*“Não tem como dormir com a barriga vazia, Toma 2 bananas aqui, um pobre que se preze, tem que comer arroz-e-feijão com banana)”*.

#### IV - Cheia:

a)

Ela diz que nunca viu uma cheia daquelas e faz algumas caretas quando narra sobre o cheiro que a cheia deixou a comunidade e que precisou limpar e pintar a sua casa. Também conta com tristeza que em 2014, ela tinha recém reformado sua casa (6 meses) e houve a inundação.

b)

(...) Faz algumas reflexões também: já foi entrevistado diversas outras vezes (inclusive para saber informações estruturais de sua casa para uma possível indenização financeira), mas ele não acredita mais na indenização e se mostra descontente com o que aconteceu na cheia.

#### V - Frases:

a)

*“Apesar de vocês terem ‘estudo’, a gente que nasceu no mato, que sabe...”*

b)

*“Cada um vai ter uma experiência da cheia, que você for conversar”*

#### VI - Notas do observador:

a)



*Ela compara a cheia como um descanso, porque não precisava trabalhar neste período e pode receber seu salário por ser funcionária pública.*

b)

*NO: Ela tinha comentado que realmente, não gostava de visitas, mas insistia para a gente entrar e conhecer sua casa. Acho bem interessante este laço de amizade!*

c)

*NO: Acredito que seja difícil, pelas poucas entrevistas que eu fiz, realizar ela em um lugar realmente isolado com o entrevistado ou a entrevistadas. A comunidade tem um jeito de se relacionar em grupo e que não é muito compatível em fazer as coisas neste molde acadêmico.*

d)

*NO: Sinto dificuldade em conduzir as perguntas, porque o assunto vai sendo direcionado para a religião e não quero cortá-lo. Parece que ele quer também desabafar sobre pontos que acha também errados na Igreja.*

e)

*NO: Penso que para os Povos Tradicionais, a oralidade deva ser algo muito importante as pessoas mais velhas, são as mais experientes de vivência. Se um senhor, acha que falou algo errado em uma entrevista para uma pessoa externa da comunidade, eu acredito ser algo grave, porque uma pessoa que é antiga na comunidade e que todos conhecem... pensar que está errado em seus pensamentos?*

f)

*NO: É difícil uma mulher poder contar sua própria história na Comunidade.*



## APÊNDICE E: Divulgação da Pesquisa em eventos - oportunidade de ampliação das vozes de uma Comunidade Ribeirinha que teve seu território inundado em 2014

*“Apesar de vocês terem estudos, a gente que nasceu no mato, é que sabe...”*. (Frase dita à pesquisadora por um Líder Comunitário da RESEX Lago do Cuniã - vizinha à São Carlos do Jamari).

Durante o período de mestrado, eu, me reconhecendo como pesquisadora **latinoamericana**, pertencente à uma linha de pesquisa que reforça o olhar **suleador** para as pesquisas, compreendi que para além dos créditos curriculares, esta janela de tempo que estive na acadêmica poderia ser uma oportunidade também de participar de eventos acadêmicos, para a divulgação de minha pesquisa, para que a história oral da inundação de São Carlos do Jamari e o desvelar sobre os processos educativos inerentes a este episódio, fossem dialogados para além dos muros da Universidade, com o objetivo que as pessoas que participaram desses eventos pudessem contribuir com suas reflexões e apontamentos a partir da compreensão de que esta Comunidade Ribeirinha enfrentou e enfrenta consequências deste episódio e precisam se articular em práticas sociais de resistência e luta pelo reeinzamento após a inundação de 2014.

Apoiando-se na ferramenta metodológica da Memória Coletiva, busquei fazer uma denúncia e registro deste episódio histórico a partir do protagonismo das narrativas das próprias ribeirinhas e ribeirinhos que vivenciaram o ocorrido.

Desta maneira, a pesquisa pode ser entendida como um porta-voz para ecoar estas memórias como propõe os autores Arlindo Phillipi Júnior e Antônio J. Silva Neto (2011) sobre o papel da pessoa pesquisadora dentro da universidade que atua junto à movimentos sociais e comunidades tradicionais:

(...) De diversas formas, os pesquisadores envolvidos com temas socioambientais, são porta-vozes dos discursos dos movimentos sociais dentro da universidade; são tradutores desses discursos para uma linguagem científica. Ao agir assim, desafiam os limites tradicionais da ciência que, em sua trajetória, tinha rompido com tudo que pudesse ser classificado como senso comum. Ao propor um diálogo com os movimentos sociais, com comunidades tradicionais e com saberes não científicos, os pesquisadores de temas socioambientais reconhecem os limites do conhecimento científico e a legitimidade de interlocutores externos à academia. Por essa via, procura-se fazer com que a ciência

finalmente assuma compromissos com as consequências de suas descobertas e desenvolvimentos” (Phillipi Júnior, A; Silva Neto, A. J, 2011, p. 300).

A seguir, serão listados os eventos em que participei com projetos relacionados à minha pesquisa.

**Quadro 6** – Participação em eventos acadêmicos para divulgação da pesquisa sobre a inundação em São Carlos do Jamari.

| <b>Data</b>                | <b>Evento</b>                                                                     | <b>Título do trabalho</b>                                                                                                                                | <b>Organização do evento</b>                                                |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| 05 de Abril de 2022.       | XIII Seminário de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação.  | Memória Coletiva: Um estudo de Narrativas Oraís da inundação em São Carlos do Jamari (Rondônia) em 2014 como ferramenta de fortalecimento da comunidade. | Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).                                |
| 7 a 9 de Setembro de 2022. | XXIX Jornadas de Jóvenes Investigadores 2022*.                                    | Memoria Colectiva: Voces de la Comunidad Ribereña “São Carlos do Jamari” frente a la gran inundación de 2014.                                            | Universidad San Francisco Xavier de Chuquisaca - Bolívia (Sucre).           |
| 17 de Outubro de 2022.     | II Conferência Freire: Construindo a parte entre educação popular e universidade. | Inundação na Comunidade Ribeirinha São Carlos do Jamari (2014): Práticas Sociais de Resistência e Sobrevivência frente a este desastre ambiental.        | Rede Emancipa e Cambridge Latin American Research in Education Collective . |

**Fonte:** Elaboração própria (2024).

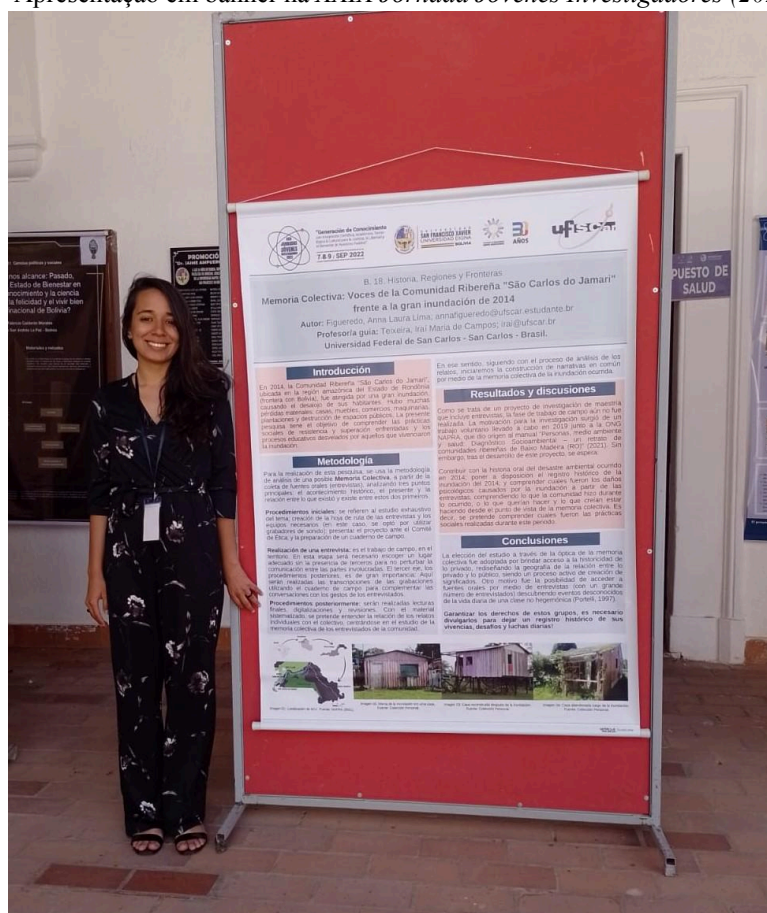
\* Nos dias 7, 8 e 9 ocorreu a **XXIX Jornada Jóvenes Investigadores** organizada pela AUGM (*Asociación de Universidades Grupo Montevideo*) realizada na Universidade Mayor, Real y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca (Bolívia). Nesta edição, o evento teve como temática a “Geração de conhecimento com integração científica, acadêmica, tecnológica e cultural para a justiça, liberdade e bem-estar dos nossos povos”. O evento contou com uma programação repleta de apresentações de pesquisas de estudantes de graduação e pós-graduação de Universidades do Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina (que são os países pertencentes à AUGM). Além disto, também houveram encontros de apresentações de teatro e música tradicionais bolivianas, promovendo o intercâmbio cultural.

O Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar (PPGE/UFSCar) estava presente com três integrantes, compartilhando contribuições científicas acerca de suas pesquisas e projetos de extensão sobre educação, e entre eles, eu com a minha pesquisa

intitulada “**Memoria Colectiva: Voces de la Comunidad Ribereña ‘São Carlos do Jamari’ frente a la gran inundación de 2014**”, representando a Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos. Aproveitei a oportunidade de estar em Sucre (Bolívia) para conhecer o Centro de *Educación Especial Psicopedagógico*, que atende crianças e jovens com deficiência com atividades de terapia ocupacional e de cursos voltados à profissionalização (como a culinária e costura para adolescentes). Diferentemente do sistema brasileiro de ensino regular, estes estudantes não frequentam o que conhecemos como “escola regular” e sim às *chamadas* “*escuelas para discapacitados*”. A visita foi guiada por uma professora da instituição que anterior a este encontro, havia feito uma palestra sobre inclusão de pessoas com deficiência no evento da AUGM.

A seguir, serão ilustradas algumas imagens da minha participação na *XXIX Jornada Jóvenes Investigadores (2022)*.

Figura 26 – Apresentação em banner na *XXIX Jornada Jóvenes Investigadores (2022)*.



Fonte: Acervo Pessoal (2022).

Figura 27 – Apresentação oral na *XXIX Jornada Jóvenes Investigadores* (2022).



**Fonte:** Acervo Pessoal ( 2022).

A imagem a seguir, mostra a participação de pesquisadoras e pesquisadores de diversas universidades conveniadas com a AUGM de países distintos e que participaram da Jornada, compartilhando seus estudos (avanços e desafios) dentro do território da América Latina. Junto à pesquisadora, estiveram presentes outras pessoas da pós-graduação representando a UFSCar: foi um momento de partilha e socialização do estudo sobre as memórias coletivas da inundação de 2014.

Figura 28 – Participantes da XXIX Jornada Jóvenes Investigadores e o Reitor da Universidad San Francisco Xavier de Chuquisaca - Bolívia (Sucre).



**Fonte:** Universidad San Francisco Xavier de Chuquisaca – AUGM (2022).

Foi de extrema importância a participação no evento, para a criação de redes de trocas de conhecimentos e saberes multiculturais, vislumbrando experiências e desafios de pesquisadoras e pesquisadores da América Latina. Foi uma oportunidade também de passar por uma banca avaliadora que fez contribuições bastante pertinentes para a continuação da escrita do projeto de pesquisa, que no momento do evento, ainda não havia “resultados de pesquisa” por ser anterior a coleta de dados/ida a campo.

Para além das publicações em eventos, também participei de um Programa de Intercâmbio (“*Programa de Posgrado*”) organizado pela AUGM, a partir do Edital SRInter nº 19/2022, de mobilidade entre estudantes em 2023, que disponibiliza uma (1) vaga para mestrado e uma (1) vaga para doutorado, a partir de uma análise de Currículo Acadêmico e Carta de Apresentação para universidade anfitriã. Me inscrevi e foi selecionada para estudar na UNCuyo (*Universidad Nacional de Cuyo*) na cidade de Mendoza (Argentina), na *Facultad de Ciencias Políticas y Sociales* (FCPYS) em Março de 2023, com o cronograma de estudos voltadas às seguintes temáticas: Povos Tradicionais e Epistemologias.

A UNCuyo, foi a mesma universidade que estudou o filósofo Professor Enrique Dussel (entre 1953-1957). Dussel faleceu em Novembro de 2023 no México, com 89 anos (local que residia desde 1975). Dussel trouxe enormes avanços nos estudos e debates sobre: a libertação da cultura periférica oprimida pela cultura imperial, o

conceito de transmodernidade <sup>76</sup>e do diálogo intercultural<sup>77</sup> - dialogados na Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos do PPGE/UFSCar. Compreendendo a importância filosófica e no âmbito da educação do Professor Enrique Dussel, a seguir colocarei algumas contribuições deste, estudados por mim no decorrer do mestrado.

No final dos anos de 1960, com o surgimento das ciências sociais críticas latino-americanas e movimentos populares e estudantis, produziu-se a filosofia da cultura. Com isto, se iniciou a conceituação de **centro** e **periferia**, como forma de compreender questões de dominação e exploração, com assimetria entre os atores. Neste período, se iniciam encontros do Sul com o Sul (América Latina, África, Ásia e Europa Oriental), refletindo o diálogo assimétrico e de dominação entre as culturas periféricas. Desta maneira, a filosofia latino-americana também pode ser pensada como uma filosofia da libertação. Estas assimetrias podem ser pensadas como:

As culturas pós-coloniais (América Latina desde o século XIX e a Ásia e África, após a 2ª Guerra Mundial), fragmentadas internamente entre grupos articuladores aos impérios, elites ‘ilustradas’, cujo domínio significava dar as costas para a cultura ancestral regional; e a maioria da população, fiel às suas tradições, defendendo-se (muitas vezes de forma fundamentalista) contra a imposição de uma cultura técnica e economicamente capitalista (Dussel, 2005, p. 53).

Dussel (2005), debate que é preciso gerar uma libertação da cultura popular, isto é, a compreensão de que a cultura não é sinônimo de um simples populismo, ideia esta construída pela cultura periférica oprimida pela cultura imperial. Este pensamento, é dividido algumas sessões: é importante se superar os limites reducionistas, construindo a história cultural latino-americana no contexto da história mundial; a cultura como modo ou um sistema de tipos de trabalho; análise de experiência cultural, pensando nas lutas epistemológicas, na América Latina: **reforçando a ideia de que a cultura popular é a noção chave para a libertação**; a ideia de que as pessoas oprimidas são desprezados pelas pessoas dominantes, reduzindo suas narrativas e reforçando estigmas sociais.

Dussel traz a reflexão sobre a nossa exclusão, enquanto latino-americanos na história universal, uma vez que é vista sob a ótica eurocentrada, entendendo a assimetria

---

<sup>76</sup> Transmodernidade” indica todos os aspectos que se situam “além” (e também, cronologicamente, “anteriores”) das estruturas valorizadas pela cultura euro-americana moderna, e que atualmente estão em vigor nas grandes culturas universais não europeias e foram se movendo em direção a utopia pluriversal (Dussel, 2005, p. 63).

<sup>77</sup> Enrique Dussel (2005) propõe um diálogo intercultural simétrico entre os críticos das culturas periféricas (que foram colonizadas, excluídas, desprezadas, negadas e ignoradas pela Modernidade eurocentradas, mas sem serem eliminadas) em seu texto sobre Transmodernidade e Interculturalidade.

do sistema colonial, que aloca as demais culturas como mais primitivas, pré-modernos, tradicionais e subdesenvolvidas. Neste diálogo assimétrico, parecem existir as “culturas superiores” e as “outras”) - abrindo os debates sobre a dominação e libertação, em que as culturas universais assimétricas são espelho de condições econômicas, políticas, científicas, tecnológicas e militares.

Desta maneira, foi e é uma grande honra beber da fonte da Universidade que acolheu um dos autores mais lidos na Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos do PPGE/UFSCar e compartilhar os estudos sobre povos tradicionais e epistemologias do sul dentro da UFSCar por meio do presente estudo.

Durante o intercâmbio, foi possível (através de articulações da Professora Anfitriã da UNCuyo) - Professora Doutora em Ciências Sociais do Departamento de Epistemologia das Ciências Sociais da UNCuyo - conhecer a escritora Silvia Roxana Lemos, autora do livro: “*Amanecer de Estados Plurinacionales: Crepúsculo 2020*”, livro que narra a história dos Povos Originários *Huarpes* da Argentina (na cidade de Mendoza- Argentina) e trocar saberes e anseios nos estudos de povos tradicionais (no caso desta pesquisa, comunidades ribeirinhas) e povos originários (indígenas argentinos) no campo da educação e sociologia.

Sobre o livro a partir da Introdução dele:

Este livro contém a tese que reuniu reflexões e perspectivas críticas da investigação durante 7 anos, dentro do Mestrado em Estudos Latinoamericanos FCPYS-UNCuyo, que indagou a história, antropologia e arqueologia cuyana para abordar a reconstrução espiritual, história de política de Cuyum, partindo dos “Huarpes históricos”, para vincular aos “modernos”, e desta maneira não subestimando a importância da verdadeira matriz fundadora de Abya Huape, que antecede o capitalismo, portanto, não é cristã e nem ocidental. Se os Huarpes Históricos não forem evidenciados, será difícil resolver o problema étnico ancestral na Mendoza contemporânea (Lemos, 2020 - Tradução Própria).

Ainda sobre a conversa sobre os Huarpes, foi possível através desse diálogo com a autora do livro, fazer a articulação com uma liderança Huarpe da *Comunidad Huarpe Guaytamari* do território de Uspallata (Mendoza) e conhecer a comunidade local, que abriga um Centro Cultural que é palco para diversos encontros nacionais para debates dos povos originários da argentina, assim como outras pessoas do mundo inteiro os visitam. Durante a estadia no local, foi possível compartilhar sobre o estudo das



memórias coletivas da inundação de 2014 e se aproximar da cultura popular Huarpe a partir dos diálogos e vivências.

Figura 29 – Pesquisadora PPGE e Liderança da *Comunidad Huarpe Guaytamari*.



**Fonte:** Acervo Pessoal (2023).

Figura 30 – Pesquisadora PPGE no *Centro Cultura da Comunidad Huarpe Guaytamari* com lideranças dos povos indígenas huarpes.



**Fonte:** Acervo Pessoal (2023).

Também vale ressaltar que, como este intercâmbio foi em uma janela de tempo curta após às eleições presidenciais brasileiras (2022)<sup>78</sup>, foi muito discutido a relevância e importância da criação dos Ministério dos Povos Indígenas (criado em 2023) liderado

<sup>78</sup> A eleição presidencial elegeu o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva no Segundo Turno em Outubro de 2022, tomando posse no primeiro dia de 2023.



pela Ministra Sônia Guajajara (mulher, indígena do povo Guajajara/Tenetehara) para a luta, manutenção, garantia de direitos humanos e sobrevivência dos povos tradicionais de maneira geral dentro de um sistema democrático do território brasileiro - foi muito dialogado como avanço uma vez que as pautas sobre a Amazônia e Povos Tradicionais e Originários Brasileiros foram negligenciados pelos Governos antecessores a este (Governo Temer 2016-2019 e Governo Jair Messias Bolsonaro 2019-2022). Poder dialogar sobre nossos desafios, anseios e esperar sobre um mundo mais justo e igualitário alimenta nossos sonhos e utopias de uma sociedade sem opressão, dialógica e diversa!

## ANEXOS

## ANEXO A: Aprovação para o Comitê de Ética da UFSCar.



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Memória Coletiva: Um estudo de narrativas orais da inundação de São Carlos do Jamari (Rondônia) em 2014 como ferramenta de fortalecimento da Comunidade.

**Pesquisador:** ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 57920222.6.0000.5504

**Instituição Proponente:** CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.570.906

## Apresentação do Projeto:

**Desenho:** Em 2014, o Distrito de São Carlos do Jamari (Comunidade Ribeirinha da Amazônia), localizado no Baixo Rio Madeira (Rondônia), foi atingido por uma grande inundação, causando o desalojamento de seus moradores (que foram abrigados em Porto Velho-RO) durante cerca de quatro meses em alojamentos de lonas. Houve diversas perdas: casas, móveis, comércios, maquinários, plantações e destruições de espaços públicos. A partir de um trabalho de diagnóstico socioambiental participativo realizado em Julho de 2019, desenvolvido pelo NAPRA (Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia), em que a presente pesquisadora estava presente, pôde-se observar que haviam narrativas em comum entre os comunitários sobre este episódio para explicar essa transformação ocorrida no território, criando uma imagem para este cenário histórico. O presente trabalho pretende compreender quais foram as práticas sociais de superação e resistência frente à este episódio e os processos educativos desvelados por estas, através do estudo de narrativas orais, por meio de entrevistas entre os comunitários, com o apoio da inserção na Comunidade por parte de uma Liderança Local, que aceitou previamente participar do projeto. Estas narrativas, poderão contribuir para a formulação da história oral e compreensão da memória coletiva gerada pelos envolvidos neste desastre ambiental.

**Resumo:** Em 2014, o Distrito de São Carlos do Jamari (Comunidade Ribeirinha da Amazônia),

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**UF:** SP **Município:** SÃO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9685

**CEP:** 13.565-905

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 5.570.908

localizado no Baixo Rio Madeira (Rondônia), foi atingido por uma grande inundação, causando o desalojamento de seus moradores (que foram abrigados em Porto Velho-RO) durante cerca de quatro meses em alojamentos de lonas. Houve diversas perdas: casas, móveis, comércios, maquinários, plantações e destruições de espaços públicos. A partir de um trabalho de diagnóstico socioambiental participativo realizado em Julho de 2019, desenvolvido pelo NAPRA (Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia), em que a presente pesquisadora estava presente, pôde-se observar que haviam narrativas em comum entre os comunitários sobre este episódio para explicar essa transformação ocorrida no território, criando uma imagem para este cenário histórico. O presente trabalho pretende compreender quais foram as práticas sociais de superação e resistência frente à este episódio e os processos educativos desvelados por estas, através do estudo de narrativas orais, por meio de entrevistas entre os comunitários, com o apoio da inserção na Comunidade por parte de uma Liderança Local, que aceitou previamente participar do projeto. Estas narrativas, poderão contribuir para a formulação da história oral e compreensão da memória coletiva gerada pelos envolvidos neste desastre ambiental.

**Introdução:** O presente projeto pretende compreender sob a ótica da memória coletiva, um acontecimento histórico: a inundação ocorrida em 2014, em um dos distritos de Porto Velho (RO), São Carlos do Jamari, que é margeado pelo Rio Madeira (local isolado geograficamente do centro urbano), que deixou o território submerso, danificando e destruindo casas, móveis, maquinários, comércios, plantações e espaços públicos. Este desastre ocorreu em meio à instalação controversa de um Complexo de duas grandes Usinas Hidrelétricas: Santo Antônio e Jirau (VALDANHA NETO, 2019), incentivadas a partir do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Porto Velho possui 12 distritos. Durante este acontecimento, diversos bairros do distrito-sede (Porto Velho) e demais distritos (que são consideradas, Comunidades Ribeirinhas), foram atingidos e por conta disso foi decretado estado de calamidade pública no município como um todo, reconhecido pelo Estado Federal, com apoio à alojamentos para estas famílias, inicialmente em prédios estaduais e escolas estaduais e posteriormente em um abrigo unificado, com estruturas de barracas de lona. São Carlos do Jamari, entre os doze, foi o mais afetado (VALDANHA NETO, 2019). Além da comunidade aqui analisada, a estrada que facilita o acesso à ela, a BR-364, também ficou submersa. Após cerca de quatro meses, os moradores puderam voltar para o distrito, sem suporte financeiro para este deslocamento e reconstrução de suas casas, comércios e plantações. A dimensão desta problemática socioambiental, demonstra uma total vulnerabilidade desta Comunidade Ribeirinha. A partir de Janeiro de 2019, a presente pesquisadora iniciou um processo de voluntariado na ONG

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SÃO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9685

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 5.570.906

(Organização Não Governamental) NAPRA (Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia), que atua na região do Baixo Rio Madeira, há mais de vinte anos. Nos primeiros seis meses, a Organização elaborou para os novos voluntários (que entraram por meio de um processo seletivo de três etapas), encontros formativos na cidade de São Carlos (SP), abordando questões relacionadas à: saúde, educação do campo, organização social (modelos de cooperativismo e associações comunitárias), movimentos sociais e contextualizações sobre o território amazônico, sobretudo, da região em que se apoiam os projetos. Após estes encontros, no mês de Julho, foi realizada uma atuação presencial na Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari, com duração de trinta dias. Durante este período, foram realizadas entrevistas com pessoas de 100 residências distintas. Para a seleção das casas, foi feita uma divisão manual no mapa do local, com a finalidade de conseguir uma amostragem considerável de cada área. As entrevistas eram realizadas em duplas de entrevistadores, para que um pudesse anotar e outro pudesse ter uma relação direta com o entrevistado. O questionário abordava questões relacionadas à caracterização da família (nome, idade, estado civil, local de nascimento, tempo que mora na Comunidade, último local de residência, documentos que possuíam e se acessava a internet), educação (nível de escolaridade, possíveis evasões e motivações), caracterização econômica (origem das fontes de renda, quantidade de salários mínimos no núcleo familiar e recebimento de benefícios sociais), saúde e qualidade de vida (doenças, se faz acompanhamento médico e onde, uso de medicações contínuas, se nos últimos 12 meses tiveram alguma doença relacionada a falta de saneamento básico), infraestrutura e saneamento (origem e destinação da água e resíduos sólidos gerados, se possuíam banheiros e acesso à luz elétrica) e sobre a comunidade (quais eram os maiores problemas e quais seriam as possíveis soluções sugeridas pelos comunitários). Neste questionário, não havia nenhuma pergunta sobre a inundação ocorrida em 2014, porém, era recorrente que os comunitários trouxessem essa problemática à tona, citando: a piora da qualidade da água retirada do único poço comunitário (que teve o sistema de encanamento comprometido); as fossas caipiras que foram abertas e resíduos sólidos que se espalharam por toda a Comunidade; a não indenização dos moradores; a volta à Comunidade após o nível do rio abaixar (que reúne relatos de como as casas estavam com lama há mais de 1 metro de altura em relação ao chão e a perda de bens materiais); os meses de entrega de cestas básicas distribuídas pela Defesa Civil e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens); o aumento significativo da drogadição entre jovens e adultos; e a insegurança em se produzir em sistemas de plantios de várzea (por não ser mais uma compreensão comum os níveis do rio durante o ano). Isto é, através deste trabalho de campo, notou-se que, durante as trocas entre entrevistadores e entrevistados, houve uma certa

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-906

**UF:** SP

**Município:** SÃO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9685

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.570.906

experiência comum partilhada em suas memórias sobre o desastre ambiental ocorrida em 2014, conferindo certo sentido aos acontecimentos, muito diferente daquele atribuído pela imprensa ou pelas instituições que acompanharam o caso. Ou seja, há aqui um nítido conflito entre as fontes orais e as escritas em relação à narrativa da tragédia ambiental. A história oral é uma forma de se acrescentar às inúmeras fontes escritas testemunhos captados oralmente, através daqueles que participaram do evento de estudo, com uma multiplicidade de pontos de vista. Para este procedimento, são utilizadas as fontes orais, isto é, as narrações individuais, construídas com a participação direta entre o historiador e narrador, que precisam ter a disponibilidade de escuta e a de falar. Estas fontes são agrupadas em três pontos: o passado (acontecimento histórico), o presente (narração do entrevistado) e a relação que existe e existiu entre estes períodos, podendo-se dizer que, a partir destas fontes orais, a história oral são os acontecimentos, a história da memória e a posterior revisão destes acontecimentos a partir da memória (PORTELLI, 1997). Recorremos aos testemunhos para colaborar ou invalidar algum fato, mas também para completar algo que já sabemos de um acontecimento, do qual já estamos de alguma forma informados. Não estamos sozinhos ou podemos afirmar que pensamos sozinhos, porque nossos pensamentos se entrelaçam com o do grupo/comunidade em que convivemos durante aquela recordação. Quando reencontramos um amigo, por exemplo, pensamos em algo que vivemos, resgatamos juntos circunstâncias distintas do que cada um se lembra do mesmo acontecimento, isto é, cada um, pode recordar mais ou menos que o outro: por estar mais presente no grupo em que ocorreu o acontecimento (permanecendo neste), por participar de comunidades mais reduzidas de convívio ou por estar mais comprometido com este grupo, porém, essa reconstrução se opera a partir de noções em comuns com as dos outros (HALBWACHS, 1968). O conceito de memória pode ser entendido, primeiramente, como individual e psicológica, onde é possibilitado ao sujeito a atualização das impressões e informações vividas (LE GOFF, 1990), sendo uma experiência interior e subjetiva. A partir da reunião de documentos, esta memória individual pode se tornar compartilhada e tornar-se um fenômeno social. Desta maneira, utilizar a história oral, torna-se extremamente importante para a historiografia, uma vez que esta explora os campos da antropologia cultural, psicologia individual e a crítica textual (PORTELLI, 1997) de uma classe social não dominante, demonstrando-se um estudo entre outras facetas, multidisciplinar. A partir da experiência empírica, observou-se que, com a inundação, a rotina dessa comunidade ribeirinha, foi modificada de forma acelerada. Desta maneira, optou-se em fazer um estudo mais aprofundado sobre as práticas sociais desenvolvidas pela comunidade frente a esta tragédia ambiental (como resistiram e superaram este acontecimento? Quais foram as formas de

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905  
**UF:** SP **Município:** SÃO CARLOS  
**Telefone:** (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br





UFSCAR - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 5.570.906

manutenção simbólica e material vivenciadas?), utilizando-se da óptica da memória coletiva, entendendo como práticas sociais, as interações entre os indivíduos em seus ambientes, com a produção de bens, transmissão de valores, significados, ensinamentos e vivências, com a finalidade de manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas (OLIVEIRA et al., 2014, p.6). Para isto, se pensa em trabalhar com a educação como processo de humanização, que ocorre entre os seres humanos, em conjunto com as classes populares a partir do diálogo (VASCONCELOS, V. O.; OLIVEIRA, M. W, 2009) e pela possibilidade de se compreender os processos educativos que se desvelam durante essa janela de tempo escolhendo entrevistados de diferentes idades, religiosidades, escolaridades, gênero e ocupação, que vivenciaram a inundação em 2014, compreendendo que estes vivem diariamente lutas e violências epistemológicas, da não valorização de seus conhecimentos por estarem em um local, que Boaventura de Souza denomina como sendo uma linha do pensamento abissal excluída.

**Hipótese:** Acredita-se que as práticas sociais que serão investigadas nesta pesquisa sinalizem para experiências de superação e resistência frente a este cenário de desastre ambiental vivido pelos comunitários ribeirinhos, ocasionado pela inundação de 2014 em São Carlos do Jamari.

**Metodologia Proposta:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com inspiração na pesquisa participante e cuja coleta de dados seguirá o referencial teórico da Memória Coletiva. Para a coleta de dados, será realizada uma cuidadosa análise documental, incluindo textos escritos, reportagens, entrevistas e vídeos que retratam a enchente de 2014. Em seguida, será realizada uma inserção no campo de pesquisa, onde as etapas da Metodologia da Memória Coletiva serão seguidas com rigor metodológico: coleta de entrevistas como fonte oral, gerando a memória individual de cada entrevistado, que quando cruzado os pontos em comum entre os entrevistados, gera a memória coletiva sobre o acontecimento analisado. Neste processo, será realizado um cuidadoso registro em diário de campo e as entrevistas semi-estruturadas. Para este trabalho, optou-se por entrevistar sujeitos que vivenciaram a inundação de 2014 e que representam uma ampla diversidade amostral, sendo eles diversos em gênero, escolaridade, idade, ocupação e religiosidade. Por se tratar de uma pesquisa participativa, teremos como pesquisador participante e colaborador uma liderança comunitária que irá nos auxiliar na busca desses sujeitos, assim como na nossa aproximação com os mesmos. Esta escolha foi feita pensando na possibilidade potencializadora de um trabalho participativo, inclusivo e dialógico, tendo em vista o compromisso em se compartilhar estes dados com os moradores da comunidade. Após os resultados sistematizados com o aprofundamento dos estudos, a última etapa será a divulgação destes dados

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SÃO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9685

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.570.906

de forma acessível e responsável para os comunitários, e organizar com os participantes um projeto de valorização da memória coletiva para divulgação para o próprio Distrito.

**Critério de Inclusão:** Poderão participar da pesquisa sujeitos escolhidos pela pesquisadora, em parceria com o Líder Comunitário, pessoas que vivenciaram a inundação de 2014, acima de quinze anos, que contemplem uma amostra de diversidade de gênero, ocupação, idade, escolaridade e religiosidade, que concordem em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

**Critério de Exclusão:** Serão excluídas da pesquisa pessoas que não vivenciaram a inundação de 2014, que tenham menos de quinze anos e não concordem em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

**Metodologia de Análise de Dados:** Como metodologia principal, foi escolhida a captação de fontes orais, para a construção da história oral. Esta última não pode ser entendida como acessória às outras historiografias e sim como uma ciência. A partir das fontes orais, isto é, dos relatos orais captados a partir de entrevistas, podemos compreender qualitativamente um acontecimento, tomando o resultado deste, uma fonte de dados. Os estudos da história oral se iniciaram no século XIX no mundo e no Brasil os relatos orais tiveram suas representações nas décadas de 40 e 50, com os estudiosos: Roger Bastide, Renato Jardim Moreira, Maura Isaura Pereira de Queiroz e Florestan Fernandes (RIGOTTO, 1998), sendo extremamente importante para reconstruir os acontecimentos que os entrevistados vivenciaram e como estas narrativas individuais podem ter significados, tendo uma relação deste com o grupo que ele participa. Outra autora de extrema importância é a Ecléa Bossi, que desenvolveu seu trabalho sobre narrativas orais no Brasil, trazendo grande contribuição para os estudos da memória individual. Desta maneira, para que ocorra a construção das narrativas orais, é necessário que a pesquisadora tenha disponibilidade de escuta e o entrevistado, tenha disponibilidade para falar. Os recortes para a realização dos relatos serão feitos a partir do desastre ambiental de 2014 (isto é, o período histórico, será limitado nos "pós inundação"), com o objetivo de se ampliar e completar a história escrita (já retratadas em alguns trabalhos acadêmicos e mídia local). A pesquisadora terá a autonomia para direcionar a narração, a partir deste recorte, com o objetivo de encontrar na dimensão individual, os registros coletivos (RIGOTTO, 1998). Desta maneira, a partir da técnica de captação de fontes orais, isto é, construindo a história oral, pretende-se aprofundar no estudo do coletivo e uma possível memória coletiva. Raquel Maria Rigotto (1998) realizou um trabalho sobre: "As Técnicas de Relatos Oraís e o Estudo das Representações Sociais em Saúde", desenvolvendo um roteiro metodológico que será

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905  
**UF:** SP **Município:** SAO CARLOS  
**Telefone:** (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.570.908

utilizado no presente trabalho, que são divididos em três grandes eixos: Procedimentos Iniciais, a Realização da Entrevista e os Procedimentos Posteriores. Os Procedimentos Iniciais referem-se ao estudo exaustivo do tema (fontes orais, histórias orais, memória coletiva e a inundação de 2014), criação do roteiro das entrevistas e quais equipamentos serão necessários (neste caso, foi escolhido utilizar gravadores de som), submeter o projeto para o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e após a aprovação, entrar em contato com os entrevistados e a preparação de um caderno de campo (mostrando as observações principais sobre os entrevistados, impressões e grau de liberdade entre estes). A Realização da Entrevista precisará que a pesquisadora se desloque até o território, realizando um trabalho de campo. Para esta etapa, é necessário escolher um local que seja confortável e que não haja terceiros, para não atrapalhar a relação entre as partes envolvidas. Os Procedimentos Posteriores têm grande importância e serão realizadas as transcrições das gravações, utilizando-se o caderno de campo para acrescentar os gestos dos entrevistados às suas falas. Posteriormente, serão feitas as leituras finais, digitações e revisões. Com este material sistematizado, pretende-se entender a relação dos relatos orais individuais com o coletivo, debruçando-se ao estudo da memória coletiva dos entrevistados desta Comunidade Ribeirinha. Neste sentido, seguindo com o processo de análise dos relatos, partiremos para a construção de narrativas em comum, por meio da Memória Coletiva da inundação ocorrida em 2014 em São Carlos do Jamari – Porto Velho (RO).

**Desfecho Primário:** Espera-se que a pesquisa possibilite conhecer as histórias orais, a partir das narrativas orais captadas pelas entrevistas entre os comunitários selecionados da Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari, buscando identificar os processos educativos que se estabeleceram e se estabelecem a partir do desastre ambiental vivenciado em 2014. Espera-se também que o trabalho sirva como uma ferramenta de compartilhamento de experiências, resistências e superações de uma Comunidade, que vive isolada geograficamente do meio urbano, mas que tem muito o que narrar sobre suas vidas.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** Analisar os processos educativos decorrentes de práticas sociais de superação e resistência no desastre ambiental em São Carlos do Jamari.

**Objetivo Secundário:** Contribuir com a criação de um diálogo efetivo entre a academia e a comunidade por meio do registro histórico da inundação de 2014, a partir das narrativas de quem

|                                         |                                     |
|-----------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Endereço:</b> WASHINGTON LUIZ KM 235 | <b>CEP:</b> 13.565-905              |
| <b>Bairro:</b> JARDIM GUANABARA         |                                     |
| <b>UF:</b> SP                           | <b>Município:</b> SAO CARLOS        |
| <b>Telefone:</b> (16)3351-9685          | <b>E-mail:</b> cephumanos@ufscar.br |





Continuação do Parecer: 5.570.906

viveu e vive o acontecimento e divulgar os dados pós esquematização das fontes orais, tornando o resultado da pesquisa de fácil acesso para os comunitários.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** Os principais riscos que podem ocorrer, referem-se às situações de constrangimento e desconforto relacionadas ao compartilhamento de experiências vividas durante o período analisado na pesquisa, sobretudo situações traumáticas vivenciadas. Outro ponto, é que ainda estamos em uma situação de Pandemia da COVID-19, e ainda há o risco de contágio. Por tanto, as atividades serão realizadas em locais de fácil circulação de ar e com o uso obrigatório de máscaras faciais e disponibilização de álcool em gel no ambiente.

**Benefícios:** A pesquisa apresenta potencial para contribuir com registros para a história oral e acrescentar relatos a história escrita sobre as consequências da inundação vivenciada na Comunidade Ribeirinha de São Carlos do Jamari (Porto Velho – RO) e compreender quais foram as práticas sociais e processos educativos de resistência e superação por parte dos comunidades, buscando valorizar as narrativas de povos marginalizados.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Vide campo conclusões.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo conclusões.

#### **Recomendações:**

Vide campo conclusões.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Solicitações anteriores:

Solicita-se o termo de anuência da ONG da qual os participantes atuam. ATENDIDA

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. Conforme dispõe o Capítulo VI, Artigo 28, da Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, a responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de

|                                         |                                     |
|-----------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Endereço:</b> WASHINGTON LUIZ KM 235 |                                     |
| <b>Bairro:</b> JARDIM GUANABARA         | <b>CEP:</b> 13.565-906              |
| <b>UF:</b> SP                           | <b>Município:</b> SAO CARLOS        |
| <b>Telefone:</b> (16)3351-9685          | <b>E-mail:</b> cephumanos@ufscar.br |



Continuação do Parecer: 5.570.908

Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

O pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                     | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|---------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO_1919341.pdf | 05/07/2022<br>11:07:49 |                           | Aceito   |
| Outros                                                    | Termo_de_Anuencia_Napra.pdf                   | 28/06/2022<br>15:24:37 | ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO | Aceito   |
| Outros                                                    | Termo_de_Anuencia_Lider.pdf                   | 28/06/2022<br>15:24:03 | ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO | Aceito   |
| Outros                                                    | Carta_Resposta_Versao1.pdf                    | 28/06/2022<br>15:09:02 | ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO | Aceito   |
| Cronograma                                                | Cronograma.pdf                                | 14/04/2022<br>13:36:06 | ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TALE.pdf                                      | 14/04/2022<br>13:35:30 | ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf                                      | 14/04/2022<br>13:35:19 | ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projetodetalhado.pdf                          | 14/04/2022<br>13:34:25 | ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO | Aceito   |
| Folha de Rosto                                            | folhaderosto.pdf                              | 14/04/2022<br>10:38:04 | ANNA LAURA LIMA FIGUEREDO | Aceito   |

Situação do Parecer:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

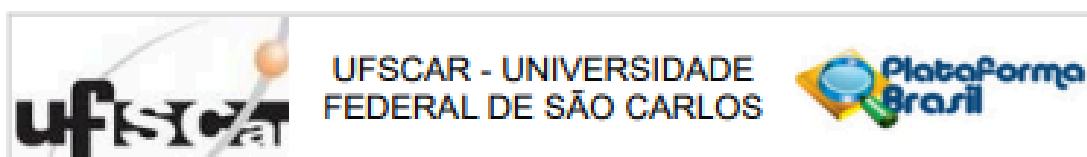
CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.570.905

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO CARLOS, 09 de Agosto de 2022

---

**Assinado por:**

**Adriana Sanches Garcia de Araújo**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9685

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br